

Este exemplar
corresponde ao ori-
ginal da tese defen-
dida por Ivan Coelho
Nascimento e orientada pelo
Prof. Dr. Luiz Gonzaga de Mello
Prof. Belluzo em 10/12/87.

A DETERMINAÇÃO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO

Um estudo sobre a questão do salário em Marx

Ivan Coelho Nascimento

Tese de Mestrado

UNICAMP

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

Í N D I C E

Introdução	1
I. A FORÇA DE TRABALHO COMO PRESSUPOSTO MATERIAL DO TRABALHO	14
II. VALOR E MATERIALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX	19
A. O valor da mercadoria força de trabalho na formulação d'O Capital	19
B. A independência da materialidade da força de trabalho em relação à forma social de produção	23
C. Materialidade e perpetuação da classe dos trabalhadores	24
D. A troca entre Trabalho e Capital não é troca de materialidades	26
E. O valor da força de trabalho como quantidade de trabalho - a relação geral de troca	28
III. O VALOR DE USO DA FORÇA DE TRABALHO E SUA PRODUÇÃO	33
A. Os elementos da mercadoria força de trabalho	34
B. A capacidade de trabalho do trabalhador absoluto	36
C. O processo de produção da capacidade de trabalho	37
D. A determinação negativa do valor da força de trabalho	40
E. O valor de uso da força de trabalho para o Capital e seu consumo	42
F. A produção do valor de uso da força de trabalho para o Capital	46
IV. A FIXAÇÃO DO SALÁRIO REAL E A SUPOSIÇÃO DAS NECESSIDADES NA OBRA DE MARX	50
V. O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO COMO QUANTIDADE	57
A. A inversão da relação entre o valor da força de trabalho e os meios de subsistência dos trabalhadores	57
B. A fluidez do conteúdo material do valor da força de trabalho	58
C. Mistificações da forma - salário	60

VI. A DETERMINAÇÃO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO PELAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS	64
A. Duas determinações do valor da força de trabalho em Marx	64
B. A produção e seus momentos	65
VII. A TROCA DE MERCADORIAS E A DIVISÃO DO TRABALHO	72
A. O desenvolvimento histórico da troca e o surgimento da mercadoria força de trabalho	72
B. Uma nova formulação da divisão do trabalho	76
1. A troca entre Trabalho e Capital e a inversão da lei de apropriação no capitalismo	76
2. A divisão do trabalho	79
VIII. A FORMAÇÃO DO SALÁRIO	90
IX. PRODUTIVIDADE, MAIS-VALIA RELATIVA E SALÁRIO REAL	95
A. A produtividade social do trabalho	95
B. O conceito de mais-valia relativa	97
C. Modificação dos salários reais - fatores econômicos.	99
1. A produtividade	99
2. Monopólios e sindicatos	105
3. Acumulação, crise e aumento ou diminuição da população trabalhadora	106
D. Modificação dos salários reais - fatores extra-econômicos	107
X. AS NECESSIDADES NO CAPITALISMO E SUA EVOLUÇÃO	111
A. A estrutura das necessidades no capitalismo	111
B. A transformação de valores em valores de uso	113
C. A demanda em função do preço de produção	117
D. O processo de modificação quantitativa e qualitativa do consumo	128
Conclusão	135
Bibliografia	138

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meu agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP - pelo financiamento dos estudos que levaram posteriormente à redação deste trabalho.

Aos professores Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo - meu orientador -, Frederico Mazzucchelli e Marcos Muller o meu agradecimento pela introdução a uma leitura não dogmática e renovadora da obra de Marx.

INTRODUÇÃO

A questão do salário na obra de Marx tem gerado uma enorme literatura que varia desde a crítica absoluta até a pura reprodução de suas idéias e formulações. No entanto, pouca coisa de novo tem sido proposta no sentido de desenvolver este lado de sua teoria. Paul Swezy, por exemplo, afirma que "a força de trabalho não é uma mercadoria comum! Não há capitalistas que possam produzi-la quando seu preço se eleva" (1); que "no capitalismo de modo geral, o mecanismo equilibrador de oferta e procura está ausente no caso da força de trabalho" (idem); e que "parece haver certas dificuldades na aplicação da lei do valor à mercadoria denominada força de trabalho" (idem). Embora enuncie a dificuldade da questão, esse autor não contribui para sua superação. Outros autores, como Michel Aglietta (2), por exemplo, procuram tornar a teoria de Marx mais concreta, mas acabam por incorrer num certo ecletismo ao deixarem de tratar de questões fundamentais dessa teoria, sem o que ela não pode ser desenvolvida. O que fazem, portanto, é criar uma outra teoria que se superpõe à de Marx, mas não a desenvolve a partir de sua lógica interna.

Nosso objetivo, ao iniciarmos os estudos para a realização deste trabalho, era o de analisar criticamente a obra de Marx no que se refere à questão dos salários, e avaliar a contribuição dos seus intérpretes. À medida, no entanto, que fomos nos aprofundando nesse estudo, foi se tornando claro que a análise integral e minuciosa dessa questão em Marx exigiria um espaço muito maior do que havíamos suposto inicialmente. Isto pelo fato

(1) Paul Sweezy, Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, p. 112 e 113.

(2) Michel Aglietta, Regulação e Crise do Capitalismo, Calmann-Levy, 1976.

de que não era nossa intenção meramente reproduzir as formulações de Marx, e sim penetrar no conteúdo de sua obra, analisar criticamente cada categoria relacionada à mercadoria força de trabalho, desde a sua forma mais simples como materialidade, até sua forma mais complexa como valor e valor de uso produzidos de uma forma determinada. Realizada essa análise, o passo seguinte seria encontrar as mediações necessárias para tornar a teoria capaz de explicar concretamente alguns dos fenômenos relacionados à questão dos salários, tais como a elevação dos salários reais a longo prazo e a transformação das necessidades no capitalismo. O objeto de nosso trabalho se mostrou, portanto, no decorrer da pesquisa, extremamente extenso, o que inviabilizou a inclusão, aqui, de outros autores. Dessa maneira, procuramos realizar uma avaliação crítica em profundidade da questão do salário em Marx, sem nos referirmos aos seus intérpretes.

Deve-se ressaltar, antes de mais nada, que a crítica de um autor como Marx revela-se como uma tarefa extremamente árdua, pelo fato de que ele estabelece um marco divisório na teoria econômica. Devido a esta sua importância, suas formulações são aceitas muitas vezes de maneira acrítica e veementemente defendidas pelos intérpretes e divulgadores de suas idéias, com o respaldo de citações literais de passagens da sua obra. Em outras palavras, as formulações de Marx são frequentemente aceitas como perfeitas e acabadas - por terem sido realizadas por ele mesmo - surgindo, assim, como incontestáveis. Acreditamos que as questões problemáticas da teoria marxista têm por fundamento exatamente essa contradição entre a profundidade de suas idéias a respeito da natureza das relações de produção capitalistas, e a insuficiência teórica de algumas de suas formulações, relacionadas, em geral, a aspectos mais concretos da economia capitalista. Cabe ressaltar, ainda, que não é nosso objetivo fazer a crítica das concepções funda

mentais de Marx a respeito do capitalismo, que consideramos essencialmente corretas, e sim investigar em profundidade as suas formulações teóricas referentes à questão do salário, principalmente as que aparecem no livro I d'O Capital, descobrir suas deficiências e propor novas formulações que as superem. Em relação a Marx apresentamos, por um lado, a vantagem de podermos contar com a experiência histórica do capitalismo posterior à época utilizada por ele para a formulação de sua teoria. Quanto a essa experiência podemos ressaltar a enorme elevação dos salários reais observada nos países desenvolvidos. Por outro lado, o interesse de Marx se voltava, principalmente, para a compreensão das relações de produção e para a tarefa de superá-las concretamente, o que provavelmente fez com que ele negligenciasse a importância de uma formulação que realizasse melhor a integração entre os aspectos conceituais e a realidade econômica mais palpável. Acreditamos, portanto, que esses dois aspectos explicam a insuficiência de alguns pontos de sua teoria. A questão da formulação e a questão do seu realismo - que leva em conta a experiência histórica mais recente - são, assim, as questões fundamentais às quais este nosso trabalho sempre se refere e para as quais busca novas soluções.

Apresentamos, a seguir, um pequeno resumo do conteúdo de cada capítulo, o que permitirá uma visão geral de nossa argumentação. No capítulo I mostramos, em corcondância com Marx, que a categoria força de trabalho deve ser considerada antes de mais nada do ponto de vista de sua materialidade, ou seja, como pressuposto material de qualquer trabalho, com o que ela surge como idêntica para todas as formas de produção. Mostramos, também, que essa categoria apresenta um desenvolvimento para uma sociedade mercantil e para a sociedade capitalista, com o que deixa de ser mera materialidade e passa a assumir novas determinações, a saber, o valor e o valor de uso, sendo que este último aparece como duplamente

determinado como fonte de valor e fonte de valor de uso.

No capítulo II mostramos a ambiguidade de Marx ao determinar o valor da força de trabalho primeiramente através da materialidade do trabalhador, ou seja, através do trabalho necessário à produção dos meios de subsistência que o trabalhador consome para reproduzir sua capacidade de trabalho, passando a negar progressivamente, porém, essa determinação, ao acrescentar um componente histórico e moral do valor da força de trabalho e um componente relativo ao consumo da família do trabalhador. Ao introduzir estes componentes, Marx cria uma descontinuidade teórica, ou seja, deixa de determinar o valor da força de trabalho por meio da materialidade do trabalhador enquanto tal, e passa a determiná-lo através das necessidades dos trabalhadores e de suas famílias, ao mesmo tempo em que não incorpora essa descontinuidade em sua teoria. Mostramos também, nesse capítulo, como o próprio Marx nega que a lógica da troca de mercadorias entre Capital e Trabalho tenha por fundamento a troca de trabalho materializado, na medida em que o trabalho de que o capital se apropria só existe, num primeiro momento, como poder, e não como substância. E finalmente mostramos como Marx justifica a expressão 'trabalho materializado no trabalhador' ao afirmar que está tratando apenas da relação ge-ral de troca de mercadorias na qual apenas pode ser trocado trabalho materializado em diferentes formas. Dessa maneira, Marx estende, incorretamente, para a relação de troca entre Capital e Trabalho, a lógica da relação de troca de mercadorias comuns.

Realizamos no capítulo III uma análise detalhada dos diferentes momentos da mercadoria força de trabalho. Mostramos aí que a determinação do valor da força de trabalho deve surgir, não da existência material da força de trabalho e de sua reprodução, mas da própria produção do valor de uso dessa mercadoria específica, ou seja, da produção da força de trabalho como fonte de valor

e de valor de uso. Uma vez dadas a existência material e social dos trabalhadores, a produção desse valor de uso resulta da reprodução dessas existências. Por um lado, o consumo do trabalhador reproduz a capacidade de trabalho; por outro lado, a produção da capacidade de criar valor é a reprodução da separação do trabalhador dos seus meios de produção. Por detrás do valor de uso da força de trabalho encontramos, portanto, precisamente a relação de produção capitalista em que os meios de produção se tornaram já independentes dos produtores diretos. A mercadoria força de trabalho é, então, em seu conjunto, produto de uma sociedade dividida entre produtores e proprietários, e dividida de uma forma determinada historicamente. Assim concebido, o valor da força de trabalho surge apenas historicamente para cada sociedade capitalista determinada, dependendo a magnitude desse valor de como se organiza a produção nessa sociedade, se mais voltada à apropriação dos produtores ou dos capitalistas. Nossa análise conclui, por fim, que o valor da força de trabalho não pode ser determinada a partir de um ponto de vista teórico-abstrato, traduzindo, dessa maneira, a possibilidade de elevação do salário real, na medida em que não há um salário real que esteja pré-estabelecido teoricamente.

Utilizando citações d'O Capital I e da Miséria da Filosofia, mostramos no capítulo IV alguns aspectos metodológicos das formulações de Marx. Fica claro, aí, que ao fixar o salário real como "magnitude constante", ele está recorrendo meramente a uma hipótese plausível para "um tempo dado de uma dada sociedade". Fica claro, também, que, com base nesta formulação, resulta impossível a explicação da elevação do salário real por meio do aumento da produtividade. Mostramos, além do mais, como Marx encara o procedimento de se realizar hipóteses de maneira a mostrar o encadeamento lógico de categorias já constituídas e que aparecem fenome-

nicamente. Trata-se de um método de raciocínio que apesar de correto apresenta limites estreitos, já que apenas desvenda as rela-ções exteriores entre as categorias.

Mostramos no capítulo V que a formulação de Marx segundo a qual o valor da força de trabalho é determinado por meio do conjunto de bens consumidos pelos trabalhadores deve ser invertida, ou seja, que esses bens são determinados pelo valor da força de trabalho. Trata-se, simplesmente, do resultado da circulação de mercadorias que tem como ponto de partida o valor apropriado pelo trabalhador através da venda de sua força de trabalho. A transformação desse valor em valores de uso consumidos pelos trabalhadores é condicionada por parâmetros culturais de cada sociedade. Dessa maneira, mudanças nesses parâmetros ou nos valores das mercadorias, juntamente com o fato de o valor da força de trabalho ser determinado como quantidade, farão com que o conteúdo material do valor da força de trabalho se apresente em constante modificação no tempo. Fica claro, então, que a fixação desse conteúdo material, como realizada por Marx, é irreal e só pode ser feita como mera abstração. A existência do valor da força de trabalho como quantidade irá implicar, também, no encobrimento das relações de troca entre Capital e Trabalho, na medida em que a separação entre o tempo de trabalho necessário e o excedente é apagada, apareçendo todo o trabalho como pago, e o salário como a medida do preço ou valor desse trabalho. Por outro lado, o trabalhador tem a ilusão de poder escolher livremente o seu consumo, embora esta seja uma liberdade limitada uma vez que o valor de troca de que se apropria é limitado pelas relações de produção imediatamente da-das. Esses encobrimentos têm, no entanto, como base real o fato de a força de trabalho ser também uma condição subjetiva e não apenas objetiva de produção, ou seja, por criar e não meramente transferir valor. Trata-se de uma mercadoria com a particularidade

de de ter valor porque cria valor e não por ter trabalho materializado em seu valor de uso.

Utilizando basicamente o texto conhecido como 'Introdução', escrito por Marx em 1857, mostramos no capítulo VI como ele utiliza aí uma outra determinação do valor da força de trabalho diferente da que aparece n'O Capital, embora em nenhum momento essa determinação seja explicitada formalmente. Marx trata, nesse texto, a produção como um todo orgânico que contém a distribuição, a troca e o consumo como momentos de si mesma, de maneira que "uma determinada produção determina um determinado consumo, uma determinada troca e determinadas relações entre esses momentos entre si" (Grundrisse, p. 23). Com isto, para uma produção historicamente determinada, estão dados também os salários, a parte da riqueza apropriada pelos trabalhadores, que fazem parte do momento da distribuição. Essa análise, no entanto, é incompleta na medida em que não explicita as tendências gerais de desenvolvimento da produção, nem muito menos o seu movimento concreto, real, limitando-se apenas a fornecer o retrato da produção historicamente determinada e das relações entre os seus momentos.

Apresentamos, em linhas gerais, no capítulo VII, o desenvolvimento histórico dos pressupostos gerais do capitalismo, a saber, a produção para a troca e a separação dos trabalhadores dos meios de produção. O resultado desse desenvolvimento é a formação do equivalente geral o qual realiza a mediação das trocas, e a venda rotineira da força de trabalho, através da qual o contato dos trabalhadores com os meios de produção é restabelecido. Mostramos, com isso, por um lado, que o desenvolvimento da troca de mercadorias e o surgimento da mercadoria força de trabalho se fundamentam no desenvolvimento histórico da produção e de sua organização, ou seja, da produção voltada para a troca e da separação dos trabalhadores dos meios de produção; e, por outro lado, que esse processo resulta no encobrimento das verdadeiras rela-

ções de produção, na medida em que o dinheiro aparece imediatamente como equivalente, e a força de trabalho ou o próprio trabalho como coisas que devem ser vendidas. Na segunda parte desse capítulo, apresentamos uma nova formulação da divisão do trabalho. Mostramos, primeiramente, que o surgimento da mercadoria força de trabalho, ou em outras palavras, a separação dos trabalhadores dos meios de produção, implica na inversão da lei de apropriação no capitalismo. A apropriação da riqueza, que, num primeiro momento da análise, fundava-se no trabalho, passa a fundar-se, agora, na propriedade já existente, de um lado a propriedade capitalista e do outro a propriedade da força de trabalho. A apropriação do valor por parte dos trabalhadores e dos capitais surge, portanto, de como se organiza a propriedade já existente, se de forma mais favorável aos trabalhadores ou aos capitais. Surge com isto a possibilidade de se estabelecer uma nova formulação da divisão do trabalho. A divisão particular do trabalho é aquela que separa os diversos trabalhadores coletivos (ou seja, os capitais) e os trabalhadores individuais independentes, uns frente aos outros, ou seja, que expressa o fato de que a produção é privada e os produtores - capitais ou não - são independentes entre si e ligados apenas pelo mercado. A divisão geral do trabalho expressa, por sua vez, o fato de que o trabalho no capitalismo é dividido na sua apropriação entre capitais e trabalhadores. A partir do momento em que surge a mercadoria força de trabalho, e que, portanto, os trabalhadores passam a receber valor em certa quantidade, cria-se uma orientação na produção de maneira que uma parte dela passa a se voltar na sua própria imediação para a apropriação dos trabalhadores. Finalmente, a divisão individual do trabalho é a que se dá no interior dos diversos processos de produção entre os trabalhadores considerados individualmente.

Discutimos no capítulo VIII a dificuldade de se estabe-

lecer uma relação mais transparente entre a teoria econômica e a realidade mais palpável dos fenômenos. Essa dificuldade é ainda mais agravada pelo intenso dinamismo que a economia apresenta em momentos de crise, altas taxas de inflação e desemprego, condicionados pelo papel assumido pelo Estado na regulação das relações econômicas. Argumentamos que o procedimento mais importante das empresas com relação aos seus trabalhadores, em momentos de crise, é o da redução do nível de emprego que pode resultar na redução dos salários, mas não necessariamente. Os novos salários, nessas condições, devem surgir da produção que permanece em curso, e não apenas da relação entre trabalhadores empregados e desempregados. A presença do Estado, por sua vez, cria a ilusão de que os salários são determinados através de sua atuação através de leis salariais, etc. Mostramos, no entanto, que o Estado não tem o poder de determinar o salário, mas apenas de condicioná-lo, de induzir sua modificação, seja a favor da classe trabalhadora, ou da classe capitalista. Também a subjetividade dos agentes de produção atua no sentido da modificação das relações de produção pré-existent. No entanto, a determinação imediata dessas relações de produção surge como resultado de um processo histórico de desenvolvimento, como relações de produção historicamente determinadas.

No capítulo IX procuramos explicitar as tendências gerais da produção capitalista no que se refere ao valor da força de trabalho e ao salário real. Tratamos inicialmente dos conceitos de produtividade social do trabalho e de mais-valia relativa. O primeiro refere-se às condições de produção historicamente determinadas que no capitalismo caem em poder dos capitais, que, na sua busca pela valorização, procuram incrementar o resultado final da produção, ou seja, elevar a produtividade do trabalho. Dessa maneira, uma das tendências essenciais do capitalismo é exatamente a busca incessante do aumento da produtividade social do

trabalho. Por outro lado, a mais-valia relativa refere-se à modi ficação da relação entre mais-valia e valor da força de trabalho resultante da elevação da produtividade. A elevação da produtividade não deve-se confundir, portanto, com a criação de mais-valia relativa a qual é um conceito logicamente posterior ao primeiro. Passamos, em seguida, a investigar as causas das modificações do salário real, que dividimos em fatores econômicos e extra-econômicos. Os primeiros se referem à produtividade do trabalho e às re lações entre o Capital e o Trabalho no confronto pela modificação do valor da força de trabalho. Com relação à produtividade, argumentamos que a sua tendência à elevação implica em que o salário real tenha também essa tendência. A elevação da produtividade, no entanto, não é apropriada inteiramente pelos trabalhadores, ocorrendo, na verdade, uma indeterminação teórica sobre quem irá se apropriar dela. Mostramos que o fato de os trabalhadores participarem da circulação lhes confere a possibilidade de acesso ao que chamamos de 'benefícios da circulação' que expressa o fato de que a elevação da produtividade de uma mercadoria específica implica na redução de seu valor e, portanto, na vantagem de poder ser adquirida por um preço menor. O que se pode afirmar em geral, portanto, com relação à elevação da produtividade, é que uma parte dela é apropriada pelos capitais - na forma de uma redução de preço menor que a redução de valor - e outra parte apropriada pelos trabalhadores - pela redução dos preços das mercadorias. Outro fator de modificação dos salários reais é a organização dos trabalhadores e capitalistas em sindicatos e monopólios. O resulta do dessa organização dos agentes econômicos é o seu maior poder de barganha na luta pela apropriação do valor criado. Dessa maneira, a cartelização de setores que produzem bens consumidos pelos trabalhadores implicará em salários reais menores, assim como uma maior organização dos trabalhadores irá implicar, por sua vez, em maio-

res salários reais. Deve-se observar, no entanto, que esses fatores não são capazes de determinar o nível do salário real, mas apenas condicionar o seu movimento. Finalmente, o ritmo de expansão ou de contração da produção, bem como o aumento ou redução da população trabalhadora são outros fatores que modificam os salários reais. O aumento ou redução da oferta de mão de obra, seja em termos relativos ou absolutos, tendem, como se pode concluir facilmente, a diminuir ou aumentar o salário real. Com relação aos fatores extra-econômicos que influem na modificação dos salários reais, destaca-se o papel do Estado, principalmente no que se refere à regulação das relações de distribuição, particularmente as relações entre o Capital e o Trabalho assalariado. O caráter de classe do Estado irá determinar se sua atuação será mais ou menos favorável à classe trabalhadora e, portanto, se será dirigida no sentido de aumentar ou reduzir o salário real.

Tratamos, finalmente, no capítulo X, da questão das necessidades no capitalismo e sua evolução. Mostramos, inicialmente, que as necessidades relevantes do ponto de vista da economia são as necessidades solventes que são aquelas que os proprietários de valor de troca têm e que satisfazem pela troca por valores de uso, enquanto que, por outro lado, as necessidades em geral existem imediatamente na subjetividade dos indivíduos, independentemente da propriedade de valor de troca. As necessidades podem, também, ser divididas, do ponto de vista da sua satisfação, em direta ou indiretamente sociais. As primeiras são satisfeitas pela própria atuação dos indivíduos enquanto que as outras o são através da transformação de valor de troca em valor de uso. Construímos, em seguida, uma curva a que chamamos função de transformação dos valores em valores de uso. Para isto consideramos como dadas as relações de produção, ou seja, os valores e preços de produção de todas as mercadorias (incluída aí a força de trabalho), e uma

série de características presentes na cultura de uma sociedade de terminada, tais como costumes, gostos, tradições, etc. Com isto podemos construir essa curva que representa a transformação de valores em valores de uso para um dado momento de uma dada sociedade. A partir das funções de transformação, construímos as curvas de demanda em função do preço de produção para cada produto, ou seja, pela variação de seu preço de produção, mantendo-se todas as outras suposições anteriores. Investigamos em seguida qual deve ser a forma normal, por assim dizer, da curva de demanda em função do preço de produção, e chegamos à conclusão de que essa curva deve ter a forma em que uma redução de preço implique num aumento da quantidade, mas que esse aumento seja cada vez menor à medida que o preço de produção tende a zero. Dessa maneira a curva 'normal' apresenta uma concavidade para baixo como pode ser visto na figura apresentada no item C desse capítulo. Para o caso de preço de produção próximo a zero, a necessidade pelo valor de uso em questão passa a ser uma necessidade diretamente social, sendo essa a tendência de todas as necessidades no capitalismo, à medida que se eleva a produtividade e desaparece o valor. Pode-se ver então, que o capital deve buscar, continuamente, novas esferas de produção, criar novos produtos e novas necessidades. Mostramos, em seguida, que essa modificação quantitativa e qualitativa do consumo pode-se aplicar tanto aos trabalhadores quanto aos capitalistas, na medida em que, como argumentamos anteriormente, uma parte da elevação da produtividade é apropriada pelos trabalhadores e não apenas pelos capitalistas. Completa-se, com isto, a fluidez da produção e do consumo na sociedade capitalista. Esta fluidez que já existia para determinado momento na medida em que os rendimentos, ou o salário em particular, eram determinados como quantidades que se transformavam posteriormente em valores de uso, pode ser vista, agora, no seu movimento impulsionado pela elevação da

produtividade - tendência geral da produção capitalista de todos os valores de uso.

CAPÍTULO I

A FORÇA DE TRABALHO COMO PRESSUPOSTO MATERIAL DO TRABALHO

A categoria que analisaremos nesta tese é a categoria força de trabalho. No capitalismo ela se apresenta como mercadoria de propriedade dos trabalhadores, e como a única mercadoria que lhes permite participar da riqueza produzida pela sociedade. Como qualquer mercadoria, é composta de dois momentos, o valor e o valor de uso. A determinação de seu valor ou da forma desenvolvida deste é o nosso objetivo. Por outro lado, o valor de uso dessa mercadoria apresenta, diferentemente das outras mercadorias, o duplo caráter de ser fonte criadora de valor e de valor de uso; tem, portanto, ao mesmo tempo, um caráter social e um caráter material. Vejamos, neste capítulo, como a categoria força de trabalho surge primeiramente na obra de Marx, ou seja, quando ele a examina não como mercadoria, nem também como o valor de uso dessa mercadoria - o que pressuporia sua existência como fonte de valor -, mas tão somente do ponto de vista de seu caráter material. No livro I d'O Capital, Marx afirma:

" Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie." (O Capital I Ed. Abril tomo 1 pag. 139, grifos nossos).

Podemos ver claramente que, ao identificar força e capacidade de trabalho, Marx põe em evidência seu caráter material, isto é, as faculdades físicas e espirituais que estão presentes na materialidade - também física e espiritual - de um determinado indivíduo

e que são, necessariamente, postas em movimento quando da realização do processo de trabalho. Definida dessa maneira, a força de trabalho surge como idêntica para todas as formas sociais de produção, na medida em que se ressalta o que há de comum a essas formas - a materialidade. A força de trabalho é mostrada ao mesmo tempo como um pressuposto de qualquer processo de trabalho, da mesma forma que a realidade pressupõe a possibilidade, e que a realidade de um determinado trabalho pressupõe um determinado poder, capacidade ou força (... de trabalho). Sendo, portanto, uma definição a-histórica, refere-se à força ou capacidade de trabalho do trabalhador em geral, que podemos chamar de trabalhador absoluto.

Como já dissemos, numa sociedade capitalista a força de trabalho assume uma forma específica, qual seja, a forma-mercadoria. O surgimento dessa forma pressupõe um processo histórico através do qual os trabalhadores são separados dos meios de produção, ou, em outras palavras, a unidade imediata entre a força de trabalho e os meios de produção, ou entre a possibilidade e a realidade do trabalho, é rompida pela expropriação da classe trabalhadora por uma burguesia em formação (ver capítulo VII). Uma sociedade capitalista , por sua vez realiza de maneira sistemática a reprodução dessa separação entre força de trabalho e meios de produção através do próprio resultado da produção capitalista que, ao destinar ao trabalhador apenas uma parte de seu próprio trabalho, lhe impede o acesso a meios de produção cujo valor, ademais, se eleva no decorrer do processo de acumulação.

Por outro lado, examinando a própria forma-mercadoria da força de trabalho, podemos observar que ela acrescenta novas determinações à categoria força de trabalho, a saber, o seu valor e uma nova dimensão de seu valor de uso - a capacidade de criar valor. A categoria força de trabalho apresenta, portanto, um desenvolvimento,

na medida em que é inicialmente considerada apenas do ponto de vista de sua materialidade, e posteriormente, ao assumir a forma-mercadoria, passa a apresentar novas determinações. Dessa maneira, o seu valor pode ser considerado, no que se refere à determinação de sua magnitude, de dois pontos de vista. O primeiro supõe o valor de uso dessa mercadoria como algo meramente material; o segundo leva em consideração também a nova dimensão de seu valor de uso, que aparece em uma sociedade em que se produz principalmente para a troca. No primeiro caso, o valor é determinado da mesma forma que o das outras mercadorias, ou seja, pelo trabalho materializado. Esta é a formulação que aparece no livro I d'O Capital, onde esse valor corresponde ao trabalho necessário à produção e reprodução de um valor de uso específico - a capacidade ou força de trabalho. Devemos, no entanto, distinguir desse valor, o valor ou o preço de produção da força de trabalho considerada como suporte de uma relação de produção e, portanto, na duplicidade da determinação de seu valor de uso. Aqui a mercadoria força de trabalho deixa de ser tratada como mercadoria meramente material, e, portanto, perde sentido considerar seu valor como o trabalho materializado no trabalhador. Este último surge, então, como necessário à produção e reprodução do pressuposto materi-al da função produtiva, constituindo-se, portanto, também num pressuposto da mercadoria força de trabalho, mas não mais como determi-nante de seu valor. Dessa maneira, valor e preço de produção apare-cem como idênticos - na medida em que estão desvinculados de qual-quer materialidade -, e sem referência ao trabalho materializado na força de trabalho. Aparecem, então, como resultado de relações de produção historicamente determinadas, sendo esta a peculiaridade desta mercadoria no que se refere à determinação de seu valor. Ao con-trário das outras mercadorias que apresentam uma determinação lógica de seu valor, ou seja, fundada na produtividade social do trabalho

e que traduz em geral a possibilidade de determinado valor de uso aparecer como mercadoria, a força de trabalho, no seu completo desenvolvimento como fonte de valor, apresenta uma determinação de seu valor e preço de produção antes de mais nada histórica, e lógica apenas como fixação, como hipótese assumida a partir de determinada realidade histórica, para efeitos de análise teórica, como veremos em maior detalhe no capítulo IV. O desenvolvimento da categoria força de trabalho pode se esquematizado como aparece abaixo, onde apresentamos também o desenvolvimento de outros valores de uso ao se transformarem em mercadorias comuns e em mercadorias de uma sociedade capitalista.

<u>Valor de Uso</u>	<u>Mercadoria Simples</u> ^{1.}	<u>Mercadoria Capitalista</u> ^{2.e 3.}
Força de Trabalho	Valor Materialidade	Valor/Preço de Produção Criação de Valor Criação de Valor de Uso
Valores de Uso em Geral	Valor Materialidade	Preço de Produção Materialidade

O desenvolvimento da categoria força de trabalho.

Obs: 1. O vínculo entre valor e materialidade resulta da produtividade social do trabalho na produção do valor de uso.

2. O vínculo entre preço de produção e materialidade resulta da magnitude do capital empregado na produção do valor de uso e da taxa média de lucro.

3. No caso da força de trabalho desenvolvida, deixa de existir vínculo entre valor e preço de produção de um lado, e materialidade do outro; o vínculo entre ambos e o valor de uso da força de trabalho é a própria relação de produção capitalista na forma em que ela está dada.

Esses dois pontos de vista relativos à determinação do valor ou do preço de produção da força de trabalho, a saber, por meio da materialidade e por meio das relações de produção, estão ambos presentes em várias passagens da obra de Marx, mas surgem na sua formulação teórica, particularmente n'O Capital I, como indiferenciados, o que permitiu uma série de interpretações profundamente equivocadas por parte de autores marxistas, não marxistas e anti-marxistas. Essas interpretações não serão, no entanto, analisadas devido à necessidade de uma investigação mais completa da questão da determinação do valor da força de trabalho em Marx, que procuramos realizar neste trabalho.

Vimos, portanto, que a categoria força de trabalho deve ser considerada antes de mais nada do ponto de vista de sua materialidade, o que a identifica para todas as formas de produção. Nesse momento da análise, ela resume-se ao pressuposto de todo trabalho. A forma capitalista de produção nos leva à questão da determinação de seu valor e preço de produção; nossa visão a respeito dessa questão foi apresentada acima em linhas gerais. Mostraremos no capítulo seguinte como Marx vê a relação entre o valor da força de trabalho e sua materialidade, e os pontos obscuros dessa sua visão.

CAPÍTULO II

VALOR E MATERIALIDADE DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX

Vejamos, agora, como Marx determina o valor da mercadoria força de trabalho em uma sociedade mercantil formalmente capitalista (1). Antes de mais nada é bom lembrar que o nosso objetivo neste capítulo é mostrar a existência de uma certa ambiguidade e imprecisão na determinação do valor da força de trabalho por meio de sua materialidade, determinação essa que aparece em várias formulações de Marx ao longo de sua obra, das quais utilizaremos as mais importantes (2).

A. O valor da mercadoria força de trabalho na formulação d'O Capital

A citação que se segue é a principal explicitação formal da determinação do valor da força de trabalho em Marx. Foi dividida em sete partes de maneira a facilitar a nossa análise.

(1) Cabe distinguir, aqui, entre sociedade mercantil simples e capitalista. A primeira é uma das dimensões da sociedade capitalista, e sua expressão é a atuação da lei do valor em que os valores são determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinada mercadoria. Essa dimensão não é desmentida ou refutada ao assumir uma forma especificamente capitalista, mas superada, desenvolvida, em um segundo momento de análise, com o surgimento da forma preço de produção (a negação da lei do valor é uma negação dialética). Essa nova forma que surge na sociedade capitalista, ou seja, os preços de produção que são uma transformação dos valores, permanece tendo no trabalho seu determinante de última instância. Por outro lado, dizemos que Marx trata de uma sociedade formalmente capitalista pelo fato de que as forças produtivas especificamente capitalistas ainda não estão formadas nesse momento de sua análise, apesar da existência da mercadoria força de trabalho.

(2) A extensão das citações deste capítulo pode resultar cansativa, mas parece-nos fundamental ao exame mais detalhado da questão. Por outro lado, permite o acesso em um mesmo texto às principais passagens sobre o tema em Marx.

- 1." O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também à reprodução, desse artigo específico".
- 2." Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado".
- 3." A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção".
- 4." Para sua manutenção o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor".
- 5." A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação - o trabalho - é gasto, porém, determinado quantum de músculos, nervo, cérebro, etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em

seu estado de vida normal".

6." As próprias necessidades naturais como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras particularidades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral".

7." No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado".

(O Capital I Ed. Abril tomo 1 pag. 141, grifos nossos)

Comentamos a seguir os sete pontos dessa citação que destacamos acima.

1. O valor da mercadoria força de trabalho é determinado da mesma forma que o valor das outras mercadorias, ou seja, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção

2. A força de trabalho enquanto valor representa quantum de trabalho nela objetivado (materializado). Enfatiza-se, aqui, a materalidade da força de trabalho e do trabalho contido nela.

3. A existência do indivíduo vivo é um pressuposto da produção da força de trabalho. Dada essa existência, o consumo adequado do trabalhador reproduz ou mantém a sua força de trabalho. Em outras palavras, dada a existência do indivíduo, a produção resume-se à me-

ra manutenção ou reprodução dessa existência. Novamente aparece ressaltado aqui o caráter material da força de trabalho, isto é, a existência material do indivíduo e sua reprodução como apto ao trabalho.

4. O valor da força de trabalho corresponde, dessa maneira, ao valor dos meios de subsistência necessários à sua produção e reprodução. Aparece também implícito, aqui, que o trabalho materializado no trabalhador é o trabalho que lhe é transferido pelo consumo de meios de subsistência.

5. A materialidade do trabalhador está relacionada à sua atividade produtiva. O valor da força de trabalho guarda, portanto, uma relação com o processo de trabalho e com a materialidade do trabalhador.

6. Diferentemente das outras mercadorias, o valor da força de trabalho contém um componente histórico e moral. Por um lado as necessidades naturais são diferentes para cada país, de acordo com suas próprias peculiaridades naturais; por outro lado o âmbito das necessidades básicas é um produto histórico que depende da cultura de cada país e das condições em que se formou a classe trabalhadora. Neste ponto, Marx principia a negar que o valor da força de trabalho seja determinado por meio da materialidade do trabalhador, embora não explicita, em nenhum momento, essa descontinuidade de sua argumentação, nem a incorpore em sua formulação teórica. Vimos nas partes anteriores desta citação como Marx estabelece a determinação desse valor por meio da materialidade do trabalhador que, seja ela física ou espiritual, estava relacionada com o processo de trabalho, com a própria execução do trabalho. Não se pode, no entanto, estabelecer uma relação de identidade entre o que Marx chama de necessidades básicas e a reprodução material (física ou espiritual) do trabalhador, já que aquelas necessidades nem sempre estão vinculadas à mera reprodução da existência material do

trabalhador ou à realização do trabalho, podendo-se mesmo verificar a tendência histórica de que elas superem amplamente a simples reprodução do trabalhador enquanto tal. A única relação que se pode estabelecer é que o conjunto de bens que satisfaz as necessidades dos trabalhadores deve ser maior ou igual àquele que meramente reproduz a força de trabalho na sua materialidade. Isto, no entanto, será melhor analisado no próximo capítulo, e o que nos interessa particularmente neste momento é mostrar com clareza a visão de Marx sobre a determinação do valor da força de trabalho e a descon^{tinuidade} que surge quando, ao invés de manter a determinação desse valor através da materialidade, passa a fazê-lo pelas necessidades historicamente determinadas dos trabalhadores, a que ele chama de necessidades básicas.

7. Finalmente, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado para determinado país em um período determinado. Trata-se , aqui, de uma hipótese plausível que Marx assume, e significa para nós que o salário real é dado.

B. A independência da materialidade da força de trabalho em relação à forma social de produção

Na passagem que se segue, Marx, embora não esteja tratando especificamente da questão, enfatiza o caráter material da força de trabalho e da determinação de seu valor: indiferença com relação à forma social do trabalho (o trabalhador absoluto como o chamamos anteriormente) e a existência do trabalhador como base necessária (1) ao Capital.

(1) Observe-se, aqui, que esta é uma base necessária, mas desde logo não suficiente à existência do Capital, já que esta requer a sé paração dos trabalhadores dos meios de produção.

" Vimos que o trabalhador, durante parte do processo de trabalho, apenas produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência de que necessita (...). Mas, como na parte da jornada em que produz o valor diário da força de trabalho repõe apenas o valor adiantado ao capital variável pelo novo valor criado, aparece essa produção de valor como mera reprodução. A parte da jornada de trabalho, portanto, em que sucede essa reprodução, eu chamo de tempo de trabalho necessário e de trabalho necessário o trabalho despendido durante esse tempo. Necessário ao trabalhador por ser independente da forma social de seu trabalho. Necessário ao capital e seu mundo, por ser a existência contínua do trabalhador a sua base". (O Capital I tomo 1, Ed. Abril pag. 192, grifos nossos).

C. Materialidade e perpetuação da classe dos trabalhadores

" O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se 'como todo indivíduo se perpetua pela procriação'. As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa race de peculiares possuido-

res de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias". (O Capital I tomo I Ed. Abril pag 142, grifos nossos).

Marx trata, aqui, da questão da reprodução material da própria existência dos trabalhadores, e inclui no valor da força de trabalho de um trabalhador adulto uma parcela de valor destinada àqueles que dependem desse trabalhador. Ao fazer isso, no entanto, cria novamente a descontinuidade teórica a que nos referimos anteriormente, qual seja, a de deixar de determinar o valor da força de trabalho pela reprodução da capacidade de trabalho do trabalhador absoluto, já que esta, como vimos, tem relação apenas com a materialidade do trabalhador e a materialidade exigida pelo próprio trabalho, independentemente de sua forma social e da circunstância de o trabalhador ter de satisfazer as necessidades de sua família. Ao se referir a esta, Marx sem dúvida se refere à produção de capacidades de trabalho em formação, mas que do ponto de vista das relações de produção permanecem encobertas e indeterminadas, adquirindo importância econômica apenas à medida que vão surgindo no mercado como capacidades de trabalho reais (e, portanto, mercadorias). Poderíamos supor, por exemplo, que a não procriação dos trabalhadores, ao invés de reduzir o valor da força de trabalho como seria de se esperar segundo a formulação de Marx, tenderia a aumentar esse valor como resultado da escassez de forças de trabalho face às necessidades de valorização do capital; e o inverso ocorreria no caso de acelerada procriação dos trabalhadores. Por outro lado, certamente a configuração das famílias dos trabalhadores irá determinar de que forma eles transformarão seus rendimentos (seus salários) em valores de uso destinados ao consumo. Neste caso, entretanto, não se trata mais da reprodução material

de capacidades de trabalho reais, virtuais ou em formação, mas de um consumo determinado pela escolha que os trabalhadores fazem a partir de seus rendimentos, consumo esse que, entre outras coisas, produz e reproduz capacidades de trabalho. A determinação quantitativa dessa produção e reprodução, por sua vez, é um fato concreto, um resultado histórico, e não pode ser realizada a este nível de abstração teórica.

D. A troca entre Trabalho e Capital não é troca de materialidades

Ao tratar da troca entre Trabalho e Capital, Marx afirma nas Teorias da Mais-Valia:

" O que aí diretamente se vende não é mercadoria em que o trabalho se realizou e sim o uso da própria força de trabalho, de fato, portanto, o próprio trabalho, pois o uso dessa força é a ação dela, o trabalho (...)" . Nesta "troca se permuta trabalho materializado na forma social geral, isto é, dinheiro, por trabalho que até então só existe como poder". (Teorias da Mais-Valia, Ed. Civ. Bras. I volume, pag. 392).

" ... o resultado (...) é que determinada quantidade de de trabalho materializado se trocou por quantidade maior de trabalho vivo. Isso se expressa no resultado do processo: o trabalho que se materializou no produto é maior do que o trabalho materializado na força de trabalho e, portanto, maior que o trabalho que é pago ao trabalhador". (idem, pag. 393)

Marx mostra, nesta passagem, a diferença existente entre a troca de mercadorias comuns e a troca realizada entre Capital e

Trabalho. No primeiro caso, trata-se de troca de trabalho materializado em diferentes valores de uso, ou seja, troca de substância. No segundo caso, no entanto, " não se trata de troca de trabalho": se de um lado o trabalhador recebe trabalho materializado na sua forma geral, ou seja, dinheiro, do outro o capital se apropria não do trabalho materializado no trabalhador, mas do trabalho que existe num primeiro momento como poder e em seguida como realidade. O objetivo determinante das trocas de mercadorias em geral não é, portanto, o mesmo das trocas entre Capital e Trabalho. Em outras palavras, as leis que regulam a relação Capital-Trabalho As salariado não são as mesmas que regulam a distribuição de diferentes tipos de trabalho. Neste último caso, trata-se de necessidades de valores de uso, enquanto que no primeiro as necessidades são de valorização do Capital. Ao se referir ao trabalho materializado na força de trabalho, que ele faz corresponder ao trabalho que é pago ao trabalhador, Marx acaba admitindo implicitamente, sem se dar conta, e em contradição com o restante do texto, que se trata de trabalho materializado em diferentes mercadorias, e que, portan tanto, o objetivo do Capital ao comprar força de trabalho é se apropriar da materialidade desta e não de sua capacidade de criar valor. O resultado final da troca é , então, apenas a diferença en tre os trabalhos materializados no trabalhador e no valor de uso que ele produziu, quase que uma diferença técnica, e não a diferença resultante da relação de produção em que o Trabalho aparece como fonte abstrata de valor, ou seja, separado dos meios de produção, e o Capital surge como detentor da propriedade desses meios . Em outras palavras, o trabalho excedente apropriado pelo Capital é o resultado da apropriação de todo o valor produzido pelo Trabalho, por meio da compra da força de trabalho. A determinação quantitativa dessa diferença é, portanto, eminentemente histórica, não podendo ser realizada logicamente, a não ser por meio de hipóteses

que fixem o valor da força de trabalho a partir de determinada realidade histórica.

E. O valor da força de trabalho como quantidade de trabalho - a relação geral de troca

Na citação que se segue, Marx procura justificar sua idéia de que o valor da força de trabalho corresponde a determinada quantidade de trabalho materializado no trabalhador.

" O trabalhador obtém com o dinheiro o valor de troca, a forma geral da riqueza em uma determinada quantidade, e a maior ou menor quantidade que ele obtém lhe proporciona uma maior ou menor participação na riqueza geral. A forma em que é determinado este mais ou este menos, a forma em que é medida a quantidade de dinheiro que ele recebe, interessa tão pouco à relação geral que não pode ser desenvolvida a partir desta enquanto tal. Considerado em geral, o valor de troca de sua mercadoria só pode ser determinado, não mediante a forma em que o comprador utiliza sua mercadoria, mas somente mediante a quantidade de trabalho objetivado que está presente na mercadoria mesma; quer dizer, neste caso mediante a quantidade de trabalho que custa produzir o trabalhador mesmo. Pois o valor de uso que ele oferece existe apenas como capacidade, como faculdade de seu corpo; não existe fora deste. O trabalho objetivado que é necessário para conservar corporalmente tanto a substância geral, na qual existe sua capacidade de trabalho, quanto ele mesmo, assim como também para modifi

ficar esta substância geral para o desenvolvimento de uma capacidade particular, é o trabalho objetivado na sua mercadoria" (a força de trabalho)." Este trabalho mede em geral a quantidade de valor, a soma de dinheiro que o trabalhador obtém na troca. O desenvolvimento posterior de como se mede o salário, assim como todas as demais mercadorias, mediante o tempo de trabalho que é necessário produzir o trabalhador enquanto tal, não entra, no entanto, nesta análise". (Grundrisse Ed. Grijalbo, Barcelona, 1977, pag. 224 e 225).

Aqui aparece mais uma vez claramente a idéia de que o valor da força de trabalho se refere ao trabalho objetivado no trabalhador enquanto tal. É interessante observar, também, que Marx está considerando neste momento de sua análise apenas a relação de troca em geral entre possuidores de mercadorias e aqui, particularmente, entre Capital e Trabalho, com o que justifica a expressão 'trabalho objetivado no trabalhador'. Essa relação geral refere-se ao fato de que apenas a qualidade de as mercadorias serem produtos do trabalho é capaz de igualá-las na troca, como Marx mostra no capítulo I d'O Capital I, A Mercadoria. Neste capítulo, no entanto, ainda não haviam sido introduzidas as relações de produção especificamente capitalistas, mas apenas as relações simples de troca. Ao se passar da sociedade mercantil para a sociedade capitalista, a forma-valor passa por um novo desenvolvimento, com o surgimento do preço de produção para as mercadorias comuns e do salário para a mercadoria força de trabalho, que para Marx corresponde ao valor das necessidades dos trabalhadores, sendo que esta última passagem teórica não havia sido explicitada por Marx, como argumentamos anteriormente. Afirma ele, ao mesmo tempo, que o " desenvolvimento posterior de como se mede o salário não entra nesta análise". Isso

indica que essa determinação do salário não é ainda estatística, e isto não apenas para essa mercadoria, mas também para todas as outras. Para a determinação do valor de troca destas últimas, o "desenvolvimento posterior" passa pela formação dos preços de produção que são, ainda assim, determinados em última instância pelo valor como o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Em outras palavras, os preços das mercadorias têm como referência os preços de produção que, por sua vez, são a forma modificada do valor. A mercadoria força de trabalho do ponto de vista de sua materialidade, por outro lado, não possui um processo de produção específico, mas sim é produzida pelo trabalhador mesmo, como um resultado de seu consumo, requerendo para isto certa quantidade de valor que é, no entanto, de difícil determinação, como argumentaremos mais à frente. Trata-se, portanto, de chegar à determinação desenvolvida do valor da força de trabalho correspondente à dos preços de produção das mercadorias comuns, quando se passa a analisar a sociedade capitalista, e portanto a questão da valorização do capital, o que irá implicar na necessidade de se considerar a qualidade da mercadoria força de trabalho de ser fonte de valor, e o fato de as outras mercadorias serem não apenas produtos do trabalho, mas também do capital. A própria necessidade desse passo teórico é sugerida por Marx quando afirma que neste momento trata apenas da relação de troca em geral e não procura determinar "a forma em que é medida a quantidade de dinheiro que ele" (o trabalhador) "recebe (...)".

Como conclusão deste capítulo, depois de percorrermos extensas citações, parece-nos interessante ressaltar o caráter recorrente, na obra de Marx, da expressão 'trabalho materializado na força de trabalho'. Como procuramos mostrar, a determinação do valor da força de trabalho por meio desse trabalho é problemática, se não verdadeiramente equívoca. Podemos constatar que Marx oscila entre dois polos: ao tratar dos aspectos teóricos relacionados à força de trabalho, utiliza uma formulação em que o valor é determinado por meio da materialidade; quando, por outro lado, se aproxima de questões mais concretas, vale dizer, históricas, como que esquece a formulação anterior e passa a determinar o valor da força de trabalho por meio dos hábitos e costumes, ou pelas necessidades históricas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, Marx não tem consciência dessa sua ambiguidade, de maneira que procura reunir esses dois lados da questão - o lógico e o histórico - através de sua simples justaposição (o componente "histórico e moral" do valor da força de trabalho), sem estabelecer uma formulação teórica que mostre claramente a descontinuidade que existe entre eles. Este problema relativo à formulação teórica, no entanto, não parece prejudicar a correção da visão que Marx tem do capitalismo, na medida em que ele não se apegava à sua formulação, oscilando livremente entre os dois lados da questão, de acordo com o contexto. Cabe-nos, portanto, tornar a teoria suficientemente rigorosa de maneira a incorporar a ela compreensões corretas de Marx que podem ser vislumbradas a partir de textos que se mostram contraditórios, e não simplesmente aceitar suas formulações ambíguas como tem sido feito até agora por muitos intérpretes de Marx, nem também rejeitá-las como absolutamente falsas como fazem os seus críticos.

Do nosso ponto de vista, portanto, devem ser destacados dois momentos teóricos relativos ao desenvolvimento da forma-valor da força de trabalho, como já argumentamos no capítulo anterior: a mercadoria força de trabalho como mercadoria material, com seu va-

lor determinado pelo trabalho materializado no trabalhador, e essa mercadoria como fonte de valor e de valor de uso, quando, então, seu valor é determinado pela relação de produção capitalista. Numa sociedade mercantil, a mercadoria força de trabalho aparece casualmente e apenas como mercadoria material (1), e desse ponto de vista idêntica às outras mercadorias na medida em que sua produção e seu consumo têm como origem e objetivo o trabalho como trabalho concreto e não como trabalho que cria valor, ponto de partida da exploração do trabalho no capitalismo. Numa sociedade capitalista, por sua vez, a característica da força de trabalho de ser fonte de valor, e não apenas portadora de valor, lhe confere uma especificidade que modifica a determinação de seu valor ou preço de produção.

(1) A força de trabalho dos escravos é um exemplo da força de trabalho considerada como mercadoria material, embora neste caso ela seja negociada não por determinado período mas na sua totalidade.

CAPÍTULO III

O VALOR DE USO DA FORÇA DE TRABALHO E SUA PRODUÇÃO

Neste ponto parece-nos interessante retomarmos resumidamente a argumentação dos dois capítulos anteriores. Vimos no capítulo I que Marx define inequivocamente, num primeiro momento, a força de trabalho pelo lado de sua materialidade, como capacidade de trabalho, como faculdades físicas e espirituais que são postas em movimento no trabalho. A categoria força de trabalho, considerada dessa maneira, é idêntica para qualquer forma de produção, constituindo um pressuposto material de qualquer trabalho.

Vimos também no capítulo II como Marx se mostra ambíguo quanto à relação entre o valor da mercadoria força de trabalho e a sua materialidade. A negação de que esse valor esteja relacionado com a materialidade do trabalhador se vê claramente quando Marx afirma a peculiaridade de essa mercadoria conter um componente histórico e moral; quando ele fixa o salário real para determinado momento histórico com o que dá uma solução provisória para a questão da determinação do valor da força de trabalho; quando inclui no valor dessa mercadoria o valor dos meios de subsistência necessários à família do trabalhador embora esses meios não tenham relação com a materialidade do trabalhador enquanto tal; quando mostra que o trabalho que o capital recebe na troca com o trabalhador só existe, num primeiro momento, como poder e não como substância, como sujeito e não como objeto; e finalmente quando afirma que está tratando apenas da relação geral de troca em que apenas pode ser trocado trabalho - materializado em diferentes formas (1) - e que o desenvolvimento posterior da determinação do salário não cabe no estudo dessa relação geral.

(1) Marx estende, aqui, para a mercadoria força de trabalho, a relação de troca entre mercadorias comuns, justificando, assim, a expressão 'trabalho materializado no trabalhador'.

Podemos concluir, portanto, que a questão não mostra a clareza necessária nos textos de Marx. Vamos examinar mais detalhadamente, então, o valor de uso da força de trabalho e sua produção. Antes, no entanto, é necessário estabelecer uma terminologia referente aos diferentes momentos da mercadoria força de trabalho.

A. Os elementos da mercadoria força de trabalho

Chamaremos o valor da mercadoria força de trabalho de $\underline{v}$, e seu valor de uso de $\underline{v_u}$ (veja esquema abaixo). Este último, no entanto, pode ser encarado de dois pontos de vista diferentes. Para o trabalhador, $\underline{v_u}$ é a forma transfigurada de $\underline{v}$, ou seja, é o resultado da transformação do valor da força de trabalho em uma determinada quantidade de bens de consumo que podemos chamar de $\underline{C_t}$ (consumo do trabalhador). Para o capital, por sua vez, $\underline{v_u}$ é uma potencialidade, um poder que o trabalhador possui, qual seja, o de produzir valor e valor de uso. Desdobraremos, portanto, o valor de uso da mercadoria força de trabalho em $\underline{v_{ut}}$ - valor de uso para o trabalhador - e $\underline{v_{uc}}$ - valor de uso para o capital (1).

Do ponto de vista conceitual, $\underline{v_{uc}}$ apresenta maior interesse para nós, na medida em que constitui a própria interioridade do valor de uso que é apropriado pelo comprador dessa mercadoria, enquanto que $\underline{v_{ut}}$ aparece apenas como uma descrição do consumo dos trabalhadores e de suas famílias (ver mais à frente, páginas 40 e 41), e, portanto, com um caráter de exterioridade com relação à determinação do valor da força de trabalho, valor esse que só pode se transformar em valores de uso depois de ter sido deter-

(1) "A figura do valor de uso que esta parte" - a parte do capital consumida em salário - (...) "assume antes de seu ingresso no processo de produção - na qualidade de meios de subsistência - é, assim, completamente diferente da figura que assume no interior desse processo, a qual é força de trabalho que se manifesta ativamente (...)". (Capítulo VI Inédito, Ed. Ciências Humanas, p. 16, p. 463 e 464 do manuscrito)

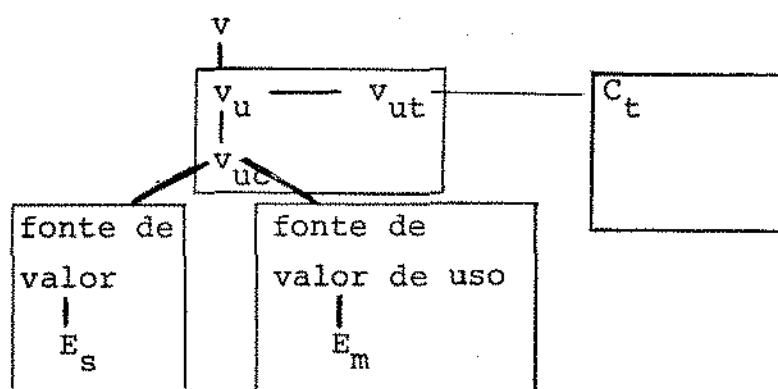
minado (ver pags. 57 e segs.).

O valor de uso da força de trabalho para o capital, como dissemos, é aquilo de que o capital se apropria pela compra da mercadoria força de trabalho. Antes de seu consumo, é um poder duplamente determinado, ou seja, é fonte de valor e fonte de valor de uso. Essas duas dimensões de v_{uc} pressupõem, por sua vez, uma existência material - E_m - e uma existência social - E_s - dos trabalhadores. Em outras palavras, para que o valor de uso da mercadoria força de trabalho exista e seja duplamente determinado, é necessário que o trabalhador exista materialmente, que seja materialmente adequado ao trabalho, e que também exista socialmente, ou seja, que esteja inserido em uma sociedade em que o trabalho seja eminentemente voltado para a troca.

O valor de uso da força de trabalho para o trabalhador, por sua vez, representa o conjunto de bens consumidos em média pelos trabalhadores e suas famílias. Seu valor é, portanto, a soma dos valores desses bens. Esse é o valor aparente da força de trabalho, que surge historicamente, e que Marx assume, em vários pontos de sua obra, como sendo o verdadeiro valor dessa mercadoria.

Podemos, então, esquematizar como se segue a mercadoria força de trabalho e seus momentos.

mercadoria força de trabalho:



B. A capacidade de trabalho do trabalhador absoluto

A capacidade de trabalho é um pressuposto de qualquer trabalho, independente da forma social em que ele é realizado. O trabalho de um escravo, tanto quanto o de um trabalhador assalariado, assim como o de qualquer outro, pressupõe a existência de " determinado quantum de musculo, nervo, cérebro, etc. humanos " que são postos em movimento e consumidos na realização do trabalho. Esta, e apenas esta, é a materialidade da capacidade de trabalho, do nosso ponto de vista. É a capacidade de trabalho do trabalhador absoluto onde estão negadas as determinações formais da produção. A determinação da quantidade de bens que devem ser consumidos para a reprodução dessa capacidade de trabalho depende de dois momentos que podem ser analisados em si mesmos e em sua relação: o processo de trabalho e o trabalhador, ambos vistos em sua materialidade entendida esta no seu sentido amplo, ou seja, como realidade física e espiritual. Um escravo deve receber uma ração suficiente para que possa produzir; ao mesmo tempo deve ser compelido ao trabalho por algum instrumento de dominação de maneira a que ele se empenhe de alguma forma - e este é o lado espiritual - na realização da produção; finalmente, deve-se satisfazer sua necessidade de um mínimo de lazer e descanso. Um operário, por sua vez, deve também receber uma determinada quantidade de bens de consumo, preparo técnico e motivação para realizar seu trabalho específico, bem como desfrutar de certo período de lazer e descanso.

A determinação dos bens necessários à reprodução da capacidade de trabalho depende, portanto, de dois fatores - o trabalhador absoluto e o processo de trabalho - que podem ser devidamente analisados, mas que surgem como abstratos na medida em que aparecem apenas concretamente, historicamente, e não isoladamente, ou seja, aparecem como trabalhadores e meios de produção determinados

e já em processo. A precisa determinação daqueles bens, no entanto, não nos interessa aqui, além de ser de difícil realização. Basta-nos verificar, apenas, que, em primeiro lugar, a medida que o trabalho se complexifica, maior deve ser o conjunto de bens necessários à reprodução da capacidade de trabalho, à preparação e à motivação dos trabalhadores; e que, em segundo lugar, o consumo dos trabalhadores visto de uma perspectiva histórica é, muitas vezes, largamente superior ao necessário à mera reprodução da capacidade de trabalho, na maioria dos países capitalistas. Um trabalhador norte-americano e um brasileiro com a mesma qualificação, por exemplo, necessitariam teoricamente, vale dizer abstratamente, da mesma quantidade de bens de consumo para a reprodução de sua força de trabalho (materialidade); no entanto, o trabalhador norte americano tem um consumo várias vezes superior ao brasileiro. Aqueles que procuram explicar o fato de que os operários de países desenvolvidos têm acesso a bens de consumo durável devido a uma necessidade material por esses bens, como por exemplo a necessidade de locomoção ao local de trabalho, não vêem que a determinação do consumo dos trabalhadores está relacionada a fenômenos muito mais amplos que a reprodução de sua mera materialidade como trabalhadores.

C. O processo de produção da capacidade de trabalho

O processo de produção da capacidade de trabalho é um momento do próprio consumo do trabalhador. Esse consumo pode ser dividido analiticamente em consumo produtivo que reproduz a materialidade da capacidade de trabalho e consumo improdutivo que satisfaz as necessidades do trabalhador não relacionadas à sua existência e à sua função no processo de trabalho. Dizemos que esta é uma divisão analítica, abstrata, porque, concretamente, o consumo do trabalhador apresenta uma certa unidade: alguns itens poderiam

ser separados, como os que estão intimamente ligados à função produtiva do trabalhador, como, por exemplo, os gastos com a sua formação técnica; por outro lado, no entanto, outros itens como lazer, alimentação, habitação, etc. dificilmente poderiam ser separados entre os voltados à produção da capacidade de trabalho e os voltados às necessidades dos trabalhadores não relacionadas a essa capacidade.

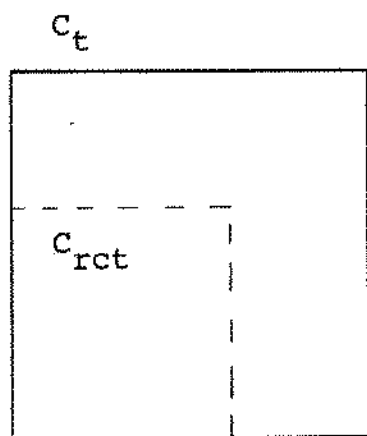
Ambos os consumos requerem trabalho, além do próprio trabalho necessário à produção do objeto consumido. De maneira análoga à divisão do consumo dos trabalhadores em produtivo e improdutivo, pode-se pensar também que esse trabalho é em parte trabalho que produz valor, trabalho abstrato, na medida em que produz um valor de uso para a troca - a mercadoria força de trabalho -, e em parte trabalho meramente improdutivo, ou seja, trabalho concreto não abstrato, que busca simplesmente a satisfação das necessidades do indivíduo. A própria dificuldade e artificialidade de separação do consumo, entretanto, resulta na dificuldade de separação dos trabalhos produtivo e improdutivo em relação à produção da capacidade de trabalho.

Do ponto de vista da materialidade, portanto, podemos afirmar que a produção da capacidade de trabalho requer de um lado uma certa quantidade de bens de consumo, e de outro lado uma certa quantidade de trabalho necessária ao próprio consumo. Ambas as quantidades se reduzem a trabalho, que, como mostramos, dificilmente poderá ter sua magnitude determinada de acordo com algum critério razoável.

Dada a dificuldade dessa determinação, cabe-nos apenas afirmar que o trabalhador consome tendo em vista as suas necessidades em geral - incluídas aí as necessidades de sua família -, e que o resultado desse consumo é o próprio indivíduo satisfeito em suas necessidades e entre outras coisas capaz de trabalhar. A pro-

dução da capacidade de trabalho aparece como um dos momentos da produção de si mesmo. Finalmente, essa produção requer certa quantidade de trabalho que se incorpora ao próprio indivíduo em sua materialidade.

Chamemos de C_{rct} o conjunto dos bens que reproduziriam estritamente a capacidade de trabalho. C_t que representa, como vimos, o conjunto dos bens efetivamente consumidos pelos trabalhadores e suas famílias, é uma determinação real, e C_{rct} é uma determinação meramente analítica ou, por assim dizer, virtual. Se assumirmos, além do mais, a hipótese de que a capacidade de trabalho é realmente reproduzida, então é fácil compreender que o conjunto C_{rct} está contido no conjunto C_t . No caso extremo em que C_t apenas reproduz a capacidade de trabalho, teremos uma identidade entre os dois conjuntos, sendo esta a situação que implicaria na máxima exploração possível do trabalho no capitalismo. Finalmente, C_{rct} não pode conter mais elementos que C_t , pois nesse caso a capacidade de trabalho deixaria de ser reproduzida ou o faria de maneira atrofiada, implicando, com isto, no desaparecimento do indivíduo como trabalhador, eliminando, portanto, a própria relação de produção que estamos examinando, e que é a base do consumo dos trabalhadores (C_t).



D. A determinação negativa do valor da força de trabalho - $V(v_{ut})$

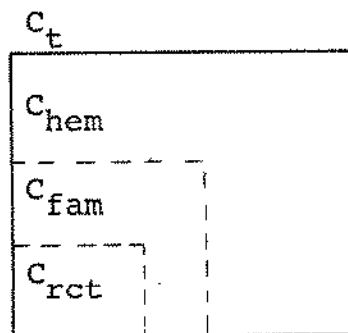
O conjunto de bens consumidos pelos trabalhadores e suas famílias, C_t , tem um valor que é a soma dos valores de cada um desses bens tomados isoladamente, ou seja, $v = V(v_{ut}) = V(C_t)$ ⁽¹⁾. Marx considera em vários pontos de sua obra como sendo esta a verdadeira determinação do valor da força de trabalho. Trata-se, no entanto, de uma mera constatação empírica relativa àquilo que os trabalhadores e suas famílias consomem em média, e ao valor desses bens de consumo. Podemos chamar esta constatação de determinação negativa do valor da força de trabalho, na medida em que corresponde apenas a uma descrição do que acontece cotidianamente - a transformação de valor em valor de uso -, e não a como esse valor é posto como uma magnitude determinada. Se, por outro lado, considerássemos essa constatação como sendo uma determinação positiva do valor da força de trabalho, então teríamos que retornar à formulação da força de trabalho como mercadoria material, ou seja, como mercadoria que seria vendida pelo trabalho materializado em seu valor de uso, formulação essa que se mostrou insatisfatória como vimos anteriormente (particularmente, cap.II e item C deste capítulo).

Por outro lado, essa determinação do valor da força de trabalho parece à primeira vista ser uma determinação eminentemente histórica, e em verdade o é, mas apenas na medida em que é mera constatação histórica e empírica. Quando, entretanto, Marx procura analisá-la segundo seus componentes, separa a reprodução material do trabalhador, a reprodução de sua família, e o componente histórico e moral. O valor dessa mercadoria seria, então, uma soma de componentes materiais e históricos. Se aceitarmos essa análise, vemos, em primeiro lugar, deixar de considerar esta determinação como sendo eminentemente histórica, na medida em que o processo de determinação se resumiria à própria operação de soma; em segundo

(1) Notação: $V(v_{ut})$ e $V(C_t)$: o valor de v_{ut} e de C_t .

lugar, o que acontece, no entanto, é que, em uma determinada economia concreta, histórica, o valor da força de trabalho não surge como uma agregação de componentes, mas como uma realidade já determinada. Pode-se ver, portanto, que essa análise que Marx faz dos componentes do valor da força de trabalho é uma análise abstrata que não determina esse valor, mas apenas o separa em componentes, que somados dão como resultado - tautológico - o valor de que se tinha partido inicialmente.

Utilizando a terminologia desenvolvida até aqui, vamos relembrar, rapidamente, como Marx determina o valor da força de trabalho, particularmente no livro I d'O Capital. Considera em primeiro lugar a força de trabalho do ponto de vista da sua materialidade, como fundada na existência material do trabalhador (E_m) (ver capítulo I, pag. 14). Determina, a partir daí, seu valor pela reprodução dessa materialidade, ou seja, pelo trabalho necessário à produção dos meios de subsistência dos trabalhadores cujo consumo reproduz a capacidade de trabalho (C_{rct}). Acrescenta, em seguida, o consumo necessário à reprodução de outras existências - a família do trabalhador - (C_{fam}), para, por fim, acrescentar um componente histórico e moral (C_{hem}), com o que passa a determinar o valor da força de trabalho por meio das necessidades básicas dos trabalhadores e suas famílias ($C_t = C_{rct} \cup C_{fam} \cup C_{hem}$). Pode-se perceber, claramente, que Marx parte inicialmente da materialidade do trabalhador (E_m e C_{rct}) para abandoná-la progressivamente.



E. O valor de uso da força de trabalho para o capital (v_{uc})
e seu consumo

Como vimos anteriormente, o valor de uso da força de trabalho para o capital apresenta duas determinações que se fundam na existência social (E_s) e material (E_m) dos trabalhadores.

A existência material abstrai das diferentes formas sociais de produção, e uma vez dada requer um consumo adequado à reprodução da capacidade de trabalho. A existência social dos trabalhadores, por sua vez, resulta de um processo histórico através do qual os trabalhadores se vêm separados dos seus meios de produção. É esta existência que permite ao capital realizar seu objetivo de valorização ao se apropriar da força de trabalho como fonte de valor. É uma existência irreduzível ao capital na medida em que este é incapaz de produzi-la: o capital produz apenas a materialização do trabalho, busca transformar sua condição subjetiva - o trabalho vivo -, e sua condição objetiva - os meios de produção - em coisas (objetivas, portanto) que apresentem mais trabalho. O trabalho vivo que ele abriga dentro de si lhe permanece, no entanto, inacessível e paradoxalmente exterior, já que o capital é apenas uma coisa que produz coisas, trabalho morto que produz mais trabalho morto. A existência viva não é Capital, é Trabalho.

Do nosso ponto de vista, a insuficiência teórica de Marx é resultado de ele não considerar, em sua formulação, o papel assumido pelo lado social da existência do trabalhador na determinação do valor da força de trabalho. Como vimos acima, o valor de uso da força de trabalho para o capital, v_{uc} , é duplamente determinado, e como tal não pode ter seu valor determinado com base apenas em uma de suas dimensões - a materialidade, que ademais não tem correspondência imediata com o consumo efetivo dos trabalhadores. Esse descuido de Marx com relação à dimensão social de v_{uc} acaba

por levá-lo a considerar o consumo da força de trabalho pelo capital como estando incluído no processo de trabalho, e não no processo de produção como um todo:

" A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela". (O Capital I tomo 1, Ed. Abril, pag. 149)

Neste capítulo Marx trata do processo de trabalho e do processo de valorização. A citação acima aparece no item 1 deste capítulo - O processo de trabalho. No item 2 - O processo de valorização, no entanto, Marx deixa de se referir ao consumo da dimensão social de v_{uc} . Certamente que Marx mostra aí que o objetivo do capital é a valorização, e que a origem desta última encontra-se, precisamente, na criação de valor pela força de trabalho. Não explicita, entretanto, que essa criação de valor é o próprio consumo de uma das dimensões de v_{uc} .

Em que consiste, então, o consumo de v_{uc} como um todo ? Da mesma forma que v_{uc} , seu consumo é também duplamente determinado. O consumo da capacidade de criar valores de uso é o trabalho concreto; o consumo da capacidade de criar valor é o trabalho abstrato; finalmente, o consumo de v_{uc} como um todo é o próprio trabalho como criador de valores de uso e valor. O primeiro consumo está incluído no processo de trabalho; o segundo, no processo de valorização; e o terceiro no processo de produção como um todo. O consumo de v_{uc} é, portanto, o consumo da condição subjetiva da produção, e o fato de não explicitar a dupla determinação desse consumo acaba por levar Marx, inadvertidamente, a tratar a força de trabalho como condição meramente objetiva da produção, em determinados pontos de sua obra. Pode-se ver na citação que se segue

que Marx considera como idênticas as determinações dos valores da condição subjetiva e da condição objetiva da produção:

" Como o de qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho necessária à sua reprodução; o fato de que essa quantidade de trabalho é determinada pelo valor dos meios de subsistência necessários ao trabalhador (...) é uma peculiaridade dessa mercadoria, porém não é mais peculiar do que o fato de que o valor do gado de carga é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção (...)" . (O Capital II, Ed. Abril, pag. 283, grifos nossos)

Marx afirma aqui, portanto, que a determinação do valor através dos meios de subsistência é uma peculiaridade dos gados de carga e da força de trabalho. Trata-se, então, de uma peculiaridade material, na medida em que tanto o gado quanto o trabalhador têm em comum a peculiaridade de serem animais, e terem, portanto, necessidade de meios de subsistência, por mais que isto seja uma afirmação grosseira. No entanto, o fato de que o trabalhador é uma condição subjetiva da produção, diferencia-o essencialmente do gado de carga. Em primeiro lugar, o trabalhador cria valor, enquanto que o gado apenas transfere o trabalho materializado nele. Em segundo lugar, o trabalhador, como condição subjetiva da produção, recebe o valor de sua mercadoria em dinheiro e com esse quantum vai ao mercado onde decide o que comprar, ao passo que o gado não recebe valor, não vai ao mercado e nem escolhe seus meios de subsistência. Estes últimos são determinados diretamente pelo seu proprietário tendo em vista a produtividade do gado, e não a satisfação de suas necessidades. Marx, evidentemente, não ignora o papel daquela circulação de mercadorias que parte do valor apropriado pelos traba-

lhadores, mas lhe dá pouca importância na medida em que a considera como mero momento evanescente que apenas realiza a transformação de valor em meios de subsistência para a reprodução da capacidade de trabalho (como argumentaremos mais à frente, trata-se, na verdade, de transformação de valor em valores de uso consumidos pelos trabalhadores e suas famílias). E subjacente a esse processo de circulação encontra-se o fato de a força de trabalho ser uma condição subjetiva da produção, ou seja, de ser ao mesmo tempo fonte de valores de uso e de valor, e não meramente valor de uso - com ou sem trabalho materializado - como as condições objetivas de produção.

Surge também, aqui, a questão de se poder ou não afirmar que a força de trabalho tem valor, no sentido de apresentar determinada quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso . As mercadorias comuns apresentam em si mesmas trabalho materializado em certa quantidade, trabalho esse que lhes conferiu uma forma material que lhes permite satisfazer necessidades humanas. Nas palavras de Marx, " o valor do ferro, linho, trigo, etc., embora invisível, existe nessas coisas mesmas " (O Capital I pag. 88). A magnitude desse valor, por sua vez, pode variar com a modificação da produtividade social do trabalho, mas isso não altera o fato de esses valores de uso apresentarem trabalho materializado: a modificação da produtividade altera apenas a quantidade de trabalho materializado neles, ou seja, essa quantidade é determinada pela produtividade social presente, atual. Dessa maneira, se uma mercadoria não é realizada hoje, pode se valorizar ou desvalorizar, mas continua a ter trabalho materializado em si mesma, tendo, portanto , valor. O mesmo não acontece, no entanto, com a mercadoria força de trabalho: se ela não é vendida hoje, deixa de ter valor hoje e tem que ser novamente produzida e novamente oferecida à venda. Em outras palavras, o valor de uso da força de trabalho, assim como seu

valor, desaparecem completamente se ela não for vendida, reaparecendo apenas quando a venda for efetivada. Pode-se ver, aqui, que a mera capacidade de criar valores de uso e valor não é suficiente para que a força de trabalho 'tenha' valor; para que isso aconteça, ela deve se mostrar realmente capaz de criar valores de uso e valor. Uma formulação mais rigorosa do valor de uso da força de trabalho incluiria a localização temporal dessa capacidade, ou seja, como capacidade de criar valores de uso e valor hoje, este mês ou este ano. Aqui, aparecem como relevantes os aspectos institucionais como a duração dos contratos de trabalho.

Podemos dizer, então, que a força de trabalho tem valor na medida em que é o suporte de uma relação de produção. Por outro lado, a dimensão material de seu valor de uso apresenta trabalho materializado em si mesma, mas apenas como condição necessária ao trabalho concreto, e não como trabalho que determina o valor da força de trabalho. Finalmente, considerar que a força de trabalho possui valor fora de uma relação de produção é considerá-la como condição objetiva de produção, sobre a qual se materializou determinada quantidade de trabalho, e não como aquilo que ela realmente é - condição subjetiva da produção.

F. A produção do valor de uso da força de trabalho para o capital

Uma vez dadas a existência material e social dos trabalhadores, a produção do valor de uso da força de trabalho para o capital resulta da reprodução dessas existências. De um lado, a reprodução da capacidade de trabalho cria o pressuposto material do trabalho; do outro, a produção da capacidade de criar valor é a reprodução da separação do trabalhador de seus meios de produção, reprodução essa que o obriga a vender sua força de trabalho como única forma de participar da riqueza produzida pela sociedade.

Vamos relembrar, aqui, por outro lado, o caminho percorrido por Marx quando procura determinar o valor das mercadorias comunis como sendo o trabalho socialmente necessário à sua produção. Examina, inicialmente, o processo de troca de mercadorias, e mostra que o único elemento que elas têm em comum é a qualidade de serem produtos do trabalho humano, trabalho orientado no sentido de satisfazer necessidades de outrem, portanto trabalho para a troca. A determinação quantitativa das relações de troca e do valor surge quando se examina o processo de produção de cada mercadoria e se determina a quantidade de trabalho necessária à sua produção, do ponto de vista da sociedade como um todo. O valor, e posteriormente o preço de produção, de cada mercadoria, que determina, também, a relação quantitativa de troca entre elas, corresponde, portanto, ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Dessa maneira, esse tempo de trabalho é a determinação positiva dos valores e dos preços de produção, enquanto que os preços médios ou os efetivos são determinações meramente negativas dos valores das mercadorias.

Quando, no entanto, Marx examina a determinação do valor da força de trabalho, adota um procedimento diferente. Parte de uma determinação negativa desse valor, ou seja, o valor médio assumido por essa mercadoria em determinado momento histórico, e em seguida procura desvendar como esse valor é posto como uma magnitude determinada. Analisando o valor de uso da força de trabalho, o que ele encontra, no entanto, não é a interioridade, isto é, o processo de produção desse valor de uso, mas retorna à exterioridade de que havia partido, qual seja, o valor médio da força de trabalho que corresponde a um conjunto de bens consumidos pelos trabalhadores. A tentativa de Marx de fazer com que esses bens constituam o processo de produção da força de trabalho na sua materialidade, se mostra infrutífera, como procuramos mostrar

principalmente no capítulo 2 deste trabalho. A determinação positiva do valor da força de trabalho nesta formulação de Marx é, portanto, circular e tautológica, já que se identifica à determinação negativa. Dito de outra forma, a determinação positiva não está presente nesta sua formulação, ou se está é equívoca.

Nossa análise desta questão se diferencia da de Marx principalmente pelo fato de enfatizarmos a duplicidade de determinações do valor de uso da força de trabalho, e seu papel na determinação do seu valor. Parece-nos, portanto, que devemos considerar a produção desse valor de uso, para determinarmos, então, o seu valor, da mesma forma por que se determinou o valor de outros valores de uso. Como vimos, v_{uc} pressupõe uma existência material (E_m) e social (E_s) do trabalhador. A produção da capacidade de trabalho parte da existência material do trabalhador e requer, para que ela ocorra, um consumo materialmente adequado. A existência social do trabalhador se refere, por sua vez, ao papel assumido pelo trabalhador em uma sociedade em que se produz para a troca, e em uma sociedade em que os meios de produção assumem a forma de capital. A autonomização dos meios de produção frente aos produtores diretos é já uma realidade da produção para a troca; a partir dessa realidade, a produção do valor de uso da força de trabalho é a própria reprodução dessa separação, separação essa que se dá historicamente de maneira mais ou menos favorável aos trabalhadores. Por trás do valor de uso da força de trabalho para o capital, encontramos, portanto, precisamente a relação de produção capitalista em que os meios de produção se tornaram independentes dos produtores diretos. Se as mercadorias comuns eram produtos de trabalho para a troca em determinada quantidade, a força de trabalho é, por sua vez, produto de uma sociedade dividida (esta a determinação qualitativa) entre produtores e proprietários, e dividida de uma forma determinada historicamente (esta a determinação quan-

titativa). Concebido dessa maneira, o valor da força de trabalho surge apenas historicamente para cada sociedade capitalista determinada, dependendo a magnitude desse valor de como se organiza a produção nessa sociedade, se mais voltada ao consumo dos trabalhadores ou à apropriação capitalista. Essa historicidade imanente à mercadoria força de trabalho implica na completa indeterminação de seu valor de um ponto de vista teórico-abstrato (1) e traduz , também, a possibilidade de elevação do salário real, na medida em que não há um salário real que esteja pré-estabelecido teoricamente. A transformação dessa possibilidade em realidade surgirá da investigação do movimento concreto da economia e dos determinantes desse movimento, sejam eles extra-econômicos como o papel assumido pelo Estado e as modificações da cultura das sociedades, sejam econômicos como a elevação da produtividade, a luta sindical , os monopólios e a acumulação de capital.

(1) Vale dizer, aqui, nenhuma teoria pode estabelecer, abstratamente, o valor do valor de uso - força de trabalho.

CAPÍTULO IV

A FIXAÇÃO DO SALÁRIO REAL E A SUPOSIÇÃO DAS NECESSIDADES
NA OBRA DE MARX

Vimos, portanto, que a análise feita por Marx da interioridade do valor de uso da força de trabalho apresenta deficiências que irão implicar na ausência de determinação positiva do valor dessa mercadoria, embora ele procure determiná-lo por uma soma de componentes.

Vejamos, agora, de que forma ele insere o valor da força de trabalho no restante de sua teoria, e particularmente no livro I d'O Capital. Veremos aqui, mais claramente, que a sua preocupação maior nesta obra é a compreensão conceitual do capitalismo, o que irá implicar em procedimentos normativos que, no entanto, não devem entrar em contradição com o estudo histórico das economias. Esses procedimentos podem ser vistos quando Marx estabelece determinadas hipóteses de maneira a simplificar sua análise.

" O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador médio. Embora a forma desses meios possa variar, é determinada sua quantidade num tempo dado de uma dada sociedade, justificando-se, nessas condições, considerá-la magnitude constante (1) . O que muda é o valor dessa quantidade". (O Capital I tomo 2, Ed. abril, pag 113, grifos nossos).

O que Marx faz, aqui, é estabelecer uma hipótese plausível: parte de uma " dada sociedade num tempo dado" e verifica, cons

(1) Veja-se, também a citação da pag. 23 (item 7).

tata empiricamente, que a " quantidade desses meios é determinada". Isto justifica, então, "considerá-la magnitude constante". Ao mesmo tempo ele não fixa outro parâmetro - a produtividade social do trabalho, que ao variar irá modificar simultaneamente o valor daqueles meios de subsistência cuja quantidade ele havia pressuposto constante.

Esse procedimento, em que Marx fixa o salário real, pode ser visto também em outros pontos de sua obra. Particularmente no capítulo IX d'O Capital I:

Neste capítulo supomos, como até aqui, que o valor da força de trabalho, a parte da jornada de trabalho necessária para reproduzir ou manter a força de trabalho, é uma grandeza constante, dada". (O Capital I tomo 1, Ed. Abril, pag. 239, grifos nossos).

Marx fala, aqui, do valor (e não dos valores de uso que lhe correspondem) da força de trabalho como constante. Para isto a contecer é necessário, segundo Marx, que a quantidade de meios de subsistência seja de magnitude constante e que a produtividade social do trabalho permaneça invariável, o mesmo acontecendo, portanto, com o valor daqueles meios.

No capítulo que se segue a esse (capítulo X - Conceito de Mais Valia Relativa), Marx irá considerar a produtividade como variável.

" ... o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho ou para reproduzir seu valor pode diminuir, não porque o salário do trabalhador cai abaixo do valor de sua força de trabalho, mas só porque esse próprio valor cai". (...) " Isto, porém, é impossível sem aumentar a força produtiva do trabalho". (O Capi-

tal I tomo 1, Ed. Abril, pag. 250).

Surge, dessa forma, a possibilidade de obtenção de uma mais valia extra, baseada na elevação da produtividade social do trabalho relativa aos setores que produzem os bens consumidos pelos trabalhadores, a que Marx chama de mais-valia relativa.

Com base nesta formulação fica claro para nós a impossibilidade de que se possa explicar uma elevação do salário real pelo aumento da produtividade.

" O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de determinado quantum de meios de subsistência. O que muda com a força produtiva do trabalho é o valor desses meios de subsistência, não sua massa. A massa mesma, ao aumentar a força produtiva do trabalho, pode crescer simultaneamente e na mesma proporção para o capitalista e o trabalhador, sem nenhuma variação de grandeza entre preço da força de trabalho e mais-valia. (...) Uma duplicação da força produtiva do trabalho, com idêntica divisão da jornada de trabalho, deixariam inalterados o preço da força de trabalho e a mais-valia. (...) Embora o preço da força de trabalho permaneça o mesmo, ele teria se elevado acima de seu valor". (O Capital I tomo 2 Ed. Abril, pag 115, grifo nosso).

Acima de que valor? Certamente, acima do valor que havia sido pressuposto anteriormente por Marx (ver a citação da p. 50). A explicação de uma elevação do salário real por um aumento de produtividade é, portanto, explicitamente impossível dentro dessa formulação: se o salário real aumenta, o faz acima do salário real anterior que é aquele que sempre, por hipótese, determina o valor da força de trabalho; nesse caso, então, o salário aumentou acima do seu valor.

Aqui aparece claramente o procedimento normativo de Marx. Como ele está preocupado neste momento apenas com a compreensão conceitual do capitalismo e não com o movimento real da economia, estabelece hipóteses plausíveis como a fixação do salário real. Coerentemente com essa fixação, estará fixado, também, o valor da força de trabalho para cada produtividade social do trabalho. E, por fim, novamente coerente com seu procedimento normativo, afirma a possibilidade (1) da elevação do salário real simultaneamente com a produtividade, possibilidade essa que não pode se transformar em necessidade (2) dentro dos limites estabelecidos por esta mesma formulação.

Vemos, portanto, que Marx ao proceder dessa forma acaba por incorrer em uma análise estática que implica, também, em um fechamento, por assim dizer, da sua formulação para a história, de maneira a que lógica e história, a partir do momento em que as hipóteses foram estabelecidas, passam a apresentar desenvolvimentos independentes na exata medida do poder de essas hipóteses refletirem fielmente o movimento real da economia. Por outro lado, a elevação da produtividade — uma das tendências essenciais do capitalismo — é tratada, nessa formulação, de uma forma abstrata, ou seja, supondo-se simplesmente a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de determinado valor de uso e a consequente redução de seu valor sem, no entanto, investigar os processos de produção reais e as transformações por que passam. Essa produtividade abstratamente concebida é capaz apenas de ajudar na compreensão das tendências gerais do capitalismo, e particularmente neste caso a tendência à redução do valor da força de trabalho, mas que descarta a priori outros aspectos importantes do movimento real, como a ques

(1) O 'pode' grifado na citação anterior.

(2) E, portanto, em explicação de uma elevação dos salários reais.

tão da elevação do salário real. Concebida assim, a elevação da produtividade é simplesmente apropriada pelo capital, implicando, portanto, na elevação da mais-valia, e sem reflexos sobre o salário real.

A incompreensão deste lado metodológico das formulações teóricas de Marx permite amplas vulgarizações que, embora baseadas em passagens específicas, fogem por completo à concepção que Marx tem do capitalismo, que pode ser apreendida no conjunto de sua obra.

Vejamos, agora, em uma passagem que trata de uma questão mais geral, outros traços metodológicos semelhantes ao que acabamos de examinar. Nas primeiras páginas da *Miséria da Filosofia*, ele critica a concepção de Proudhon sobre a natureza do valor de troca e do valor de uso.

" Supondo-se que as necessidades ultrapassem a produção espontânea da natureza, o homem é obrigado a recoreer à produção industrial". (*Miséria da Filosofia*, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1982, pag. 39)

Marx descreve nesse momento a argumentação de Proudhon. Trata-se, neste ponto, de algo incontestável, evidente por si mesmo, quase que mera constatação: as necessidades dos homens ultrapassam realmente a produção espontânea da natureza, sendo, então, satisfeitas pela produção industrial. Proudhon, no entanto, considera a indústria como sendo mera reunião de homens sozinhos que " dirigem-se " a outros para colaborarem na produção.. Parece claro que a subjetividade dos indivíduos isolados que "propõem" colaboração uns aos outros para produzirem tendo em vista as suas necessidades é altamente fantasiosa e irreal. Antes o que acontece é encontrarem-se os indivíduos já em relações determinadas cuja constituição não passou pela sua subjetividade (o indivíduo determina-

do pela sociedade - Grundrisse, idem, pag.187)

" "Dirijo-me", diz Proudhon, " a meus colaboradores em funções diversas". Logo, tenho colaboradores que exercem funções diversas, embora, apesar disto e sempre segundo a suposição do Sr Proudhon, todos nós estejamos na posição solitária e pouco social dos Robinson". (Miséria da Filosofia, idem, pag 40, grifos nossos).

Vejamos, agora, os passos lógicos de Marx que levam das necessidades ao valor de troca, e deste àquelas.

" Tantas necessidades a satisfazer supõem tantas coisas a produzir - não há produtos sem produção - e tantas coisas a produzir não supõem mais apenas a mão de um só homem colaborando para produzi-las. Ora, a partir do momento em que se supõe mais de um homem na produção supõe-se já toda uma produção fundada na divisão do trabalho. Suposta a divisão do trabalho, está admitida a troca e, conseqüentemente, o valor de troca". (Miséria da Filosofia, idem, grifos nossos).

Repare-se, aqui, o procedimento hipotético de Marx, em que a primeira suposição - as necessidades - levam à suposição da produção fundada na divisão do trabalho que por sua vez implica na suposição da troca entre os produtores e, portanto, do valor de troca. Esse tipo de raciocínio é tão somente capaz de mostrar o encadeamento lógico de categorias já constituídas e que aparecem fenomenicamente na superfície da sociedade.

Esse caminho pode ser invertido sem que se altere a correção das conclusões, diz Marx.

" Para explicar o valor de troca é necessária a troca. Para explicar a troca, é necessária a divisão do trabalho. Para explicar a divisão do trabalho, são precisas necessidades que a exijam. Para explicar estas necessidades, é preciso "supô-las", o que não equivale a negá-las (...) ". (Miséria da Filosofia, idem, grifos nossos)

Proudhon dizia no prólogo de sua obra: " Supor Deus é negá-lo". Para Marx, portanto, a suposição é válida, e esse método de raciocínio baseado em hipóteses deve ser visto do ângulo de sua correção, ao mesmo tempo em que deve-se ter em conta os seus limites. A subjetividade da produção, seu movimento, sua constituição, não estão ainda desvendados, inversamente ao que acredita Proudhon para quem os indivíduos "dirigem-se" uns aos outros e "propõem" a colaboração. A preocupação, aqui, é puramente conceitual, procurando desvendar apenas as relações exteriores entre as categorias. O método é válido e correto mas tem os seus limites

Esse procedimento de Marx é semelhante ao que adota quando supõe o salário real como magnitude constante (como vimos no início deste capítulo), que é o mesmo que fixar as necessidades dos trabalhadores. Ambas são formulações que têm preocupações conceituais, com o que se separam do movimento real das economias concretas. A suposição é feita, e a partir desse momento teoria e história percorrem caminhos diferentes mas não opostos ou contraditórios. Pelo contrário: faz-se a suposição, com a intenção justamente de compreender de forma mais profunda o movimento real, não com a intenção de determiná-lo completamente, mas de desvendar suas tendências gerais. Esse mesmo procedimento, entretanto, constitui a própria base da vulgarização da obra de Marx, devido à aceitação acrítica das hipóteses adotadas por Marx.

CAPÍTULO V

O VALOR DA FORÇA DE TRABALHO COMO QUANTIDADE

A. A inversão da relação entre o valor da força de trabalho e os meios de subsistência dos trabalhadores

Vimos no capítulo anterior que Marx supõe o valor da força de trabalho como sendo correspondente ao valor de determinada quantidade de meios de subsistência, e que essa suposição se baseia na sua preocupação conceitual e não na sua intenção de estudar o movimento real das economias.

Se de fato observarmos o que acontece nas economias reais, veremos que aquele procedimento adotado por Marx deve ser invertido: o valor da força de trabalho não é determinado pelos bens consumidos pelo trabalhador, mas sim, que esses bens são determinados por aquele valor. Trata-se, aqui, de uma simples troca de trabalho materializado em diferentes valores de uso, idêntica a qualquer troca de mercadorias comuns: os trabalhadores possuidores de valor trocam sua mercadoria - o dinheiro - por outras mercadorias que irão satisfazer suas necessidades.

Como Marx determina n'O Capital I o valor da força de trabalho pelos meios de subsistência dos trabalhadores, ele acaba desconsiderando ou dando pouca importância em sua análise a esse momento das trocas de mercadorias, uma vez que supõe que essas trocas realizadas pelos trabalhadores ocorrem imediatamente. Aquele caminho que vai do valor da força de trabalho (v) aos bens consumidos pelos trabalhadores (C_t) é substituído, em Marx, por uma relação matemática de identidade: de $v \rightarrow C_t$ para $v = V(C_t)$. Por outro lado, a relação de determinação de v , que para nós ainda não foi plenamente explicitada mas que se funda nas relações de produção, tem nesta formulação de Marx o sentido inverso, $C_t \rightarrow v$.

B. A fluidez do conteúdo material do valor da força de trabalho

Embora não tenhamos explicitado a determinação do valor da força de trabalho, podemos afirmar que a esse valor correspondem determinados valores de uso que compõem o consumo dos trabalhadores e suas famílias e que são o resultado da transformação da quele valor de acordo com determinados parâmetros culturais. Vejamos, então, a possibilidade de modificação do consumo dos trabalhadores no tempo, devida a mudanças nesses parâmetros ou nos valores das mercadorias (inclusive da mercadoria força de trabalho).

Se utilizarmos a formulação de Marx, o processo de circulação da mercadoria força de trabalho pode ser representado como $M_{ft} - v - M_{ms}$, onde M_{ft} é a mercadoria força de trabalho, v é o seu valor que corresponde às mercadorias M_{ms} que são os meios de subsistência dos trabalhadores. Como Marx supõe que o valor da força de trabalho é determinado pelo valor desses meios de subsistência, que por sua vez são supostos como tendo uma quantidade constante, não haverá variação do consumo dos trabalhadores no tempo. Em outras palavras, M_{ms} é um conjunto que mantém sua composição inalterada por hipótese. Por outro lado, como Marx supõe produtividade crescente, o valor da força de trabalho se reduz, e o processo de circulação e de produção da mercadoria força de trabalho pode ser representado como se segue:

$$\underbrace{M_{ms} \dots M_{ft} - v_1}_{\text{produção material da força de trabalho}} - \underbrace{M_{ms} \dots M_{ft} - v_2} - \underbrace{M_{ms} \dots M_{ft} - v_3} \dots$$

obs.: $v_1 > v_2 > v_3$.

Para nós, por outro lado, o valor da força de trabalho será uma quantidade historicamente determinada, que se transforma,

não em meios de subsistência, mas em bens de consumo - C_t . Vejamos a circulação e a produção material da mercadoria força de trabalho do nosso ponto de vista:

$$M_{ft} - v_1 - C_{t1} \dots\dots M_{ft} - v_2 - C_{t2} \dots\dots M_{ft} - v_3 - C_{t3} \dots\dots\dots$$

$\underbrace{\hspace{10em}}$
 produção
 material da
 força de trabalho

Explicitamos, assim, a circulação da força de trabalho como um processo horizontal. A determinação dos valores de todas as mercadorias, inclusive da força de trabalho, pertence a um nível de análise (vertical) mais profundo, que não consideramos aqui. O processo de produção material da força de trabalho é um momento do consumo dos trabalhadores, enquanto que o processo global de produção dessa mercadoria é o resultado das relações de produção historicamente determinadas.

Vemos, portanto, que seja devido a modificações nos parâmetros culturais, seja devido a modificações dos valores, o consumo dos trabalhadores é variável no tempo, ou seja, o conteúdo material do valor da força de trabalho está em constante mutação, ainda que se tome curtos intervalos de tempo. A fixação desse conteúdo, portanto, é irreal e só pode ser feita como abstração.

Com relação a essa questão do conteúdo material de v , Marx se refere várias vezes aos "ramos industriais cujos produtos determinam o valor da força de trabalho". A restrição que deve ser feita, aqui, é que esses ramos não estão rigidamente determinados e fixados. Concretamente, a determinação material deles é fluida e gradativa, o que decorre da existência do valor da força de trabalho como quantidade e, portanto, dos graus de liberdade presentes relativos a parâmetros culturais e aos valores das mercadorias.

C. Mistificações da forma-salário

A existência do valor da força de trabalho como quantidade irá implicar no encobrimento das relações de troca entre capitalistas e trabalhadores.

O salário aparece segundo o senso comum como o ' valor do trabalho ' e não como o valor da força de trabalho. Marx mostra claramente (1) que essa é uma expressão irracional: o trabalho como fonte de valor não tem valor, produz valor.

A forma-salário irá apagar qualquer vestígio da divisão da jornada de trabalho entre trabalho necessário e trabalho excedente. Com isto, a verdadeira relação entre capital e trabalho em que o capital se apropria do produto do trabalho e o trabalhador do valor da força de trabalho, se torna invisível.

A relação de troca entre capital e trabalho aparece como uma relação de troca comum de mercadorias. Nesta relação, aqueles que trocam aparecem, num primeiro momento, como iguais pois trocam equivalentes, e como livres, pois a troca é livremente escolhida, dependendo apenas da vontade dos agentes. Num segundo momento, esta liberdade e igualdade serão negadas quando Marx irá mostrar que, na verdade, os indivíduos estão completamente determinados pela sociedade e as suas relações entre si não dependem meramente de suas vontades, mas de pressupostos históricos nos quais eles estão já inseridos.

A negação da liberdade na relação de troca entre capital e trabalho implica na venda compulsória por parte do trabalhador da sua força de trabalho, como única forma de participar da riqueza material desta sociedade.

A negação da igualdade nesta troca, por sua vez, implica no valor superior produzido pelo trabalhador, comparado àquele de

(1) O Capital I tomo 2, pag. 127 e segs.

que se apropriou na troca.

Finalmente, o trabalhador é consumidor, estabelece relações mercantis com proprietários de mercadorias. Sua liberdade aparece, aqui, como possibilidade de escolher livremente o seu consumo (1). Esta é, no entanto, uma liberdade limitada, na medida em que o próprio valor de troca que possui em mãos é limitado pelas relações de produção de que participa:

" Uma vez que troca seu valor de uso pela forma geral da riqueza, o trabalhador se converte em copartícipe do consumo da riqueza geral até o limite de seu equivalente - um limite quantitativo que se transforma em qualitativo como ocorre em toda troca. Mas ele não está vinculado a objetos particulares ou a uma forma particular de satisfação. O círculo de seu consumo não está limitado qualitativamente, mas quantitativamente". (Grundrisse, Ed. Grijalbo, 1977, pag. 225).

A mistificação, aqui, é a aparente inexistência de limite de consumo dos trabalhadores; a realidade, entretanto, é a própria limitação quantitativa desse consumo.

(1) O 'maravilhoso mundo das compras', segundo slogan de um supermercado.

Como conclusão deste capítulo, achamos necessário sublinhar a importância da existência quantitativa do valor da força de trabalho. O próprio Marx enfatiza o caráter progressista e civilizador assumido pelo capital em um dos momentos de sua relação com os trabalhadores:

O capitalista " procura por todos os meios estimular os trabalhadores a que consumam, dando novos atrativos às suas mercadorias, criando novas necessidades nos trabalhadores, etc... É precisamente este lado da relação capital - trabalho que constitui momento essencial da civilização, no qual descansa a justificação histórica assim como também o poder atual do capital". (Grundrisse, idem, pag. 230).

Vê-se, aqui, num texto mais flexível formalmente, como Marx considera importante este lado da relação de troca entre capital e trabalho. A existência do valor da força de trabalho como quantidade é essencial para a "justificação histórica" e para o "poder atual" do capital. Por outro lado, no entanto, Marx não incorpora este fato na sua formulação d'O Capital I. Essa existência irá desempenhar, portanto, um papel fundamental na evolução histórica dos salários reais.

Parece-nos interessante, também, fixar o que nos diferencia de Marx, se não no essencial, pelo menos na formulação. A existência do valor da força de trabalho como quantidade, ao nível da circulação de mercadorias, implica em uma série de mistificações presentes na forma-salário que procuramos mostrar acima. Estes encobrimentos e mistificações, no entanto, não são mera aparência, mas se fundam na determinação do valor da força de trabalho imediatamente como valor e não como trabalho materializado na força de

trabalho. Em outras palavras, o fato de essa mercadoria ser uma condição subjetiva de produção implica em que seu valor seja determinado pelas relações de produção e não pelo trabalho materializado no trabalhador; isto irá implicar, por sua vez, em que o valor da força de trabalho exista como quantidade, com todas as consequências que resultam desse fato.

CAPÍTULO VI

A DETERMINAÇÃO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO PELAS
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO CAPITALISTASA. Duas determinações do valor da força de trabalho em Marx

Concluimos, do caminho que percorremos até aqui, que existe uma determinação, claramente explicitada, principalmente no livro I d'O Capital, do valor da força de trabalho, sendo esta a única formulação explícita desse valor em Marx. Mostramos que esta é uma formulação insatisfatória na medida em que parte da materialidade do trabalhador e sua reprodução enquanto tal, para acrescentar em seguí da um componente relativo à família dos trabalhadores, e um componente histórico e moral, com o que a determinação do valor da força de trabalho passa a corresponder às necessidades historicamente determinadas dos trabalhadores, ou como chama Marx, às necessidades básicas deles. Configura-se, portanto, uma descontinuidade teórica dessa formulação.

Na nossa análise da interioridade do valor de uso da força de trabalho, mostramos que a determinação de seu valor deve ser buscada não na reprodução da existência material do trabalhador, mas na reprodução da separação dos trabalhadores dos meios de produção ou, em outras palavras, pelas relações de produção historicamente determinadas. Acreditamos preencher, dessa maneira, a lacuna teórica presente na formulação de Marx.

Por outro lado, encontramos em outros momentos da obra de Marx uma segunda determinação do valor da força de trabalho que surge, no entanto, de maneira implícita e não formalizada, ou seja, essa determinação alternativa aparece como participação do trabalhador na riqueza produzida pela sociedade, e não mais como trabalho materializado no trabalhador. Dessa maneira, podemos estabelecer uma liga-

ção entre a análise conceitual da categoria força de trabalho que realizamos anteriormente, com a determinação concreta, histórica, de seu valor. Voltamos, então, a uma outra dimensão da obra de Marx, menos rígida formalmente, embora apresentando maior clareza metodológica, e que permite realizar mais facilmente a integração teoria-história.

B. A produção e seus momentos

Neste momento, vamos nos concentrar na compreensão de um texto de grande importância e complexidade, a chamada ' Introdução ' escrita por Marx em 1857. Examina ele, aí, as relações entre Produção (P), Distribuição (D), Circulação ou Troca (T), e Consumo (C).

" O objeto de nossa investigação é antes de mais nada a produção material". (Grundrisse, Ed. Grijalbo, Barcelona, 1977, pag. 5).

Marx procura investigar como os indivíduos se organizam na esfera da produção. A mera produção material é comum a todos os modos de produção pois implica apenas na relação dos homens com a natureza através do trabalho. Cada forma histórica de produção se distingue por determinadas especificidades; cabe, então, desvendar os reflexos que essas formas têm sobre a produção material.

" todas as épocas da produção têm características em comum, determinações comuns. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração com sentido, na medida em que ressalta o realmente comum, fixa-o e nos evita, em consequência, a repetição. No entanto, este elemento geral (...) é por sua vez algo multiplamente articulado que se dispersa em diferentes determi-

nações". (idem, pag. 7 e 8)

(aqui) " o sujeito - a humanidade - e o objeto - a natureza - são sempre os mesmos". (idem, pag. 8)

" A produção é sempre um ramo particular de produção ou é uma totalidade". (idem, pag. 8)

A primeira abstração, portanto, é a Produção em geral que deve ir se concretizando à medida que a análise da sua constituição interna avança.

" A produção produz os objetos correspondentes às necessidades; a distribuição os reparte segundo leis sociais; a troca distribui, por sua vez, o já distribuído segundo a necessidade individual; finalmente , no consumo, o produto sai deste movimento social, converte-se em objeto e servidor direto da necessidade individual e a satisfaz no consumo. A produção se apresenta, portanto, como ponto de partida, o consumo como o ponto final, a distribuição e a troca como o termo médio que, por sua vez, é duplo, na medida em que a distribuição está determinada como momento que parte da sociedade e a troca como momento que parte dos indivíduos". (Grundrisse, idem, pag. 11 e 12).

" Produção, distribuição, troca, consumo, constituem, portanto, uma dedução perfeita, a produção é a generalidade, a distribuição e a troca são a particularidade e o consumo a singularidade. Esta é uma conexão, porém uma conexão superficial". (idem, pag. 12).

Cabe, portanto, examinar mais de perto e mais profundamente para as várias formas históricas de produção, as relações entre

esses momentos. No entanto, eles não podem ser concebidos como estando em mera relação de exterioridade, justapostos uns aos outros, mas devem formar um todo orgânico em que modificações em um desses momentos induzem transformações em todos os outros. Desse ponto de vista metodológico, Marx irá criticar os economistas que apresentam os momentos como justapostos, uns ao lado dos outros.

" Por exemplo, na distribuição figuram a renda da terra, o salário, os juros, e o lucro, enquanto que na produção a terra, o trabalho e o capital figuram como agentes de produção". (idem, pag. 18).

Dessa forma, a cada agente de produção corresponde uma fonte de receita: ao capital o lucro, ao trabalho o salário, à terra a renda da terra. Não se chega, com isto, a conceber a unidade desses agentes na produção, ou seja, o trabalho como fonte de toda a riqueza, assumindo-se implicitamente que cada um tem o poder (místico) de criar seu próprio rendimento. Não se ultrapassa, até esse momento, a esfera da distribuição:

" ... o caráter determinado que tem, aqui, o trabalho enquanto agente da produção, se apresenta como determinação da distribuição". (idem, pag. 18).

E o mesmo se dá com as outras rendas. Deve-se, portanto, conceber a distribuição como um momento determinado da própria produção, e não simplesmente separar as diferentes rendas e fazê-las corresponder aos agentes de produção.

" A organização da distribuição está totalmente determinada pela organização da produção". (idem, pag. 19)

"... a forma determinada da participação na produção determina as formas particulares da distribuição". (idem, pag. 19).

E concluindo sua crítica metodológica aos economistas, Marx irá afirmar:

" A distribuição , segundo a concepção mais superficial, se apresenta como distribuição de produtos, e dessa forma se apresenta muito distanciada e quase autônoma frente à produção. Porém, antes que a distribuição seja distribuição de produtos, a distribuição é 1- distribuição dos instrumentos de produção e 2- o que é uma determinação ulterior da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade entre os distintos ramos de produção ". (idem, pag. 20).

Estas citações são de extrema importância para a compreensão da visão teórica que Marx tem do capitalismo. Afirma ele em seguida:

" A distribuição dos produtos só é evidentemente resultado desta distribuição, que está incluída no próprio processo de produção e que determina a articulação da produção". (idem, pag. 20).

E mais à frente irá chamar esta distribuição de " distribuição originária que constitui um momento da produção" (idem). Analisando em seguida o momento da troca, Marx irá chegar a conclusões semelhantes.

Ao concluir sua argumentação, Marx afirma:

" O resultado a que chegamos" (é que)"a produção, a distribuição, a troca e o consumo (...) são membros de uma totalidade, diferenças dentro da unidade. A produção domina tanto sobre si mesma como determinação antitética da produção, como sobre os demais momentos. A partir dela começa o processo sempre de novo" (idem, pag. 23)

" Uma determinada produção determina, portanto, um determinado consumo, uma determinada distribuição, uma determinada troca e determinadas relações destes momentos entre si". (idem, pag. 23, grifos nossos)

Mas esta produção assim organicamente determinada não está fechada em si mesma, podendo receber influências a partir do seu exterior, às quais ela se adapta.

" Por exemplo, se o mercado se expande, quer dizer , se se amplia a esfera da troca, a produção aumenta quantitativamente e se divide mais profundamente. Com a modificação da distribuição se modifica a produção (...)" . (idem, pag. 23)

"Ocorre uma ação recíproca entre os diferentes momentos. Isto ocorre em todos os conjuntos orgânicos".
(idem, pag. 23).

Vemos, aqui, que Marx se refere a uma produção historicamente determinada e a todos os momentos que lhe são imanentes, entre eles e principalmente para nós, o momento da distribuição. Dessa maneira, imanente a uma produção dada historicamente, estão dados, determinados, os salários, a parte da riqueza apropriada pelos trabalhadores. Surge, portanto, nesta parte da obra de Marx, uma determi-

nação alternativa do valor da força de trabalho, ou seja, através das relações de produção no interior de uma produção historicamente determinada.

É necessário ressaltar aqui dois pontos relativos a essa metodologia de Marx. Por um lado, parte das relações históricas, presentes, atuais, estabelecidas pelos indivíduos na produção, concebida como uma produção determinada, com (estes) ramos determinados, com o que se encontram determinados também os momentos da distribuição, da troca e do consumo; é uma formulação que contém uma certa profundidade, na medida em que refere todas as relações econômicas a um ponto de partida comum - a produção - que as condiciona e as contém potencialmente. Por outro lado, essa análise é ainda superficial pois não contém a explicitação das tendências gerais dessa produção, nem muito menos qual o seu movimento concreto, real. As tendências gerais desse modo de produção são as que buscam, em primeiro lugar, captar a contradição da relação capital - trabalho na esfera da produção, ou seja, como subsunção real do trabalho ao capital, como extração de mais valia absoluta e relativa, e, em segundo lugar, a manifestação dessa contradição como tendência ao nível do processo de reprodução, ou seja, acumulação extensiva (sem elevação da taxa de mais-valia), acumulação intensiva (com o aumento dessa taxa), e finalmente como tendência à queda da taxa de lucro que é a manifestação por excelência da contradição capital - trabalho ao nível da reprodução. São essas as tendências gerais que Marx estuda em toda a sua obra, deixando ainda em aberto um outro nível que é o do movimento real, histórico, da economia, a que Marx se refere, muitas vezes como situando-se no domínio da concorrência, ou do processo de reprodução propriamente dito.

Esses tres momentos de análise que destacamos acima são os que se referem, em primeiro lugar, à lei do valor em que os valores são determinados pelo trabalho (socialmente necessário), ou seja, pelas relações dos homens entre si e com a natureza na esfera da

produção; em segundo lugar, à valorização do capital e as suas consequências como tendências gerais do capitalismo; e finalmente, à concorrência ou o processo de reprodução que se constitui no movimento mesmo da economia, sendo, portanto, irreduzível a qualquer teoria.

Iremos argumentar mais à frente que ao nível das tendências gerais pode-se concluir mais do que o explicitado por Marx , principalmente no que se refere aos salários reais e sua tendência.

Concluimos, portanto, que em sua análise inicial da produção historicamente determinada, Marx deixa implícita a determinação do valor da força de trabalho pela própria articulação interna dessa produção que contém a distribuição como um momento de si mesma.

CAPÍTULO VII

A TROCA DE MERCADORIAS E A DIVISÃO DO TRABALHO

A. O desenvolvimento histórico da troca e o surgimento da mercadoria força de trabalho

O surgimento da sociedade capitalista requer dois pressupostos gerais: a existência de uma economia mercantil, ou seja, uma economia em que a produção esteja voltada para a troca, e a criação da mercadoria força de trabalho que surge pela separação dos trabalhadores dos meios de produção. Vejamos, rapidamente, como esses pressupostos do capitalismo surgem historicamente.

O desenvolvimento da troca de mercadorias se inicia com a troca realizada entre comunidades de seus produtos excedentes. Ela tem, portanto, uma origem meramente casual, mas à medida que se consolidam as necessidades por produtos vindos de fora da comunidade e avança a produtividade do trabalho, o processo de troca passa a assumir uma regularidade maior, de maneira que a própria produção passa a ser voltada imediatamente para a troca com outras comunidades. Consolidam-se ao mesmo tempo as relações quantitativas entre as mercadorias, fundadas no próprio processo de produção delas (ver O Capital I tomo 2, pag. 81 e 82).

À medida que a troca se torna mais generalizada, vai-se cristalizando, ao mesmo tempo, o equivalente geral na forma de uma mercadoria excluída (ouro ou prata) que, pelas suas próprias características como valor de uso, melhor exerça aquela função social. O passo seguinte desse processo é a substituição do metal por signos, na realização de algumas de suas funções. Consolida-se, assim, o papel assumido por uma determinada mercadoria de ser o equivalente geral de todas as outras, de maneira a que ela seja imediatamente considerada a forma equivalente como uma propriedade natural sua. Esse

processo de consolidação do equivalente avança ainda mais com o surgimento dos signos de valor que não apresentam trabalho materializado em si mesmos.

No entanto, o fato aparentemente trivial de ser o dinheiro o equivalente geral de todas as outras mercadorias encobre o próprio processo de sua constituição como tal e a base do processo de circulação, ou seja, a produção de mercadorias. O dinheiro aparece imediatamente como equivalente, encobrindo o fato de que os produtores expressam os valores de suas mercadorias nessa mercadoria particular. Não é o dinheiro que cria a troca de produtos, mas a necessidade de os produtos se trocarem que cria o dinheiro. Dessa maneira, com o desenvolvimento da produção desenvolvem-se as formas da troca.

Marx analisa de maneira particularmente interessante nos Grundrisse (pag. 180 e 181), a relação formal de troca entre possuidores de mercadorias. Nessa relação aparecem apenas três momentos: os indivíduos que trocam, os objetos da troca e o ato mesmo de troca que realiza a mediação entre os extremos. Do ponto de vista do conteúdo dessa relação, ele

" só pode ser 1. a particularidade natural da mercadoria que é trocada, 2. a necessidade particular dos indivíduos que trocam ou ambas tomadas em seu conjunto, o valor de uso diferente das mercadorias". (Grundrisse, Ed. Grijalbo, Barcelona, 1977, pag. 180).

A diferença natural dos indivíduos que trocam é, portanto, " o fundamento de sua igualdade social" e da igualação dos valores de troca. "A diferenciação de sua necessidade e de sua produção é a causa da troca e de sua equiparação social na mesma" (idem, pag. 181). Vemos, portanto, que o fundamento da troca de mercadorias — M-D-M em geral ou M_1 -D- M_2 para uma determinada troca — é, por um lado, a dife

renciação da produção (M_1) e, por outro lado, a diferenciação das necessidades (M_2) dos indivíduos que entram nessas relações formais de troca. O resultado desse processo é que os indivíduos se desfazem de mercadorias cujo valor de uso produziram não para si mas para outrem (M_1) e se apropriam de mercadorias que satisfazem as suas necessidades (M_2).

Vejamos agora, também em linhas gerais, a criação da mercadoria força de trabalho. Da mesma forma como o dinheiro aparece imediatamente como equivalente geral encobrindo o processo de sua constituição como tal, a força de trabalho, ou antes, o próprio trabalho, aparece imediatamente como mercadoria vendida pelos trabalhadores. De maneira análoga isto irá encobrir o processo de criação dessa mercadoria e o fundamento de sua produção, ou seja, a separação dos trabalhadores dos meios de produção. Esse processo histórico de separação, chamado por Marx de acumulação primitiva, é analisado no capítulo XXIV do livro I d'O Capital.

Contrariando o ponto de vista da Economia Política Classica que considerava a acumulação primitiva como acumulação de riqueza por parte de "uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa" (O Capital I tomo 2, pag. 261), baseada nos frutos de seu próprio trabalho, Marx irá mostrar que na realidade trata-se de um processo de expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e da materialização de seu trabalho.

Marx analisa de forma mais detalhada a acumulação primitiva que se processou na Inglaterra. Seu aspecto mais importante é a penetração do capital no campo, com a conseqüente expropriação dos componeses de suas terras e sua transformação em trabalhadores assalariados. Marx mostra que, inicialmente, no final do século XIV, a servidão tinha desaparecido de fato, embora as relações de propriedade ainda apresentassem a forma feudal. A grande maioria da população era constituída de camponeses que produziam em parte para o con

sumo próprio e em parte para o mercado, o que permitia a ela considerável acesso à riqueza produzida (ver O Capital I tomo 2, pag. 264).

Essas relações de produção, no entanto, começaram a ser radicalmente transformadas a partir do final do século XV e começo do século XVI. Os senhores feudais, principais agentes dessa transformação, criam nesse período, por meio da expulsão violenta dos camponeses de suas terras e da usurpação das terras comunais, um imenso contingente de trabalhadores livres. Esse processo se completa com o roubo dos bens da Igreja no século XVI, com o desaparecimento dos yeomanry (camponeses independentes) no século XVIII e dos últimos vestígios da propriedade comunal, e a usurpação dos domínios do Estado (idem, pag. 260 a 267).

Paralelamente a essa revolução das relações de produção, desenvolveu-se a legalização, por meio do Estado, das novas relações de propriedade, abolindo-se a constituição feudal do solo e criando-se a moderna propriedade privada (idem, pag. 268).

O resultado desse processo, do ponto de vista da apropriação de riqueza pelos trabalhadores, foi o seu empobrecimento generalizado, na medida em que grandes massas de trabalhadores se viam privadas de seus meios de produção e, portanto, de meios de consumo, ao mesmo tempo em que o salário real declinava até o mínimo absoluto de subsistência (idem, pag. 270).

A acumulação primitiva, portanto, é um processo de luta de classes em que a burguesia nascente expropria de forma violenta a classe trabalhadora, tendo como objetivo principal o controle sobre a totalidade do processo de produção. À medida, no entanto, que os meios de produção vão se tornando cada vez mais propriedade capitalista, o processo de fetichização das relações vai se consolidando, de maneira a que a classe dos trabalhadores "por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidente" (idem, pag. 277). Marx mostra, assim, que não bas

ta que se processe a separação entre trabalhadores e condições de trabalho, mas que também o próprio processo de fetichização das relações se consolide.

Vemos, dessa maneira, que tanto o desenvolvimento da troca de mercadorias quanto o surgimento da mercadoria força de trabalho são processos históricos que se fundamentam no próprio desenvolvimento histórico da produção e de sua organização. De um lado a produção para a troca; do outro, a produção da separação dos trabalhadores de suas condições de trabalho. Além do mais, ambos os processos trazem consigo o encobrimento das verdadeiras relações: no primeiro, o dinheiro aparece imediatamente como equivalente; no segundo, a força de trabalho ou o próprio trabalho aparecem imediatamente como mercadorias. Dinheiro e força de trabalho aparecem, portanto, como fatos evidentes e naturais da produção e da economia.

B. Uma nova formulação da divisão do trabalho

Depois de analisarmos rapidamente o processo histórico de formação do capitalismo, vamos agora retornar à teoria para investigar qual a modificação por que passam a troca de mercadorias e seu fundamento, quando surge uma mercadoria particular — a força de trabalho — resultante daquele processo, e que passa a ser continuamente produzida e lançada à circulação.

1. A troca entre trabalho e capital e a inversão da lei de apropriação no capitalismo

A relação formal de troca entre trabalho e capital é constituída de dois momentos diferentes. Em primeiro lugar, o trabalhador fornece ao capital um valor de uso — sua força de trabalho — que nesse momento é apenas potencialidade, e recebe uma determinada quantidade de valor de troca. Em segundo lugar, o capital recebe o

valor de uso fornecido pelo trabalhador.

Se compararmos essa relação de troca com a troca de mercadorias comuns, veremos que para estas o consumo da mercadoria carece de significado econômico, já que se trata apenas da relação material entre o comprador e o valor de uso dessa mercadoria. Para a mercadoria força de trabalho, no entanto, seu consumo é ele mesmo uma relação econômica que apresenta não só o lado material — o trabalho concreto — mas também o social — o trabalho que cria valor, o trabalho abstrato. Percebe-se, aqui, claramente, a unidade das duas dimensões da mercadoria força de trabalho em seu processo de consumo, embora Marx deixe de explicitar n' *O Capital* I o consumo da dimensão social do valor de uso dessa mercadoria. O resultado final desse processo de troca é que o capital se apropria do trabalho e o trabalhador se apropria do valor de sua força de trabalho, resultado esse que representa uma inversão fundamental das relações mercantis.

Ao nível da aparência, o que ocorreu foi uma troca de mercadorias em que o capital forneceu o dinheiro e o trabalhador o trabalho: a troca se resume aparentemente a dinheiro por trabalho. Se examinarmos a relação mais de perto, no entanto, o que verificamos é que ao primeiro momento da troca — entre dinheiro e força de trabalho — se segue um segundo momento em que a força de trabalho é integrada à produção e se transforma de potencialidade em realidade. Esse segundo momento, ao se confundir com o primeiro que apenas o introduz, irá inverter a relação de apropriação do trabalho no capitalismo. O capital aparece como proprietário dos meios de produção e da força de trabalho e conseqüentemente surge no final do processo como proprietário do trabalho materializado na mercadoria produzida. A isto Marx chama de transmutação da lei de apropriação baseada no trabalho em lei de apropriação do trabalho não pago. A apropriação passa a se fundamentar na propriedade já existente, de um lado na propriedade capitalista e do outro na propriedade da força

de trabalho.

Devemos fazer, aqui, uma ressalva com relação à formulação de Marx. A apropriação do valor da força de trabalho por parte do trabalhador deve se fundamentar no fato de essa mercadoria ser uma condição subjetiva da produção, e não no trabalho materializado no trabalhador. Como já vimos anteriormente, essa formulação de Marx implica em se considerar a força de trabalho como mercadoria material, e, portanto, mera condição objetiva da produção. A prova mais evidente de que a força de trabalho não é simples mercadoria material é o fato de o capital ser incapaz de produzi-la. Em outras palavras, o capital busca constantemente a superação do trabalho, mas a existência humana e social do trabalhador lhe permanece inacessível, na medida em que essa existência não pode ser reduzida a uma combinação material. As máquinas produzidas pelo capital são capazes de substituir o trabalho apenas em funções específicas, nunca o trabalho em geral.

Pela investigação da relação de troca entre trabalho e capital, pudemos, portanto, verificar o que a diferencia de uma troca de mercadorias comuns: a relevância do momento do consumo da mercadoria, já que esse consumo não é meramente material, mas também consumo social do valor de uso da força de trabalho como fonte de valor. Por outro lado, vimos que a apropriação do resultado desse consumo pelo capital baseada na propriedade capitalista implica na inversão da lei de apropriação do trabalho.

O resultado dessa inversão é que o trabalhador passa a receber não o fruto do seu trabalho, mas dinheiro em determinada quantidade com o qual irá satisfazer suas necessidades. Para investigarmos agora a determinação dessa quantidade apropriada pelo trabalhador, devemos ter presente que, em primeiro lugar, a expropriação realizada pelo processo de acumulação primitiva inaugura a produção capitalista, e, portanto, realiza a inversão da apropriação do trabalho, e que, em segundo lugar, a lógica da produção capitalista,

ou seja, a valorização do capital ($D-M-D'$), requer que a força de trabalho seja empregada apenas tendo em vista aquele objetivo. Isto implica em que o valor da força de trabalho seja menor que o valor criado pelo trabalhador, e isto não porque o trabalho materializado nele seja menor que o valor que produz, mas sim pelo fato de que $D-M-D'$ é a lógica do modo de produção e, portanto, o valor da força de trabalho é menor que o valor que produz, ou em outras palavras a força de trabalho só é empregada porque produz mais-valia.

Dessa forma, o valor da força de trabalho permite que o capital se valorize pois este é o ponto de partida e o objetivo da produção capitalista. A determinação precisa desse valor, assim como a determinação do consumo material dos trabalhadores, irá depender de como está estruturada a produção capitalista, ou seja, se mais voltada à apropriação dos trabalhadores – portanto maior valor de v e maior consumo assalariado – ou mais voltada à apropriação capitalista – maior valor de m , maior consumo capitalista e maior acumulação de capital.

2. A divisão do trabalho

Parece-nos interessante introduzir, neste momento, uma nova formulação da divisão do trabalho, que surge de forma incipiente nos escritos de Marx. Vejamos a passagem que se segue do Capítulo VI Inédito.

(Sobre a relação de troca entre capital e trabalho)

" Diferentemente do que ocorre com outros vendedores de mercadorias, não se trata aqui de uma relação que surge pura e simplesmente da natureza da própria mercadoria," (ou seja,) "do fato de que ninguém produz diretamente os produtos para suas necessidades

vitais (...). Não se trata dessa divisão social do trabalho, nem da independência recíproca dos diversos ramos de trabalho (...), mas da divisão entre os elementos correspondentes do próprio processo de produção e de sua autonomização progressiva (...).

(Capítulo VI Inédito, Livr. Ed. Ciências Humanas, 1978, pag. 46, pag. 469-1 do manuscrito, grifos nos sos).

Marx mostra aqui, claramente, que o fundamento da troca entre capital e trabalho é uma outra divisão do trabalho, diferente da que serve de fundamento para a troca de mercadorias comuns. Este último fundamento é o fato de que "ninguém produz diretamente os produtos para suas necessidades vitais", enquanto que o fundamento da troca de força de trabalho é a "divisão entre os elementos correspondentes do próprio processo de produção e de sua autonomização progressiva". Marx sugere, aqui, uma divisão do trabalho que poderíamos chamar de divisão geral do trabalho em oposição à divisão particular do trabalho entre diferentes trabalhadores que produzem para a troca (sejam eles trabalhadores coletivos ou não) e a divisão individual do trabalho entre os trabalhadores de cada processo de produção, ou seja, no interior do trabalhador coletivo.

Se buscarmos, no entanto, essa formulação da divisão do trabalho em Marx, veremos que ele considera como divisão do trabalho em geral como aquela entre "agricultura, indústria, etc." (O Capital I tomo 1, pag. 277); como divisão do trabalho em particular "a diferenciação desses gêneros em espécies e subespécies" (idem, pag. 277); e finalmente, como divisão do trabalho individual (ou em detalhe) à "divisão do trabalho dentro de uma oficina" (idem, pag. 277).

Acreditamos que esse ponto de sua teoria requer um maior aprofundamento, na medida em que a forma como ele apresenta essas

divisões do trabalho obedece a critérios meramente formais. Não se vê, por exemplo, o que diferencia fundamentalmente a indústria da agricultura, e ambos do "etc." no caso da divisão geral do trabalho; da mesma forma não se sabe o que são as espécies e subespécies na divisão particular do trabalho. Marx se mostra até mesmo displicente com relação a esse ponto como indica o pouco espaço — apenas um pequeno parágrafo — em que trata da divisão do trabalho em individual, particular e geral.

Para não cairmos em formulações abstratas, devemos investigar o que existe de específico na divisão do trabalho em um modo de produção capitalista. Em uma sociedade mercantil, podemos distinguir imediatamente a divisão social do trabalho entre os diversos produtores de mercadorias. Nessa sociedade o trabalho privado é ao mesmo tempo trabalho concreto e trabalho abstrato, ou seja, trabalho que tem determinadas características materiais, e trabalho para a troca. O trabalho privado, portanto, já tem imediatamente a característica de ser trabalho abstrato, embora esta só se confirme pela mediação da troca que confere a esse trabalho sua validade social. Temos, dessa maneira, para o conjunto da sociedade, uma série de produtores independentes que produzem para a troca e que se adaptam aos resultados efetivos desse processo de troca. Não se trata, portanto, de uma proporcionalidade fixa e dada a priori entre os diversos tipos de trabalho, mas que vai se modificando pela adaptação dos produtores a uma realidade que lhes é exterior. A divisão social do trabalho é, portanto, a divisão existente entre os diversos agentes que participam do processo de troca, ou seja, que são proprietários de mercadorias por terem produzido para a troca. Em uma sociedade mercantil simples os agentes são apenas os produtores privados independentes que trocam suas mercadorias; em uma sociedade capitalista, por sua vez, os agentes são os capitais (ou trabalhadores coletivos), os trabalhadores independentes e os trabalha-

dores assalariados.

Nesse ponto é interessante lembrar como Marx define a divisão social do trabalho.

" Na totalidade dos vários valores de uso ou corpos de mercadorias aparece uma totalidade igualmente diversificada, de acordo com gênero, espécie, família, subespécie, variedade, de diferentes trabalhos úteis - uma divisão social do trabalho". (O Capital I, tomo 1, pag. 50).

Podemos observar aqui que, para Marx, a divisão social do trabalho corresponde à multiplicidade dos valores de uso existentes e, portanto, à multiplicidade dos trabalhos úteis. Trata-se, então, de uma definição que contempla apenas a dimensão do valor de uso das mercadorias e do trabalho concreto. Deixa, por isso, de considerar a forma histórica de produção dessas mercadorias, entendidas aqui apenas como valores de uso. Isto é coerente com o critério abstrato que Marx utiliza quando classifica a divisão do trabalho em geral e particular: se Marx considera a divisão social do trabalho apenas do ponto de vista da sua materialidade, qualquer que seja a sua classificação em geral, particular, espécies, subespécies, etc., ela será abstrata do ponto de vista da forma social de produção.

Esta não seria uma definição que pudesse ser criticada se esse conceito de divisão social do trabalho fosse indiferente ao modo de produção. No entanto, em uma sociedade capitalista a divisão do trabalho não existe apenas ao nível dos trabalhos concretos, vale dizer, ao nível do próprio processo de trabalho, mas também como o fundamento das relações estabelecidas por uma multiplicidade de trabalhadores privados independentes - sejam eles trabalhadores coletivos ou não - e das relações entre trabalhadores coletivos e

assalariados, relações essas que se manifestam no mercado, embora já existam ao nível da produção imediata.

A terminologia que Marx utiliza com relação à divisão do trabalho é, também, ambígua. Vimos pela citação anterior que ele considera a divisão social do trabalho do ponto de vista da materialidade. Utiliza, no entanto, um outro conceito – a divisão do trabalho no interior da sociedade – para indicar a divisão do trabalho entre produtores privados de mercadorias:

" A regra que se segue a priori e planejadamente na divisão do trabalho dentro da oficina atua na divisão do trabalho no interior da sociedade apenas a posteriori, como necessidade natural, interna, muda, perceptível nas flutuações barométricas dos preços do mercado, subjugando o desregrado arbítrio dos produtores de mercadorias".(O Capital I tomo 1, pag. 280, grifos nossos).

No entanto, afirma logo em seguida:

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo global a que ele pertence; a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos (...)" . (idem, pag. 280 , grifos nossos).

Marx utiliza, portanto, a expressão 'divisão social do trabalho' como equivalente de 'divisão do trabalho no interior da

sociedade'. Parece, portanto, que mais que mero equívoco essa imprecisão de Marx resulta da ausência de um maior desenvolvimento desse ponto de sua teoria. Empregaremos, aqui, a expressão 'divisão social do trabalho' como equivalente à segunda expressão, ou seja, para nos referirmos à divisão do trabalho entre os diversos produtores privados, sendo que a divisão do trabalho para o conjunto da sociedade será simplesmente chamada de divisão do trabalho que irá conter como momentos de si mesma a divisão individual do trabalho (considerada do ponto de vista do trabalho concreto), e a divisão social do trabalho que, por sua vez, irá conter outros dois momentos, a divisão particular e a divisão geral do trabalho, como veremos em seguida.

Vejamos, então como a divisão social do trabalho se divide em particular e geral. A divisão particular do trabalho é aquela que existe entre os diversos trabalhadores coletivos e trabalhadores individuais independentes, ou seja, expressa o fato de que a produção é privada e os produtores — capitais ou não — são independentes entre si e ligados apenas pelo mercado. Essa divisão do trabalho só pode ser uma expressão completa da divisão social do trabalho em uma sociedade mercantil simples em que só existem produtores independentes que trocam seus produtos entre si, inexistindo, portanto, a mercadoria força de trabalho. A esse nível de abstração estão determinados apenas os valores das mercadorias comuns que terão uma magnitude correspondente ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção.

Em segundo lugar, a divisão geral do trabalho expressa o fato de que o trabalho — concreto e abstrato — no capitalismo é dividido em dois segmentos, um apropriado pela propriedade já existente, ou seja, pelo capital, e outro pelos trabalhadores. Dissemos acima que a divisão particular do trabalho era a divisão entre os diversos trabalhadores, coletivos ou não. Nesse sentido, os trabalha-

dores coletivos, ou seja, os capitais, surgem ao final do processo de produção como proprietários da mercadoria produzida em oposição a outros proprietários. Isto, no entanto, só é possível pelo fato de que houve anteriormente a compra de força de trabalho. A partir do momento em que os capitais fornecem aos trabalhadores determinada quantidade de valor de troca, deparam-se com uma realidade que lhes é exterior, embora determinada a partir da existência imediata e contraditória do capital e do trabalho assalariado. Os trabalhadores surgem, dessa maneira, como proprietários de valor de troca por serem proprietários de força de trabalho. Isto irá provocar o que podemos chamar de 'cisão interna do valor' que expressa o fato de que em uma sociedade capitalista o valor se divide, desde a sua origem no processo de produção, entre trabalhadores e capitais. Dessa maneira, ficam determinadas as parcelas apropriadas por ambos, mas de forma fetichizada, ou seja, pela mediação do mercado. Com isto, a orientação interna de cada capital no sentido de produzir para o consumo dos trabalhadores ou dos capitalistas ou ainda para a acumulação de capital, fica dependente apenas da realidade exterior do mercado, estabelecendo-se, assim, uma determinação relativamente estável dos valores apropriados por cada agente da produção.

A divisão geral do trabalho expressa, portanto, o fato de que a apropriação já não se funda mais no trabalho, mas na propriedade dos meios de produção e também, por oposição, na propriedade da força de trabalho. Da mesma forma, já não existem, aqui, as relações de valor como relações quantitativas de troca, uma vez que os preços dos produtos devem corresponder a uma valorização da propriedade já existente, ou seja, devem conter um preço de custo e uma margem de lucro que corresponda à valorização do capital. As relações básicas de troca são dadas, portanto, pelos preços de produção e não mais pelos valores.

Finalmente, a divisão individual do trabalho é a divisão

do trabalho no interior dos diversos processos de produção dentro de uma economia capitalista. Em outras palavras, é a divisão dos trabalhadores individuais no interior dos trabalhadores coletivos. Essa é uma divisão que apresenta um caráter contraditório na medida em que é organizada pelos capitais com o objetivo da valorização, ou seja, buscando a redução do tempo de trabalho na produção de mercadorias; realizada, portanto, pelos capitais como momento dominante sobre aqueles que participam dessa mesma divisão — os trabalhadores. Se na divisão geral do trabalho o capital assume uma posição passiva de mera aceitação de uma realidade exterior, aqui o capital assume a postura ativa de negação do trabalho e, portanto, negação do próprio modo de produção na medida em que o trabalho é a fonte de sua valorização.

Essas tres divisões do trabalho podem ser vistas, agora, em conjunto para uma sociedade capitalista, sendo que para uma sociedade mercantil simples a divisão geral e a individual do trabalho existem apenas como possibilidade. A divisão particular do trabalho expressa apenas a relação exterior de diversos trabalhos privados realizados independentemente (diversidade dos trabalhos privados). A divisão geral do trabalho, por sua vez, contém a interiorização da relação capitalista, embora apenas ao nível das relações mercantis, ou seja, a criação histórica e determinada da mercadoria força de trabalho que implica na determinação de seu valor e na existência do capitalismo (oposição entre capitais ou trabalhadores coletivos e trabalhadores assalariados). Finalmente, a divisão individual do trabalho contém a interiorização da relação capitalista ao nível do processo de produção (contradição entre capital e trabalho).

De acordo com a nossa visão, portanto, a determinação do valor da força de trabalho depende de como é a divisão social do trabalho, e mais particularmente a divisão geral do trabalho. Tra-

ta-se, aqui, de uma determinação que parte de uma realidade dada , ou seja, de como se estrutura uma determinada produção. Não se determina, dessa forma, seu valor materialmente, como uma quantidade determinada de meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador e sua família, mas esse valor é determinado social e historicamente de acordo com as relações sociais de produção estabelecidas pelos agentes econômicos e que estão presentes na própria divisão setorial (ou seja, por valores de uso) da produção . Dessa maneira, em uma economia que apresente uma produção voltada na sua imediação mais ao consumo dos trabalhadores do que ao consumo capitalista e à acumulação, o valor da força de trabalho será maior do que em outra economia mais voltada à acumulação e ao consumo capitalista. A determinação do valor da força de trabalho surge, assim, da produção imediata, deixando de haver, nesta formulação, qualquer relação entre materialidade e valor da força de trabalho mediados pela produtividade do trabalho. Em outras palavras, o valor dessa mercadoria aparece como independente das produtividades dos setores de produção, já que esse valor pode apresentar as mais diversas magnitudes para as mesmas produtividades de cada setor, dependendo, para isto, apenas de como se organiza a produção. Evita-se, além do mais, a determinação do valor dessa mercadoria por meio das necessidades do trabalhador, ainda que historicamente determinadas, já que com isto estar-se-ia invertendo a verdadeira relação de determinação presente na realidade da economia capitalista.

Parece-nos interessante ressaltar, como conclusão deste capítulo, o fato de não estarmos fugindo do sentido geral da obra e do pensamento de Marx. Muito ao contrário, nossa formulação da questão apresenta como ponto de partida textos que, contrariamente ao que acontece n'O Capital, não se detêm na formulação teórica e sim na compreensão do conteúdo das relações de produção. Um exemplo dessas passagens em que Marx discorre mais livremente sobre sua visão do modo de produção pode ser visto na que se segue, onde praticamente contradiz formulações presentes n'O Capital:

" O valor do salário tem de ser calculado não de acordo com a quantidade de meios de subsistência que o trabalhador recebe, e sim pela quantidade de trabalho que custam esses meios (de fato pela proporção da jornada de trabalho da qual ele mesmo se apropria) , segundo a participação relativa que o trabalhador tem no produto global, ou antes, no valor global desse produto". (Teorias da Mais-Valia II, DIFEL, pag. 850, grifos nossos).

Marx fala em seguida da elevação do salário real e de como a força de trabalho não deve ser considerada materialmente (ou "animalescamente" de acordo com a expressão que ele usa), embora ele mesmo acabe por cometer esse erro como vimos em suas formulações mais conhecidas, principalmente as d'O Capital (ver, por exemplo, a citação que apresentamos na pag. 44 (o 'gado de carga')).

" É possível que estimado em valores de uso (quantidade de mercadoria ou dinheiro), o salário suba (com a produtividade crescente), mas caia segundo o valor, e vice-versa. Um dos grandes méritos de Ricardo é ter examinado, fixado como categoria, o salário relativo

ou proporcional. Até então o salário sempre fora con-
siderado algo simples, e o trabalhador, em conseqüên-
cia, um animal. Mas agora passa a ser visto em sua
conexão social". (idem, pag. 850, grifos nossos).

Esta passagem traduz a autêntica visão de Marx sobre a
determinação do valor da força de trabalho. Infelizmente, o que fi-
cou consagrado como a visão marxista desta questão foi a formulação
insatisfatória utilizada por Marx n' O Capital.

CAPÍTULO VIII

A FORMAÇÃO DO SALÁRIO

Sabemos que os preços de produção das mercadorias comuns se formam pelo acréscimo de uma taxa de valorização do capital ao custo real das mercadorias. Como se forma, por sua vez, o salário ao nível dos agentes econômicos? Vimos que a própria estrutura da produção historicamente determinada contém em si mesma o valor da força de trabalho, ou seja, a participação do trabalhador no produto do seu trabalho. Quando procuramos explicitar, no entanto, a formação do seu preço a nível empírico, constatamos uma séria dificuldade que não se apresenta para o caso das mercadorias comuns. Essa dificuldade resulta precisamente do fato de que essa mercadoria não possui uma materialidade e, portanto, um processo material de produção por meio dos quais se possa determinar um preço, como acontece com as mercadorias comuns.

Em períodos de crise econômica com elevadas taxas de inflação, o problema se agrava ainda mais. Nesses momentos a realidade econômica se caracteriza pelo seu intenso dinamismo, pela instabilidade de todos os agentes, o que impede uma clarificação maior das relações econômicas.

A primeira vista pode parecer que nessas circunstâncias a teoria econômica que apresentamos aqui não se aplica à realidade. Acreditamos, no entanto, que a dificuldade de se enxergar com clareza a relação entre teoria e a superfície dos acontecimentos econômicos não é suficiente para torná-la sem sentido. Podemos aqui, ao menos, adiantar algumas idéias de como superar essa dificuldade.

Um momento de crise se caracteriza essencialmente pela não reprodução das relações de produção que haviam sido pressupostas anteriormente pelos agentes da produção. Dessa maneira, as mer

cadorias, apesar de conterem determinada quantidade de trabalho materializado, não realizam seu valor, não são vendidas: a produção foi maior do que permitiam as relações de produção existentes. A produção foi excessiva e se empregou trabalhadores em excesso que agora são lançados ao mercado.

Acreditamos que, embora muitos capitais, principalmente as pequenas empresas, procurem se adaptar a estas condições reduzindo os salários, o procedimento geral e mais importante é a redução do nível de emprego que pode implicar na redução dos salários, mas não necessariamente. Os novos salários devem surgir da produção que permanece em curso, e não apenas da relação entre trabalhadores empregados e desempregados. Na crise a produção se reduz, reduz-se, provavelmente, a produtividade, reduzem-se drasticamente os lucros do capital, o emprego, a massa de salários, mas não necessariamente a taxa de salário. Trata-se de uma crise do capital, de superprodução de capital, e é este agente econômico que é penalizado, em primeira instância. Claro está que a crise, ao lançar ao desemprego massas enormes de trabalhadores, resulta em violenta penalização deles. Mas o que devemos ter presente é que a crise resulta de um excesso de produção e não de um excesso de valor da força de trabalho. Muito ao contrário, já que a própria elevação desse valor implicaria em maior poder de consumo e, portanto, seria um fator compensador da produção em excesso. O resultado final da crise, que prepara um novo surto de expansão, é exatamente a redução relativa do lucro ou da mais valia comparados ao salário ou ao valor da força de trabalho, ou seja, o restabelecimento de relações de produção que permitam sua própria expansão.

Por outro lado, a crise nas sociedades capitalistas modernas deixa de ser meramente econômica, ou seja, deixa de ser apenas a resolução da contradição entre o caráter mercantil e o caráter capitalista da produção, e passa a incorporar outras dimen-

sões não econômicas. A inflação é um dos fenômenos típicos da maior abrangência da crise, sendo o resultado da luta de classes que extrapola a mera dimensão econômica, e cuja mediação é empreendida pelo Estado que pelo seu caráter de classe irá determinar quais os segmentos da sociedade que serão beneficiados ou penalizados.

Outro fator que encobre a formação dos salários é a existência de leis salariais que estabelecem os índices de reajuste, assim como a fixação dos salários mínimos. A presença do Estado na relação Capital-Trabalho é tão clara e evidente que a própria formação do salário no mercado é, nessas condições, negligenciada pelos economistas. O Estado, no entanto, não possui o poder de determinar o salário, mas apenas de condicioná-lo, de induzir a sua modificação, seja a favor da classe trabalhadora ou da classe capitalista. A dimensão política da sociedade, bem como a própria subjetividade dos agentes de produção atuam no sentido da modificação das relações de produção pré existentes, mas não na determinação imediata dessas mesmas relações, determinação essa que surge como resultado de um processo histórico de desenvolvimento, ou em outras palavras, como relações de produção historicamente determinadas. O que determina, portanto, os salários não são imediatamente as relações entre os agentes a nível subjetivo, ou de seu conflito distributivo mediado pelo Estado, mas as relações de produção imediatamente dadas, que são modificadas pela subjetividade dos agentes e pela sua luta pela apropriação da riqueza produzida.

Essa visão da determinação econômica do salário está fundamentada nos textos de Marx e é coerente com o sentido geral sua obra. As relações econômicas no capitalismo são relacionadas que só podem ser superadas conscientemente, a momento em que os agentes deixem de agir como coi-

quando os trabalhadores, assalariados ou não, tiverem consciência da sua condição de criadores da riqueza, de expropriados, e quando os capitalistas - detentores dos meios de produção - deixarem de exercer o controle sobre esses meios de produção através de sua expropriação.

A superação do fetiche das relações mercantis - entre as quais se encontra a relação Capital-Trabalho - é uma tarefa consciente ainda a ser realizada. O surgimento momentâneo de consciência - por exemplo nos sindicatos, no Estado, etc - não é suficiente para superar o fundamento objetivo do fetiche: o fetiche permanece fetiche no seu movimento; a propriedade, os meios de produção, permanecem capitalistas.

"No curso dessa investigação ver-se-á que, para análise do capital, é indiferente que se pressuponha alto ou baixo o nível das necessidades dos operários. Do mesmo modo que na teoria, também na prática parte-se do valor da força de trabalho como de uma grandeza dada. Um possuidor de dinheiro que, por exemplo, queira converter seu dinheiro em Capital (...) procura informar-se sobre o nível médio dos salários na localidade em que tenciona construir a fábrica. Sabe que(...) (as) "oscilações" (do salário) "se compensam. Por isso, em seus cálculos orçamentários, o salário entra como grandeza de determinado valor. De outro lado, o valor da força de trabalho constitui a base consciente e manifesta das trades unions, cuja importância para a classe operária dificilmente pode superestimar-se. As trades unions não têm outro objetivo senão o de impedir que o nível do salário desça abaixo do limite tradicionalmente dado nos diversos ramos da indústria, que se reduza o preço da força de tra

balho abaixo do seu valor." (Capítulo VI Inédito, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978, pag. 128 e 129, grifos nossos)

Numa situação de crise, esse automatismo, essa "dadidade" dos salários deixa de existir em alguns setores, principalmente entre as pequenas empresas que se aproveitam do grande desemprego para reduzir os salários. As grandes empresas, por outro lado, tendem a manter o nível do salário de seus empregados.

O valor das mercadorias em geral, inclusive da força de trabalho, é algo de irredutível ao capital, é-lhe exterior e ele assume como dado⁽¹⁾. O procedimento do capital com vistas à valorização é interior, ou seja, cada capital individual busca reduzir os seus custos de produção como forma de se apropriar do diferencial entre o valor da mercadoria e o seu valor individual. O capital é, portanto, passivo do ponto de vista da determinação do valor das mercadorias, e ativo do ponto de vista da exploração do trabalho. Quanto à mercadoria força de trabalho, o seu valor não pode ser reduzido imediatamente pelos capitais individuais, já que não há um processo de produção específico dessa mercadoria. Aqui, o procedimento do capital é antes a redução do número de trabalhadores que utiliza. A redução do valor da força de trabalho, assim como também o seu aumento, só se dá no movimento concreto da produção, particularmente na modificação da divisão geral do trabalho, o que permite a essa mercadoria ter uma redução de valor menor que a elevação da produtividade, ou seja, cria um espaço para que os trabalhadores se apropriem de uma parte dessa produtividade aumentada, na medida em que o salário ao ser determinado como quantidade pode implicar num salário real mais elevado.

(1) Mesmo as empresas monopolistas têm limites bastante determinados na elevação de suas margens.

CAPÍTULO IX

PRODUTIVIDADE, MAIS-VALIA RELATIVA E SALÁRIO REAL

Vimos anteriormente que o valor da força de trabalho está determinado pela estrutura produtiva para um dado momento histórico. Resta-nos investigar, agora, como se modifica em valor e consequentemente seu conteúdo material à medida que a própria produção se modifica.

A. A produtividade social do trabalho

A produtividade social do trabalho é o que condiciona em última instância a determinação do valor das mercadorias. Em outras palavras, a grandeza desse valor é determinada pelo tempo de trabalho necessário à produção de determinada mercadoria nas condições médias, ou seja, historicamente determinadas, de produção.

A produtividade do trabalho, por sua vez, é determinada

"... por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições materiais" (O Capital, I tomo 1, Ed. Abril, p. 48),

circunstâncias estas que, no capitalismo, caem em poder dos capitalistas, ou, mais precisamente, dos capitais. Vale lembrar aqui, que, embora aparentemente paradoxal, a própria habilidade média dos trabalhadores é no momento da produção uma característica do capital e não exatamente dos trabalhadores, uma vez que eles es-

tão incorporados aos meios de produção, numa unidade que se chama de capital, valor que se valoriza. Dessa maneira, o resultado final do trabalho é propriedade do capital, cabendo, portanto, a este a iniciativa de incrementar esse resultado com base principalmente na elevação da produtividade do trabalho.

"Entendemos aqui por aumento da força produtiva do trabalho em geral uma alteração no processo de trabalho pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira, portanto, a força para produzir um maior quantum de valor de uso" (idem, pag. 251)

O processo por meio do qual os capitais auferem lucros extraordinários com base na elevação da produtividade dada é, evidentemente, muito simples como exemplifica Marx: considerando a elevação da produtividade na produção de determinada mercadoria realizada por um determinado capital, chega-se ao resultado de que

"o valor individual dessa mercadoria fica agora abaixo de seu valor social, isto é, ela custa menos tempo de trabalho do que a grande massa dos mesmos artigos produzidos nas condições sociais médias. (...) O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém, não é um valor individual, mas sim seu valor social (...)" (idem, pag. 252, grifos nossos),

com o que o capitalista que aplica o novo método realiza uma mais valia extra. Dessa forma, o impulso do capital no sentido da elevação da produtividade é evidente, uma vez que o impulso originário do capital é a própria valorização.

B. O conceito de mais-valia relativa

Marx define a mais-valia relativa como sendo "a mais-valia que decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho", a saber, o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente. Trata-se de um conceito logicamente posterior ao da elevação da produtividade (ou da redução do tempo de trabalho) que representa uma condição necessária embora não suficiente para a derivação do conceito de mais-valia relativa. Este se completa quando a elevação da produtividade implica em um menor valor da força de trabalho, não aparecendo, aqui, qualquer referência à modificação do consumo dos trabalhadores relativo àquele valor e relativo à modificação da produtividade. Trata-se, portanto, de algo relativo, e relativo em termos de quantidade, de valor. Este é um aspecto que deve ser cuidadosamente frisado, tendo em vista interpretações apressadas e equivocadas do conceito.

Muitas vezes se entende o termo exploração do ponto de vista do valor de uso quando o correto é olhá-lo como apropriação de tempo de trabalho excedente por parte do capital, sendo esta a característica essencial do modo de produção: o trabalho despojado dos meios de produção se vende como força de trabalho ao capital, cabendo-lhe nesta relação apenas uma parte do valor por ele mesmo criado, o que reproduz ulteriormente a relação inicial entre trabalho e capital em que o trabalho se via despojado dos meios de produção. A consideração da exploração do ponto de vista do valor de uso, ou seja, do salário real, omite um passo lógico essencial que é o da transformação do valor em valores de uso, ou no caso da força de trabalho, da passagem do salário ao salário real. Como vimos anteriormente (ver pags. 21 e 50 e segs.) Marx supõe essa transformação, considerando dado o salário real sendo

que o seu valor seria determinado por esse salário real assim fixado. Essa determinação deve ser entendida no sentido fraco do termo, ou seja, como determinação negativa do valor da força de trabalho, enquanto que a determinação positiva desse valor não foi explicitada nessa formulação de Marx, embora o tenha sido em outras formulações (ver cap. VI). Pois bem: assim fazendo Marx acaba por considerar, nesse momento, a contradição Capital-Trabalho como sendo a contradição entre a Propriedade dos Meios de Produção e a Propriedade dos Meios de Subsistência, ao passo que acreditamos ser mais correto considerá-la como contradição entre Propriedade dos Meios de Produção e a Propriedade da Força de Trabalho que implica na apropriação imediata de mais-valia e do valor da força de trabalho por parte do capital e do trabalho e posteriormente, ao nível da apropriação dos produtos do trabalho, no Investimento e Consumo Capitalista de um lado e no Consumo dos Trabalhadores do outro.

A questão da exploração do tempo de trabalho, da forma como foi tratada acima, considera apenas as condições de produção imediatamente dadas, sem se referir às modificações dessas mesmas condições, dentre as quais se inclui a elevação da produtividade. A mais-valia relativa surge, portanto, quando a elevação da produtividade social implica na redução do valor da força de trabalho relativamente à mais valia, sendo, assim, em primeiro lugar um conceito que expressa uma relatividade de valores (seu lado qualitativo) e em segundo lugar um conceito eminentemente dinâmico (o aspecto quantitativo) que traduz o aumento da exploração do trabalho. A consideração dos valores de uso neste ponto deve surgir apenas de acordo com o papel que assumem na modificação relativa entre mais-valia e valor da força de trabalho, e este papel deve ser encontrado não neles mesmos, não em meios de subsistência que determinariam rigidamente o valor da força de trabalho, mas nas próprias

condições de produção onde ocorrem as modificações que resultam em maior mais-valia, ou seja, que criam a mais-valia relativa.

C. A modificação do salário real: os fatores econômicos

As forças produtivas capitalistas se compõem de dois momentos contraditórios, o Capital detentor dos meios de produção e o Trabalho detentor do poder de criar riqueza. No processo de produção, no entanto, esses dois momentos se unem como capital. Num nível mais superficial, por sua vez, o Capital aparece como múltiplos capitais independentes na sua valorização e o Trabalho aparece como trabalho assalariado. Temos, portanto, três momentos que podem influir no movimento autônomo da produção: o momento da unidade contraditória Capital-Trabalho e os momentos opostos capitais individuais de um lado, e trabalhadores assalariados do outro. As modificações das relações entre esses momentos irão ter consequências na evolução concreta da estrutura produtiva, e por serem categorias econômicas iremos chamá-los de fatores econômicos que influem no movimento da produção, e mais particularmente na modificação dos salários reais que nos interessa aqui.

1. A produtividade

A produtividade social do trabalho no capitalismo pode aumentar ou diminuir, mas o que se pode esperar como tendência geral e o que se pode verificar historicamente é a sua elevação. A produtividade pode em primeiro lugar aumentar ou diminuir, dependo de condições naturais, como por exemplo clima favorável, secas, enchentes, abundância ou carência de matéria prima em deter-
minada região, e outros fatores. A constituição interna do capi-
tal, no entanto, aponta para a elevação contínua da produtivida-
de. Isto porque o efeito útil dessa elevação é apropriado em pri

meira instância pelo capital uma vez que cabe a ele a propriedade da mercadoria que resulta do processo de trabalho, enquanto que ao trabalhador cabe apenas o valor da força de trabalho previamente determinado. A elevação da produtividade é, portanto, um objetivo do Capital na sua valorização, o mesmo não ocorrendo com o Trabalho. Como estamos interessados, aqui, na tendência do capital e não nas acidentalidades, e como desejamos explicar não apenas a variação dos salários reais mas sua elevação, iremos considerar a seguir apenas o aumento da produtividade e suas consequências sobre a produção em geral e sobre os salários reais em particular.

A produtividade aumentada, apropriada imediatamente pelo capital responsável por ela, não extingue, no entanto, seus efeitos nessa apropriação. O produto que resultou dessa modificação da produção deve ser vendido como mercadoria e, portanto, seu valor reduziu-se na mesma proporção do aumento da produtividade. Isso não significa, no entanto, que o preço dessa mercadoria terá uma redução correspondente. Marx mostra claramente como essa redução é um resultado da concorrência entre os capitais, ao examinar o que ocorre quando se reduz o valor de uma mercadoria ao se aumentar a produtividade:

"(...) Para vender, portanto, o produto de uma jornada de trabalho ele "(o capitalista)" precisa de uma demanda duplicada ou de um mercado duas vezes maior. Permanecendo iguais as demais circunstâncias suas mercadorias só conquistarão maior espaço no mercado mediante a contração de seus preços. Por isso, ele as venderá acima de seu valor individual mas abaixo de seu valor social ..." (O Capital I, tomo 1, pag. 252)

Vemos, dessa forma, que o capital individual não se apropria da totalidade da redução do valor relativa à produtividade aumentada introduzida por ele, mas apenas de uma parte, devido ao seu objetivo de ampliar seu mercado relativamente a outros capitais. A outra parte dessa redução do valor é apropriada na circulação de mercadorias, mais particularmente pelos compradores dessa mercadoria. Isso é o que poderíamos chamar de "benefícios da circulação" na medida em que uma elevação da produtividade em determinado setor se converte num benefício, numa redução de valor, apropriados pelos que participam da circulação de mercadorias.

Surge, assim, uma das origens da elevação dos salários reais verificada em longos períodos de tempo. O valor da força de trabalho, determinado pelas relações de produção dadas, é antes de mais nada uma quantidade apropriada pelos trabalhadores, e como tal permite que eles participem da circulação e de seus benefícios.

A elevação da produtividade de bens de elevado valor não consumidos por trabalhadores apenas aproxima estes últimos da possibilidade de consumi-los, uma vez que reduz a distância entre aquele valor elevado e o valor da força de trabalho. O efeito dessa elevação de produtividade sobre a mais-valia relativa e o salário real será desprezível embora aponte potencialmente para a elevação de ambos.

Por outro lado, a elevação da produtividade dos bens consumidos pelos trabalhadores tem consequências decisivas sobre a mais-valia relativa e o salário real. Em primeiro lugar, se a elevação da produtividade desses bens não resultar em preços menores ao nível da circulação, podemos dizer que seu resultado foi apenas um aumento de mais-valia relativa e a manutenção do salário real. Devido à concorrência capitalista, no entanto, difícil

mente uma elevação da produtividade deixará de ter implicações sobre os preços em períodos significativos de tempo. O que ocorre, portanto, é que a redução do valor desses produtos implica em maior mais-valia relativa e salário real, ou seja, uma parte da redução é apropriada pelos capitalistas e outra pelos trabalhadores.

Podemos, então, afirmar que existe uma indeterminação teórica sobre quem irá se apropriar da elevação da produtividade, indeterminação essa que se resolve apenas no movimento concreto da economia. Em períodos de expansão, de grande acumulação de capital e elevação da produtividade, é de se esperar que o capital se aproprie da maior parte dessa elevação, pois os mercados em expansão permitem aos capitalistas realizarem lucros extraordinários, aumentando ao mesmo tempo a taxa de mais-valia. À medida, no entanto, que a produtividade se generaliza pela economia como um todo, esse ganho inicial começa a se diluir e nesse momento a maior produtividade é provavelmente apropriada pela classe trabalhadora. Em períodos de crise, cessam os lucros, desacelera-se a elevação da produtividade que pode inclusive diminuir, e a contração dos mercados gera uma luta intensa entre os capitais. Nesses momentos os trabalhadores que permanecem empregados nas empresas capitalistas conseguem em geral manter seus salários reais apesar do desemprego que surge. Os trabalhadores desempregados, por sua vez, buscam ocupações esporádicas no mercado informal, vale dizer, não capitalista, de trabalho, de produtividade incomparavelmente inferior à das empresas capitalistas. Este último fenômeno cria a impressão de que nas crises os salários se reduzem bruscamente, quando na verdade o que se reduz são os ganhos dos trabalhadores do setor informal, enquanto que os trabalhadores assalariados conseguem manter os salários reais conquistados no período de expansão.

O resultado geral desse movimento cíclico da economia é

que no longo prazo toda a produtividade termina por ser incorporada aos salários reais⁽¹⁾, apesar de sua origem residir exatamente no capital, que se apropria imediatamente da elevação da produtividade. Como a realidade capitalista é uma realidade mercantil, a produtividade de origem privada se socializa e a apropriação privada da maior produtividade se generaliza pela sociedade. O caráter contraditório do capital aparece sempre como a socialização difícil das relações tanto ao nível do interior do processo de produção na relação capital trabalho, quanto ao nível das relações entre os possuidores de mercadorias, capitalistas, trabalhadores, e trabalhadores assalariados. Na produção imediata a socialização se faz sobre os ombros da classe trabalhadora; na circulação de mercadorias a socialização só se completa no vai-e-vem dos preços, das expansões e das crises.

Vejamos, agora, por que Marx não explicita esta nossa conclusão que se segue diretamente de sua teoria. Como vimos anteriormente, Marx considera n'O Capital o salário real constante, e o valor da força de trabalho determinado pelo valor das mercadorias que compõem aquele salário real. Vimos também que Marx considera esta uma hipótese plausível e que a determinação referida acima deve ser entendida no sentido fraco do termo, ou seja, como determinação negativa, como mera descrição (ver p. 40 e 98). A determinação positiva do valor da força de trabalho, por sua vez, surge das relações de produção historicamente determinadas, como sugerem algumas passagens de Marx. A utilização da determinação do valor da força de trabalho pelo salário real no livro I d'O Capital cria, no entanto, dificuldades teóricas, entre elas a idéia

(1) Pode-se verificar por meio de dados estatísticos que as taxas de mais-valia tendem a se manter relativamente constantes a longo prazo, oscilando durante o ciclo, ou seja, aumentando no período de expansão e diminuindo nos períodos de crise.

de que a elevação da produtividade nos setores que produzem para os trabalhadores implica necessariamente em mais-valia relativa, e também a idéia de que os salários reais tendem a se manter constantes, independentemente da produtividade. Como podemos ver facilmente, essas conclusões seguem-se diretamente da formulação da determinação do valor da força de trabalho: se o salário real está dado, a elevação da produtividade de seus componentes resultará em diminuição do valor da força de trabalho e num correspondente aumento da taxa de mais-valia. Considerada dessa forma a elevação da produtividade é apropriada apenas e tão somente pelos capitais.

Acreditamos, portanto, que com essa formulação Marx negligencia o caráter mercantil da força de trabalho, ou seja, sua existência como valor e fonte de valor, e privilegia excessivamente sua existência como valor de uso e fonte de valor de uso, ou seja, o consumo do trabalhador como sendo um elemento fixo e relacionado ao seu trabalho material.

Nos Grundrisse, texto menos rígido formalmente, Marx mostra o papel civilizador do capital, ao criar novas necessidades tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores, criando, dessa forma, uma segunda natureza humana distante das origens naturais do Homem.

"... ele (o capitalista) procura por todos os meios estimular os trabalhadores para que consumam, dando novos atrativos a suas mercadorias, criando novas necessidades nos trabalhadores. É precisamente este lado da relação entre Capital e Trabalho que constitui um momento essencial da civilização em que descansa a justificação histórica assim como também o poder atual do Capital".

(Grundrisse, Ed. Grijalbo, pag. 230)

Parece-nos que, nesta citação, Marx privilegia o cará-

ter qualitativo da diferenciação das necessidades, omitindo o seu lado quantitativo. Quando trata das necessidades capitalistas, no entanto, mostra claramente a transição da quantidade à qualidade de na transformação das necessidades:

"... a produção de mais-valia relativa, isto é, a produção de mais-valia baseada no aumento e desenvolvimento das forças produtivas, requer a produção de novo consumo; exige, portanto que se amplie o círculo de consumo dentro da circulação (...) Primeiro a ampliação quantitativa do consumo existente; segundo a criação de novas necessidades, mediante a propagação das necessidades já existentes em um círculo mais amplo; terceiro produção de novas necessidades e criação de novos valores de uso" (idem, pag. 358)

Como Marx refere-se, aqui, à mais-valia relativa e não à simples elevação da produtividade, a elevação das necessidades a que se refere é apenas a relativa aos capitalistas. Acreditamos, no entanto, que podemos generalizar essa argumentação e essa metodologia para a elevação da produtividade em geral e das necessidades tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores (ver o capítulo seguinte, pag. 128 e segs.).

2. Monopólios e Sindicatos

Vimos no item anterior quais as consequências econômicas da elevação da produtividade. Vejamos agora como a organização dos agentes econômicos, a um nível mais superficial, modifica a produção e os salários reais.

Em primeiro lugar as organizações das grandes empresas capitalistas em cartéis têm como objetivo aumentar os preços e re

duzir a produção. O resultado desse procedimento capitalista é semelhante ao de uma diminuição da produtividade. Nos setores que produzem bens de consumo capitalista, ocorrerá uma elevação dos preços, permanecendo constantes a mais-valia relativa e o salário real. Nos setores que produzem para os trabalhadores, a cartelização implicará também numa elevação dos preços, criando mais valia relativa e diminuindo o salário real. No primeiro caso os explorados são os próprios capitalistas, no segundo caso são os trabalhadores. Para os setores de bens de produção, os resultados da cartelização devem ser extrapolados para os outros setores.

Em segundo lugar, as organizações sindicais tendem a elevar o valor da força de trabalho, reduzir a taxa de mais-valia e aumentar o salário real, independentemente do setor em que estejam. De qualquer forma, esses efeitos serão mais sensíveis para elevações de salários em setores que produzem para os capitalistas, pois nesse caso os repasses da elevação dos salários aos preços serão pagos por consumidores capitalistas. No entanto, não se deve esperar grandes diferenciais salariais entre os diversos setores, na medida em que os ganhos salariais de determinados setores de produção tendem a servir como ponto de referência a outros.

3. Acumulação, crise e aumento ou diminuição da população trabalhadora

O ritmo de expansão ou de contração da produção, bem como o aumento da população trabalhadora são fatores que modificam as relações de produção imediatamente dadas e, conseqüentemente, os salários reais. Em primeiro lugar, a escassez de mão de obra tende a elevar o valor da força de trabalho na medida em que fortalece a organização dos trabalhadores e enfraquece a posição dos capitalistas relativamente a eles. O contrário é de se esperar em momentos de crise com elevado desemprego, em que a organização dos

trabalhadores se torna mais difícil, tanto pela redução de seu número quanto pelo aumento da concorrência de trabalhadores potenciais, ou seja, postos à margem do processo de produção. Finalmente, o aumento da população trabalhadora, ou mesmo uma improvável redução, são fatores que também incidem sobre a força e organização de trabalhadores e capitais, ao implicarem no aumento ou redução da oferta de mão de obra.

De um ponto de vista teórico, acreditamos ser isto tudo o que pode ser dito com relação aos fatores econômicos de modificação dos salários reais. A quantificação dessa modificação parece-nos irredutível à teoria na medida em que será o resultado concreto da luta entre os agentes de produção pela apropriação do valor produzido, tendo essa luta, como ponto de partida, as relações de produção dadas historicamente.

D. Modificação dos salários reais - fatores extra econômicos

Os salários reais ou, de forma mais geral, o consumo dos trabalhadores, podem ser modificados a partir de fatores que se situam no exterior das relações econômicas, mas que incidem sobre elas e as modificam. O principal agente não estritamente econômico que atua sobre a produção é o Estado que pode, dentro de certos limites, determinar as direções em que ela se move.

Utilizando o esquema proposto por Marx na "Introdução" (ver pags. 65 a 71 deste trabalho) sobre os momentos da produção - P-D-T-C -, o Estado pode estar diretamente presente na produção (P), na forma de empresas estatais com todas as particularidades que esta situação apresenta. Os serviços públicos são o exemplo mais evidente da participação do Estado na produção embora essa presença possa também ser muito importante em setores, como a produção de bens intermediários, em que desempenha um papel fun

damental para o desenvolvimento da indústria. O movimento desses setores controlados diretamente pelo Estado é essencialmente determinado por ele, ficando em segundo plano as características puramente econômicas das empresas que os compõem.

O Estado pode, em segundo lugar, exercer influência decisiva sobre a distribuição (D) dos produtos, na forma de políticas fiscais, salariais, industriais, incentivos, legislação trabalhista, etc. Neste ponto o Estado assume extrema importância como regulador das relações econômicas fundamentais, ou seja, entre capitais e trabalhadores e das outras relações econômicas entre os capitais individuais, trabalhadores independentes e assalariados. Aqui se trava grande parte da batalha sobre a apropriação do valor criado, e dessa forma, sobre o movimento da produção. Com o avanço das conquistas sociais, o poder de determinação da distribuição do trabalho tem em grande parte se transferido da produção imediata para o Estado como mediador entre as classes, que embora garanta a propriedade privada dos meios de produção, ou seja, a propriedade capitalista concentrada nas mãos de uma minoria, tem ao mesmo tempo que se legitimar como instância representante da sociedade na sua totalidade. O Estado atual está profundamente mergulhado nas contradições de classe e dilacerado por elas. Cabe a ele manter o capitalismo e ao mesmo tempo garantir o progresso social, realidades nem sempre compatíveis como demonstra o estudo das relações de produção capitalistas. Essa incompatibilidade pode ser vista claramente nas recessões e nas crises quando as forças presentes no Estado vêm sua legitimidade ser questionada. Nos períodos de expansão da produção e pequeno desemprego a contradição entre o capitalismo e o progresso social se mostra mais apagada e se manifesta principalmente na relação de dominação do capital sobre o trabalho no processo imediato de produção. Não se pode, por outro lado, afirmar que existe uma incompatibili

dade absoluta entre o capitalismo e o progresso social: isso seria negar o caráter progressista do capitalismo que se manifesta principalmente na extrema elevação da produtividade social do trabalho, na liberação da força de trabalho humana, ou seja, na contínua atribuição, realizada pelo capital, do caráter social dos meios de produção. Outro lado do caráter progressista do capital é a própria elevação dos salários reais, fundamentada na elevação da produtividade do trabalho como procuramos mostrar anteriormente.

Outro momento de atuação do Estado é a circulação (ou processo de troca (T)) em que ele pode determinar e regular as formas jurídicas das trocas, as relações entre credores e devedores, entre capitalistas e trabalhadores assalariados, etc, assim como as formas que o capitalismo encontra para estimular o consumo, que se por um lado cumpre um papel civilizador e totalizador, por outro lado cria fortes incentivos ao desperdício, ao consumismo exacerbado e irracional. O controle social dos meios de comunicação é um ponto fundamental, e frequentemente negligenciado, da luta de classes no capitalismo.

Finalmente, o momento do consumo é de competência exclusiva do indivíduo e da mercadoria adquirida por ele. Dessa maneira, o Estado só pode atuar, aqui, indiretamente, seja através da produção estatal, da modificação da distribuição ou da influência sobre os fatores que incidem sobre a troca de mercadorias.

Do nosso ponto de vista, portanto, o principal papel que o Estado cumpre é o de regular as relações de distribuição e mais especialmente as relações entre o capital e o trabalho assalariado. No momento da distribuição é que se encontra a introdução, o início, da relação contraditória entre Capital e Trabalho. A transformação das relações de produção pela mediação do Estado inicia-se, dessa forma, pela modificação do caráter espontâneo das rela-

ções de produção (o mercado), de maneira a negar gradativamente o caráter capitalista dos meios de produção, negar o simples despojamento do trabalho assalariado com relação a eles, negar o poder do capital de dispor livremente desses meios de produção, negando com isto o próprio capitalismo. Trata-se de um processo contínuo de reformas por meio das quais se procura a passagem pouco visível do capitalismo ao socialismo. É, por fim, o caminho alternativo à tomada dos meios de produção pelos trabalhadores por meio de uma revolução que quebra violentamente o poder do Estado e dá origem a um novo Estado de caráter oposto ao antigo.

Além do Estado, a própria modificação das necessidades dos indivíduos de uma determinada sociedade desempenha um papel importante na evolução da estrutura produtiva. Como vimos, as necessidades surgem da produção de maneira quantitativa, mas só são transformadas em necessidades concretas no momento da troca. Essa transformação é um parâmetro determinado pela própria cultura da sociedade abrangendo uma amplitude extremamente complexa de determinações. Sua importância econômica pode ser vista no empenho dos capitais individuais em orientá-la na direção dos produtos por eles produzidos. Embora seja um parâmetro variável ao longo do tempo e da evolução da sociedade, podemos considerá-lo um parâmetro relativamente constante para efeitos de análise. Pode-se esperar, de qualquer forma, que sua modificação no tempo seja relativamente lenta.

CAPÍTULO X

AS NECESSIDADES NO CAPITALISMO E SUA EVOLUÇÃO

A. A estrutura das necessidades no capitalismo

Devemos investigar, aqui, a especificidade que as necessidades assumem numa sociedade capitalista em relação a outras formas de sociedade. Podemos dizer em geral que as necessidades têm origem na própria carência dos indivíduos, na sua limitação com relação tanto à sua materialidade quanto ao seu caráter social. As necessidades são, portanto, necessidades de coisas e de pessoas, de objetos e de relações. Estas são as necessidades dos indivíduos em qualquer sociedade, vistas de um ponto de vista extremamente abstrato em que são consideradas apenas a partir de sua origem - o indivíduo - e do seu objeto - as coisas e a sociedade -, independentemente da sua satisfação ou não. Em outras palavras, estas são as necessidades em geral.

Para que se mantenha a sociedade e seus membros, é preciso que uma parte das necessidades em geral seja satisfeita. Interessa-nos, aqui, particularmente, o fato de que no capitalismo as necessidades são satisfeitas de duas formas principais. Em primeiro lugar, grande parte delas é satisfeita pelos produtos lançados pela produção para a troca - na qual se inclui a produção capitalista como momento dominante -, ou em outras palavras, por mercadorias. Essas necessidades podem ser chamadas de solventes, na medida em que são as necessidades que os proprietários de valor de troca têm, e satisfazem pela troca, por valores-de-uso produzidos como mercadoria. As necessidades não-solventes por esses mesmos produtos, por sua vez, têm também existência, mas permanecem, por assim dizer, represadas e latentes na subjetividade dos indivíduos, ou seja, como necessidades em geral. Em segundo lugar, as

necessidades podem ser satisfeitas independentemente da produção de mercadorias. Um exemplo bastante trivial é o próprio ar que respiramos, embora devido aos efeitos da produção capitalista no meio ambiente, esse exemplo seja cada vez menos trivial. Outro exemplo são as relações entre as pessoas, embora também aqui as relações mercantis estejam muitas vezes presentes. Podemos dividir, portanto, as necessidades, do ponto de vista de sua satisfação, em necessidades direta e indiretamente sociais. As necessidades diretamente sociais são aquelas que são satisfeitas pelos indivíduos diretamente seja através da sua própria atuação (como no caso da necessidade de ar) seja através da sua relação com outros indivíduos ou com a sociedade em geral. As necessidades indiretamente sociais são aquelas satisfeitas apenas através da transformação de valor-de-troca em valor-de-uso, ou seja, que não são satisfeitas diretamente pela relação do indivíduo com a sociedade ou com as coisas, mas apenas pela mediação de uma coisa - o dinheiro - que permite o acesso ao objeto desejado.

Para mostrar a diferença entre essas duas formas, podemos comparar, por exemplo, o peixe que é o resultado de uma pescaria com aquele que é comprado no mercado. No primeiro caso o produto é produzido e consumido diretamente por um ou mais indivíduos, através das suas relações com a natureza e entre si, ao passo que no segundo caso o consumo só se efetiva através da intervenção do dinheiro. Em outras palavras, a ligação entre a produção e o consumo não se realiza pela relação social direta entre indivíduos, mas pela relação fetichizada de troca de mercadorias. A relação entre comprador e vendedor não é meramente uma relação de indivíduos mas essencialmente uma relação de mercadorias.

Do ponto de vista da economia, ou seja, do estudo das relações de produção que no capitalismo e nas sociedades mercantis como um todo são relações fetichizadas, relações entre coisas, ape

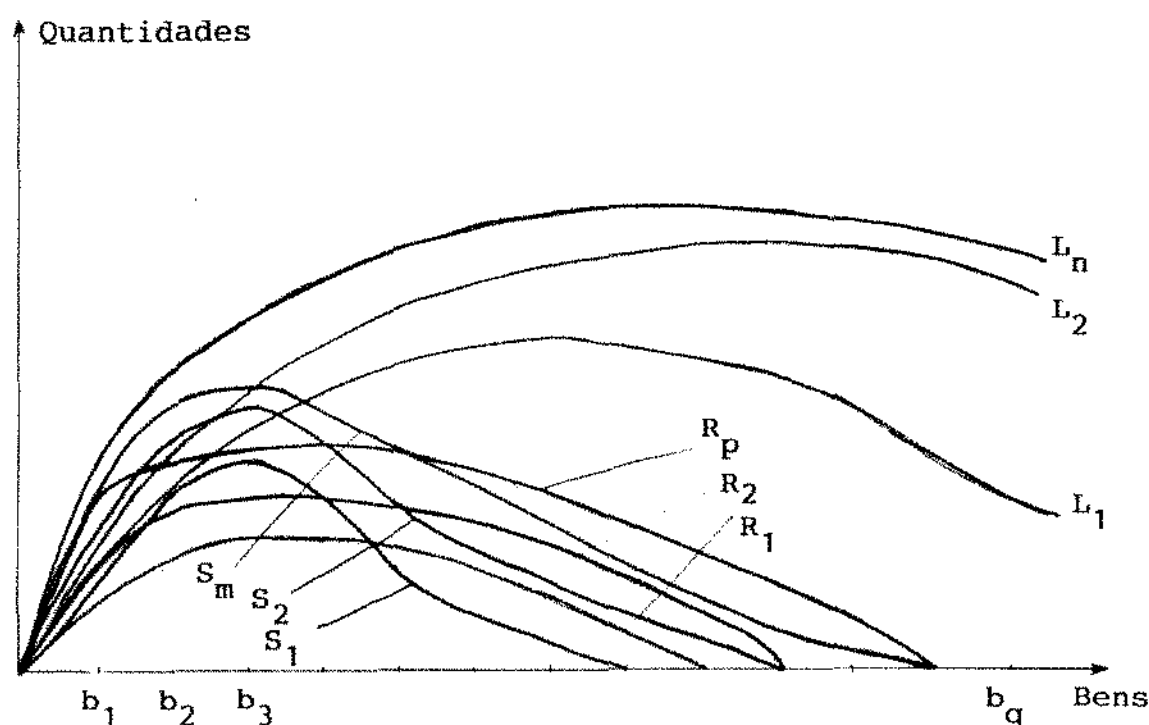
nas as necessidades solventes apresentam interesse, na medida em que apenas estas incidem sobre as relações de produção. Aparece como irrelevante economicamente, por exemplo, as necessidades dos trabalhadores desempregados que, embora apresentem necessidades semelhantes às dos empregados, não possuem o poder de realizá-las, na medida em que não participam da produção e dessa forma deixam de participar da apropriação da riqueza.

B. A transformação dos valores em valores de uso

Vimos anteriormente que o valor da força de trabalho está determinado historicamente pelas relações de produção e que surge como a expressão quantitativa da apropriação pelos trabalhadores de parte da riqueza produzida. O mesmo ocorre com os lucros como sendo a parte da riqueza apropriada pelo capital e, portanto, pelos capitalistas. Devemos agora investigar como essas quantidades se transformam em valores de uso por meio da troca. Em primeiro lugar devemos supor os preços de produção dados através da produtividade social do trabalho e dos meios de produção empregados. Vale lembrar, aqui, que estamos abstraindo das oscilações dos preços de mercado ao redor dos preços de produção, na medida em que trata-se de um fenômeno superficial que em nada altera as relações que queremos estabelecer, as quais só surgem como médias e em períodos de tempo suficientemente longos para apresentarem uma certa estabilidade. Vamos supor também que existem m níveis salariais S_m , n níveis de lucro L_n e p níveis de rendimentos de outros tipos de trabalhadores R_p . Vamos, finalmente, supor que esses níveis apresentem uma coerência interna suficiente de maneira a considerar que o comportamento dos indivíduos que os compõem seja aproximadamente semelhante.

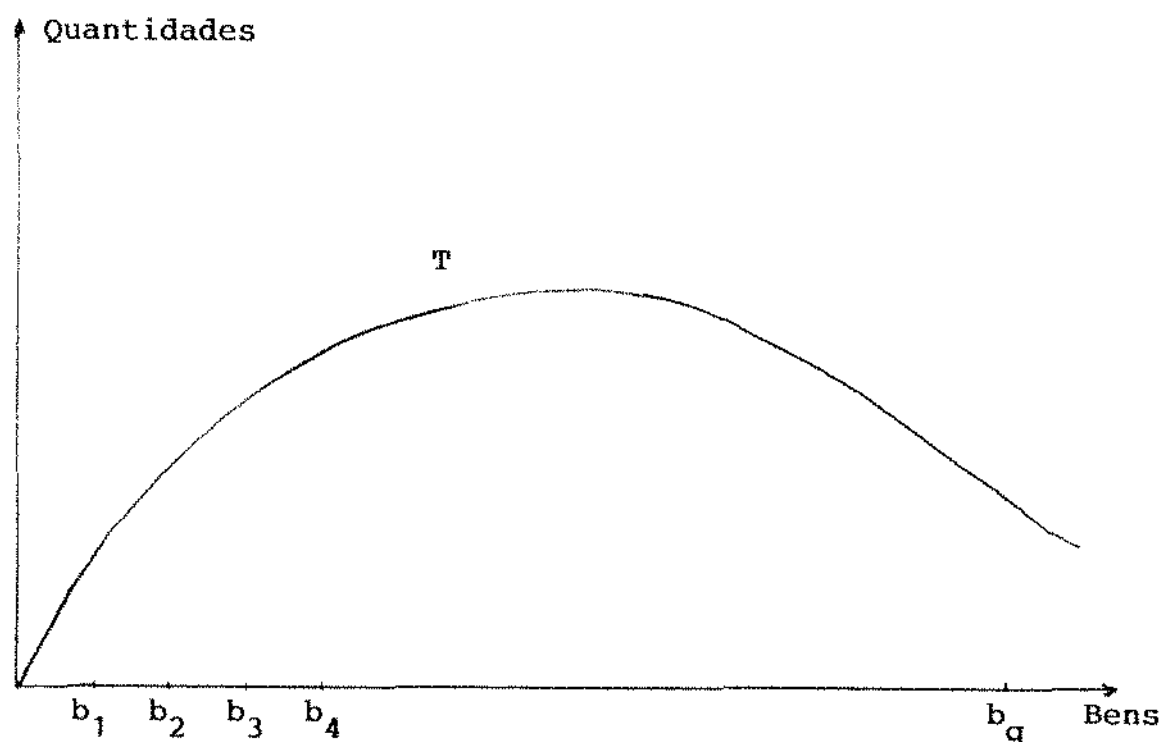
Podemos de acordo com essas suposições determinar as re

lações de transformação dos rendimentos em quantidades determinadas de valores de uso. Para isto, enumeramos no eixo x os bens de consumo presentes nessa economia. Para melhor visualização, podemos ordenar esses bens de acordo com sua maior ou menor difusão pela sociedade. Assim, os primeiros bens apresentam relativamente maior consumo para os rendimentos inferiores, e os últimos bens representam os bens mais difundidos nas faixas de maior rendimento. Esta ordenação não é necessária à nossa argumentação, e mereceria uma maior elaboração; permite, por outro lado, uma melhor visualização da relação de transformação dos rendimentos.



Vemos que as relações de transformação são funções discretas, ou seja, só são determinadas nos pontos relativos aos bens de consumo existentes nessa economia.

Se considerarmos que existem t_i trabalhadores em cada faixa de salários, c_i capitalistas em cada faixa de lucro e r_i trabalhadores independentes em cada faixa de rendimento desse último tipo de trabalho, poderemos, por agregação ponderada de cada nível de salário, lucro ou rendimento, construir a relação de transformação para a economia como um todo.



Temos dessa forma uma quantificação dos diversos setores de produção de acordo com as respectivas apropriações de riqueza, sendo dados os preços de produção e as variáveis culturais que levam dos valores apropriados aos valores de uso em determinadas quantidades.

Essa relação de transformação é a expressão, para todos os bens de consumo, do que Marx chama de necessidade social, ou seja, a quantidade de valores de uso necessárias à satisfação das necessidades da sociedade como um todo, supondo-se que as mercadorias se vendem pelos seus valores ou preços de produção.

O que deve ser ressaltado, aqui, é o caráter eminente - mente histórico e cultural dessa relação de transformação. De um lado ela está determinada pelas relações de produção, ou seja, pelos valores e preços de produção de todas as mercadorias, pelos salários e pelos lucros; de outro lado, no entanto, a distribuição dos rendimentos pelos valores de uso com seus preços determinados depende também dos gostos, costumes, tradições, etc, presentes na cultura da sociedade determinada para a qual se constrói a relação de transformação. Ela é, portanto, um parâme-

tro histórico determinado da sociedade, irreduzível a qualquer categoria econômica. Representa um momento de liberdade, de escolha, por parte dos indivíduos, dos valores de uso que desejam consumir; representa a passagem das necessidades em geral para as necessidades indiretamente sociais, agregando, dessa maneira, à realidade econômica, os fatores eminentemente subjetivos que afetam essa mesma realidade e que não podem ser desprezados mas devem necessariamente ser supostos. Esse parâmetro procura ser constantemente alterado pelos capitais através do uso cada vez maior dos meios de comunicação. No entanto, do ponto de vista econômico assume um papel de passividade, de mero dado, a partir do qual não se pode explicar as relações de produção, mas que realiza a mediação entre essas relações e o consumo efetivo.

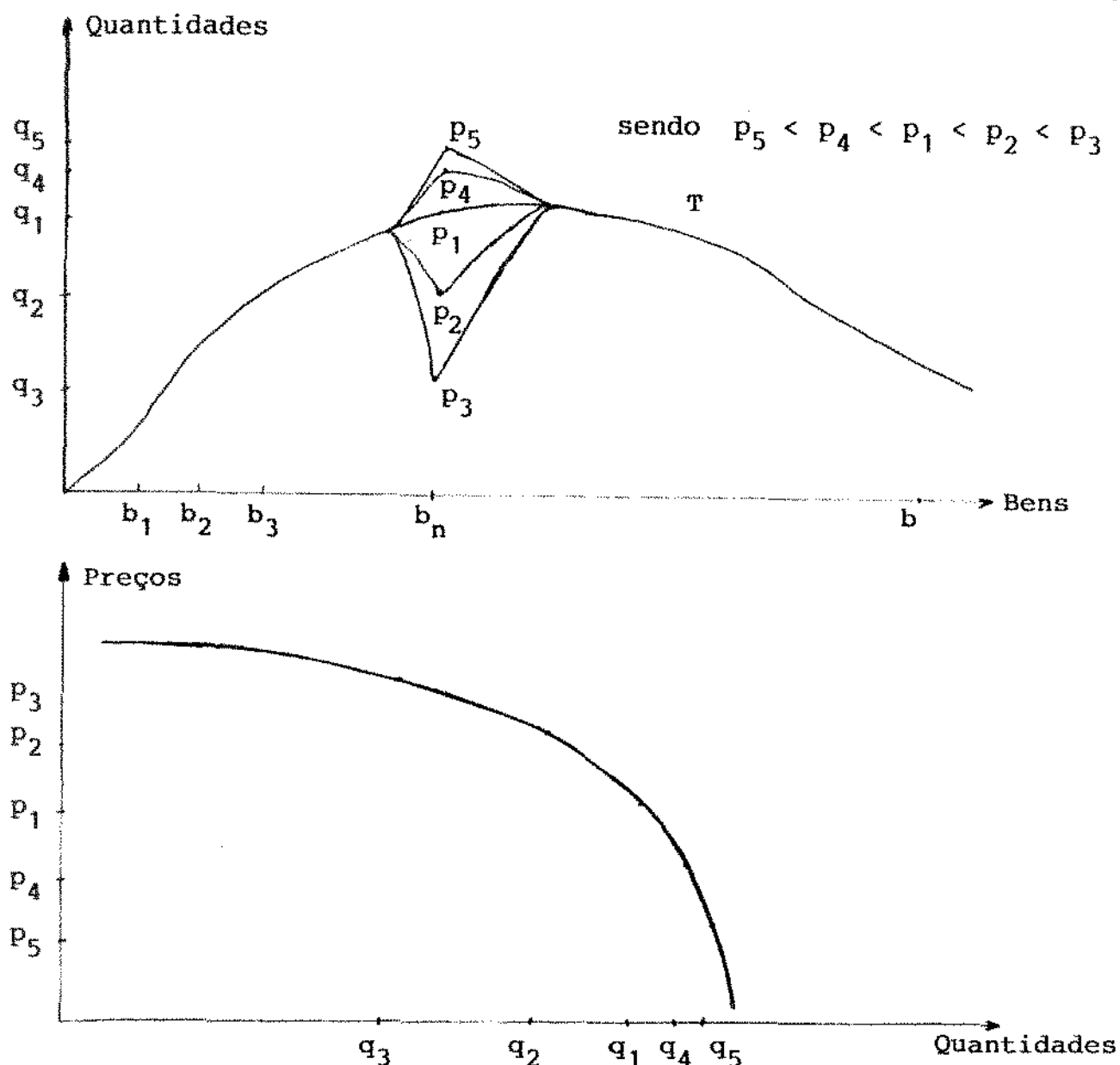
Devemos observar, ainda, que a relação de transformação é uma realidade estatística e não uma construção abstrata, medida em que reflete o comportamento médio de indivíduos em alguns níveis relevantes de rendimentos e da sociedade em seu conjunto. Isto nos diferencia essencialmente das teorias do consumidor que partem de hipóteses sobre o comportamento dos consumidores individuais e, através de agregações puramente matemáticas, chegam à construção das curvas que caracterizam essas teorias. Do nosso ponto de vista o que deve servir de fundamento a essas curvas não é a mera idiossincrasia de indivíduos isolados mas, de um lado, a participação dos indivíduos na produção - e, portanto, os seus rendimentos -, e do outro, fatores históricos e culturais de uma sociedade determinada.

C. A demanda em função do preço de produção

Para a construção da relação de transformação, consideramos dadas as relações de produção, e em particular os preços de produção de todas as mercadorias. A hipótese é plausível para pequenos períodos de tempo na medida em que a produtividade social do trabalho pouco se altera. Se assumirmos, no entanto, períodos mais significativos de tempo, aquela hipótese já não poderá mais ser mantida. Vamos considerar, portanto, uma modificação dos preços de produção motivada pela mudança da produtividade. Para simplificar, consideremos como variável o preço de produção de apenas um bem determinado, b_n . Suponhamos, além do mais, que a relação entre salários, lucros e outros rendimentos se mantenha relativamente estável a longo prazo, o que é, de qualquer forma, uma hipótese plausível como pode ser observado estatisticamente⁽¹⁾. Vamos supor, finalmente, que os aspectos culturais da sociedade hipotética se mantenham fundamentalmente inalterados. O raciocínio que desenvolvemos aqui, pode tanto ser tomado para o momento presente com a variação do preço de produção de um determinado bem, mantidas constantes as outras variáveis, como para períodos de tempo em que varie o preço de produção daquele bem, mantidas as outras condições relativamente estáveis. Podemos construir, dessa forma, a curva da demanda em função dos preços de produção⁽²⁾, como pode ser visto nas curvas abaixo.

(1) Uma observação da relação lucros/salários, que pode ser considerada como um indicador relativamente fiel da taxa de mais valia revela uma elevação em períodos de prosperidade e uma redução em períodos de recessão, mantendo-se estável a longo prazo.

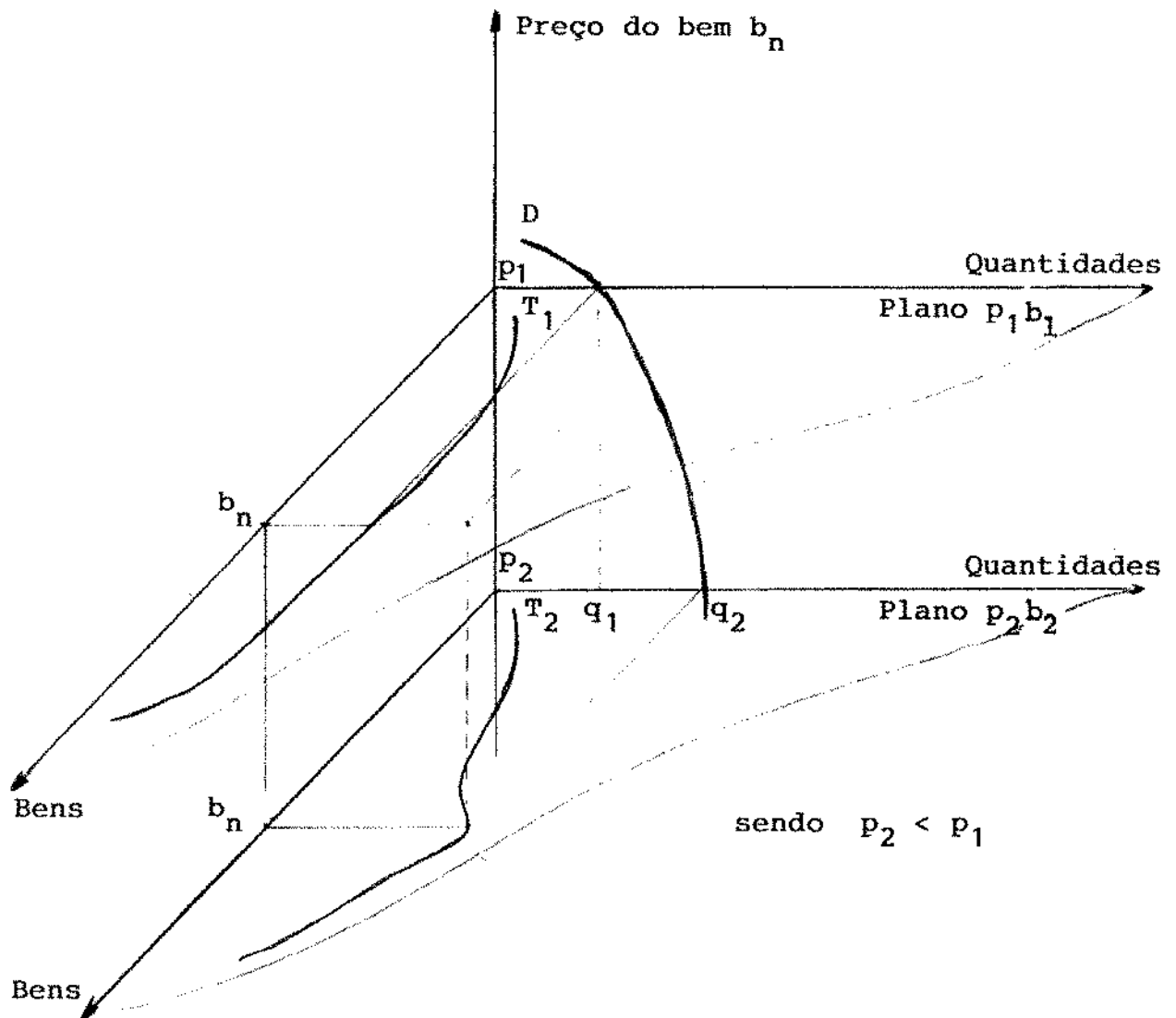
(2) A curva de oferta não entra aqui, na medida em que estamos construindo a demanda em função dos preços de produção e não meramente dos preços. Estamos a um nível mais profundo de análise do capitalismo, de maneira que qualquer interação do tipo oferta e demanda parece-nos irrelevante neste ponto. Na curva que iremos construir, a oferta, ou melhor, o lado da produção, aparecerá como o ponto correspondente ao preço de produção realmente presente.



Devemos observar, aqui, que na medida em que o preço de produção do bem b_n varia modificando as quantidades consumidas e, portanto, a relação de transformação para aquele bem, as quantidades consumidas de, teoricamente, todos os outros bens são modificadas. Isto porque, como supusemos rendimentos (salários, lucros e outros), constantes, a massa de valor gasta nesse bem, ou seja, o produto $p \times q$, irá em geral se modificar para esse mesmo bem, provocando um deslocamento do dispêndio em outros bens e consequentemente uma modificação de suas quantidades. Isto poderá ser visto mais claramente utilizando-se a curva de demanda em função do preço de produção como veremos mais à frente.

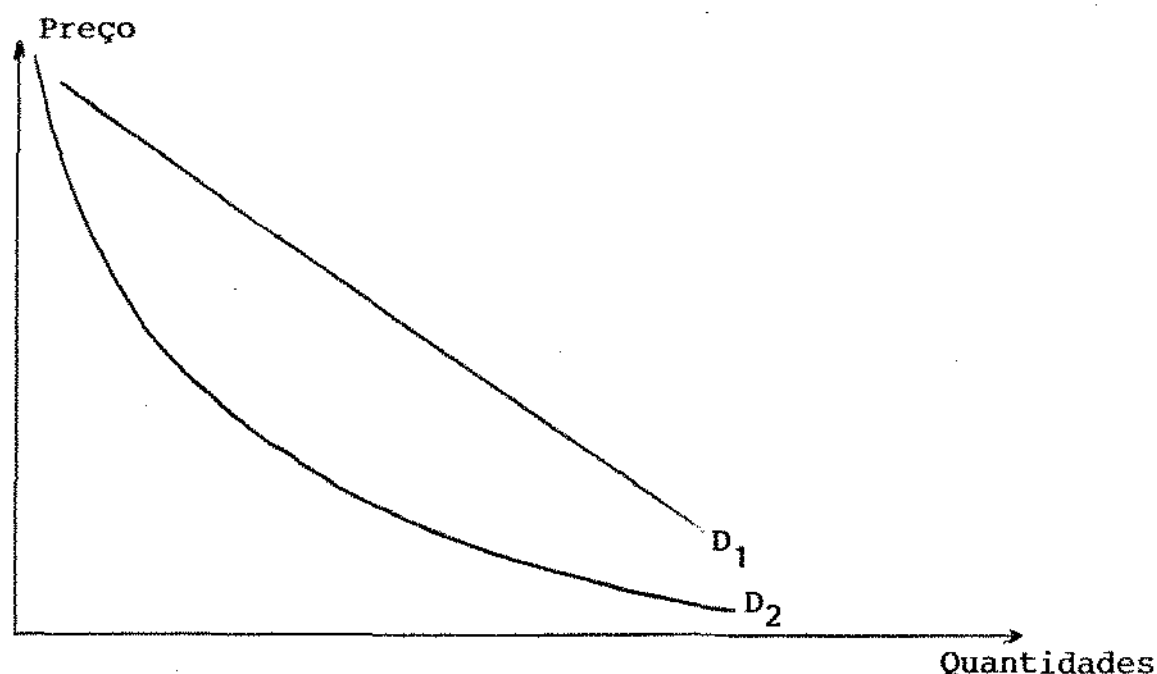
Uma outra maneira de determinar a curva de demanda é a

que aparece na figura abaixo em que esta curva é a projeção, para o bem b_n , da relação de transformação no plano pq , para vários preços.



Vamos agora examinar a forma 'normal', por assim dizer, da curva de demanda. Como podemos verificar em qualquer livro-texto convencional de microeconomia, a curva de demanda aparece com as formas da figura abaixo, ou seja, ou como uma função linear inversa do preço ou como uma curva aparentemente de forma hiperbólica (ver por exemplo, Microeconomia, C.E.Ferguson, Ed. Forense Universitária, pag. 57).

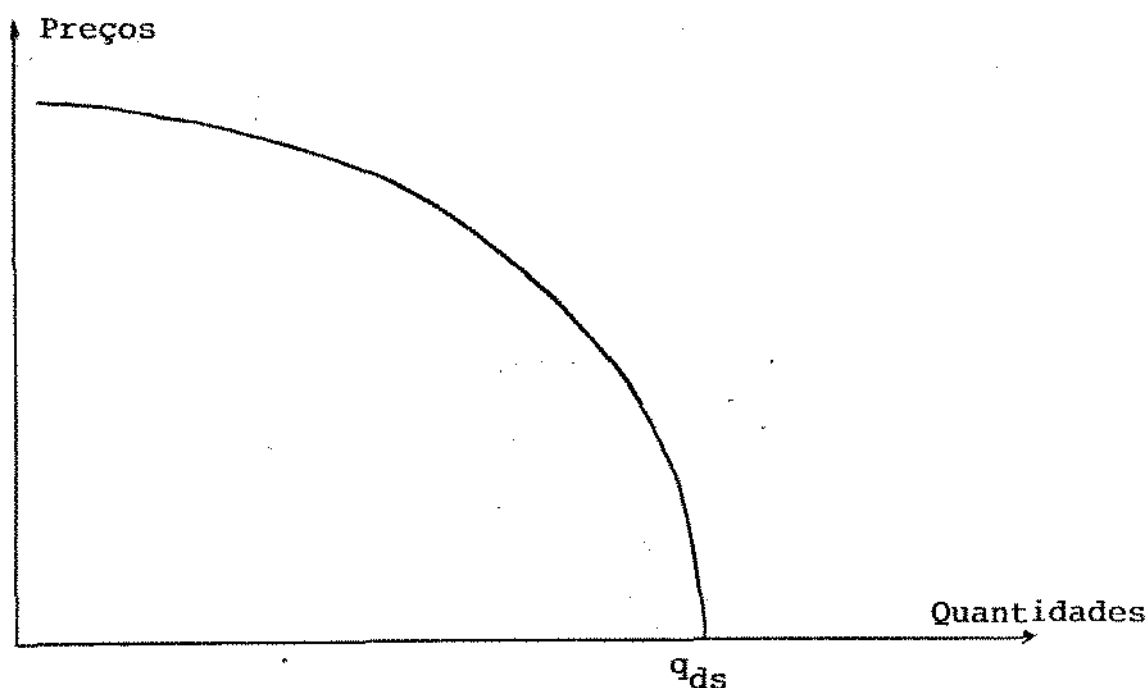
Essas curvas de demanda, em primeiro lugar, são construídas em função do preço de mercado e não do preço de produção



o que já lhes confere um caráter extremamente superficial e, do nosso ponto de vista, de pouca utilidade para a compreensão dos fenômenos mais relevantes do capitalismo. Em segundo lugar, sua forma está em completa contradição com a realidade dos fatores determinantes das curvas de demanda que são aqueles enumerados anteriormente. As formas apresentadas nesses livros-texto sugerem de maneira implícita que quanto menor o preço maior a quantidade demandada do bem, sem explicitar qualquer limite. A curva D_2 , sugere que o consumo de uma mercadoria qualquer tenderia a infinito à medida que seu preço se reduzisse. Nas condições superficiais supostas na construção dessa curva, isto é até provável, por exemplo, na medida em que uma superprodução dessa mercadoria implicasse em uma drástica redução de seu preço por determinado período, ao mesmo tempo em que sua venda se elevaria enormemente. Isto no entanto só pode ser explicado pelo fato de que os consumidores nesse momento acreditam - e com razão - que o produto tem um preço muito abaixo do seu valor e esperam sua elevação, com o que se inclinam não só a elevar seu consumo, mas também a criar elevados estoques. Como vemos, essa reação momentânea não pode ser uma característica permanente da curva de demanda. Assumir que uma curva de demanda tem a forma D_2 seria o mesmo que dizer que o homem

deveria respirar uma quantidade infinita de ar, já que o ar não custa nada. Poder-se-ia argumentar que os fatores culturais existentes nas sociedades capitalistas induzem ao consumo máximo dos bens à medida que seus preços se reduzem e ao consumismo cego de todos os bens. Isto, no entanto, desconsidera o lado mais importante da questão, ou seja, o lado da produção. Podemos considerar que a indução ao consumo de determinado bem é uma função de seu preço de produção e do lucro que ele proporciona aos capitalistas. O incitamento ao consumo é, por exemplo, muito mais intenso para automóveis do que para balas ou caixas de fósforo. Dessa forma, os fatores culturais devem ser examinados juntamente com a realidade produtiva da sociedade, de maneira que a indução ao consumo de todos os bens tem uma relação com os seus preços de produção, ao mesmo tempo em que a própria qualidade do valor de uso passa a ser por si mesma mais importante à medida que se reduz seu preço de produção.

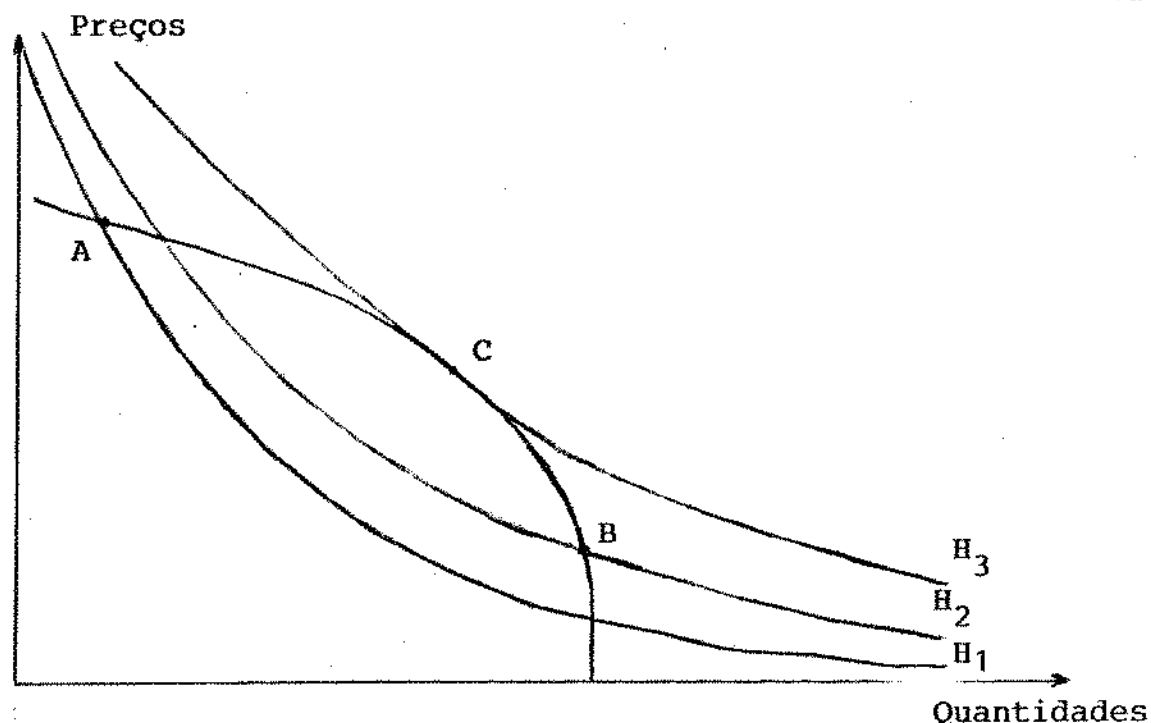
De acordo com a nossa argumentação, portanto, a forma 'normal', por assim dizer, da curva de demanda em função do preço de produção deve ser a apresentada na figura que se segue que mostra que à medida que o preço de produção diminui, aumenta a quantidade consumida do bem, mas a partir de determinado ponto, a re-



dução do preço de produção deixa de ter qualquer efeito sobre a quantidade consumida. O ponto q_{ds} indica a quantidade de valor de uso consumida para o preço de produção tendendo a zero. Nas proximidades desse ponto as necessidades se tornam indiferentes ao preço de produção e ao valor, ou seja, a sua determinação se faz diretamente a partir das necessidades em geral, das necessidades na sua subjetividade, que surgem diretamente da sociedade, sem a mediação, ou com a mediação evanescente do valor. Nessa medida, a necessidade social é, aqui, necessidade diretamente social, sendo esta a tendência de todas as necessidades no capitalismo à medida que se eleva a produtividade e desaparece o valor. O capital, como contradição que é, provoca continuamente o desaparecimento do valor - sua base - em todos os setores de produção. Donde se conclui a necessidade crescente do capital de buscar novas esferas de produção, de criar novos produtos e novas necessidades. A forma normal da curva de demanda apresenta, portanto, uma saturação da quantidade consumida, para preços de produção tendendo a zero.

Dado o preço de produção atual de determinada mercadoria, podemos determinar por meio da curva de demanda a magnitude do setor que a produz, do ponto de vista do valor de uso, bem como a quantidade de valor, ou seja, a massa de trabalho empregada nesse setor que será dada pela quantidade de mercadorias multiplicada pelo preço unitário de produção. Sabemos, por outro lado, que o capitalismo tem a tendência de reduzir o valor e, portanto, o preço de produção de todas as mercadorias, na medida em que a elevação da produtividade do trabalho é posta como forma de valorização do capital. Podemos então verificar qual a tendência do capitalismo do ponto de vista de um setor de produção determinado, ou seja, do ponto de vista do valor de uso.

A figura abaixo mostra a curva de demanda de um determinado bem, juntamente com hiperboles (H) com equação $p \times q = T_i$ on



de T_i é a quantidade de trabalho⁽¹⁾. À medida que T_i aumenta, as hipérboles se deslocam no sentido de H_1 para H_2 e H_3 . Uma vez que o preço de produção tem uma relação determinada com o lucro unitário, as hipérboles representam também a massa de lucros proporcionada pelo setor. Podemos, portanto, observar que existem dois arcos essencialmente diferentes na curva de demanda, separados pelo ponto representado na figura por C e que pode ser chamado de ponto de máximo valor ou máximo lucro desse setor de produção, já que nesse ponto o produto $p \times q$ é máximo. A forma aproximadamente concava da curva de demanda e a forma convexa das hipérboles (H) garantem a existência desse ponto.

Dadas estas características e dada a tendência do capitalismo de reduzir os preços de produção de todas as mercadorias, podemos investigar a tendência da inserção de um setor determinado no conjunto da produção capitalista. No arco AC, uma pequena redução do preço aumenta consideravelmente a quantidade consumida e, portanto, aumenta a quantidade de trabalho empregada e a massa

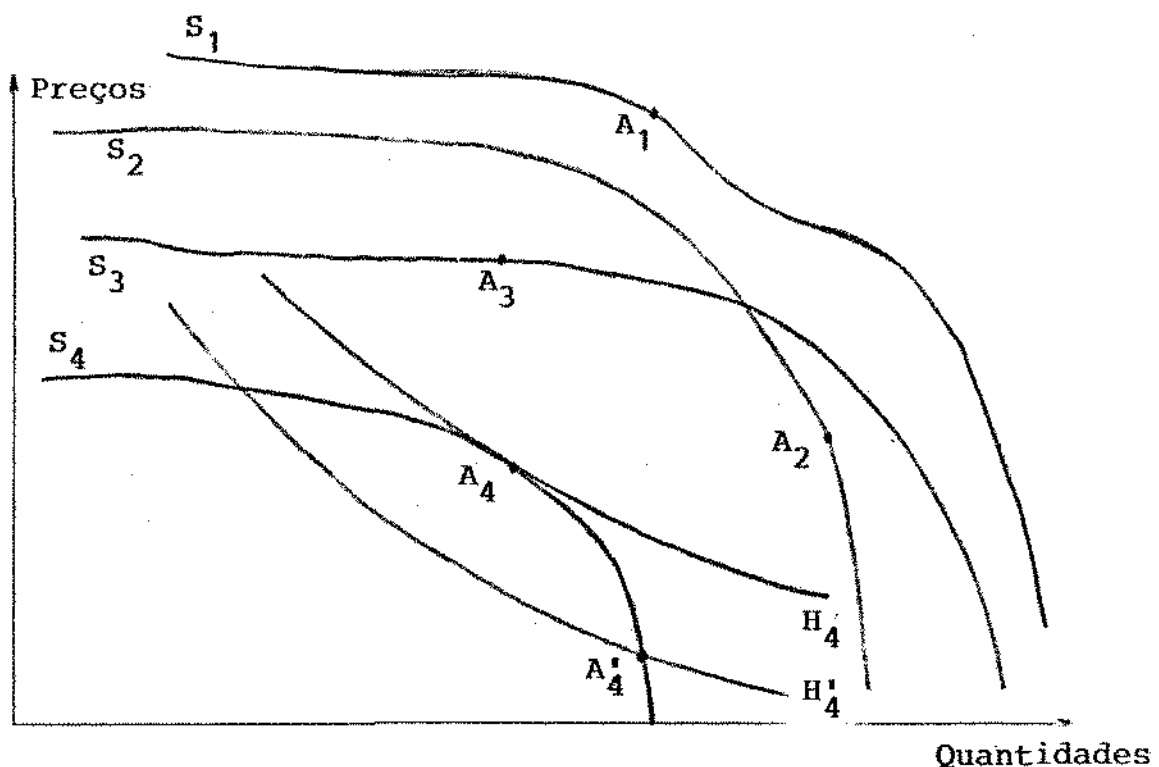
(1) Para simplificar nossa argumentação, estamos considerando $p \times q$ como sendo a quantidade de trabalho necessário à produção da mercadoria. No entanto, esse produto poderia também ser considerado como a magnitude do capital empregado no setor.

de lucro gerada nesse setor. À medida que se eleva a produtividade, expande-se, também, a massa de capital empregada até o ponto C em que esse volume é máximo. C pode, por isso, ser chamado de ponto de máxima expansão capitalista do setor. No arco CB, por outro lado, ocorre o inverso, ou seja, contrai-se a massa de trabalho empregada, o lucro gerado e o capital empregado no setor.

Podemos concluir, portanto, que o capitalismo, visto do ângulo do valor de uso, mostra-se como continuamente evanescente. Por um lado a diminuição do valor e do preço de produção transforma as necessidades em diretamente sociais, com o que suas quantidades passam a ser determinadas da mesma maneira que se determina, por exemplo, a quantidade de ar que se respira, ou seja, levando-se em consideração apenas o valor de uso e de maneira indiferente em relação ao valor. Por outro lado, aquela mesma diminuição provoca o contínuo desaparecimento do capital em cada setor isoladamente considerado, com o que pode-se observar uma migração do capital para setores novos que apresentam novas oportunidades de lucro. Podemos dizer, metaforicamente, que o capital, na sua sede de se valorizar, acaba transformando tudo o que toca em ar - e não em ouro como o rei Midas. E por mais que busque novos ramos para se valorizar, acaba transformando novamente - e desgradamente - tudo o que toca em ar. E o capital não se alimenta de ar, mas precisamente de ouro, de valor na sua forma cristalizada.

A curva de demanda em função dos preços de produção de um determinado produto é uma curva virtual na medida em que a sua construção requer a suposição de que toda a realidade complementar ao produto para o qual ela é construída mantenha-se inalterada, ou seja, que não se modifiquem as relações de produção em geral nem os fatores culturais determinantes da função de transformação. A curva, por outro lado, é real na medida em que expressa a tendência imanente do setor de reduzir constantemente o valor e

o preço de produção e a relação destes últimos com a quantidade consumida, levando-se em conta os aspectos culturais em sua relação com o valor de uso como tal, ou seja, como objeto que satisfaz a uma necessidade em geral. A reunião de todas as curvas de demanda é mostrada genericamente na figura que se segue, que permite visualizar não só a realidade produtiva presente, como também compreender o movimento que ela assume e sua tendência. O presente é dado pela forma das curvas e pelos preços de produção atuais representados por pontos nas curvas. A realidade presente da produção aparece no conjunto de pontos A_i que mostra a magnitude de cada setor, tanto do ponto de vista do valor de uso (quantidade q), como do ponto de vista da quantidade de trabalho empregado em cada setor (produto $p_i \times q_i$).

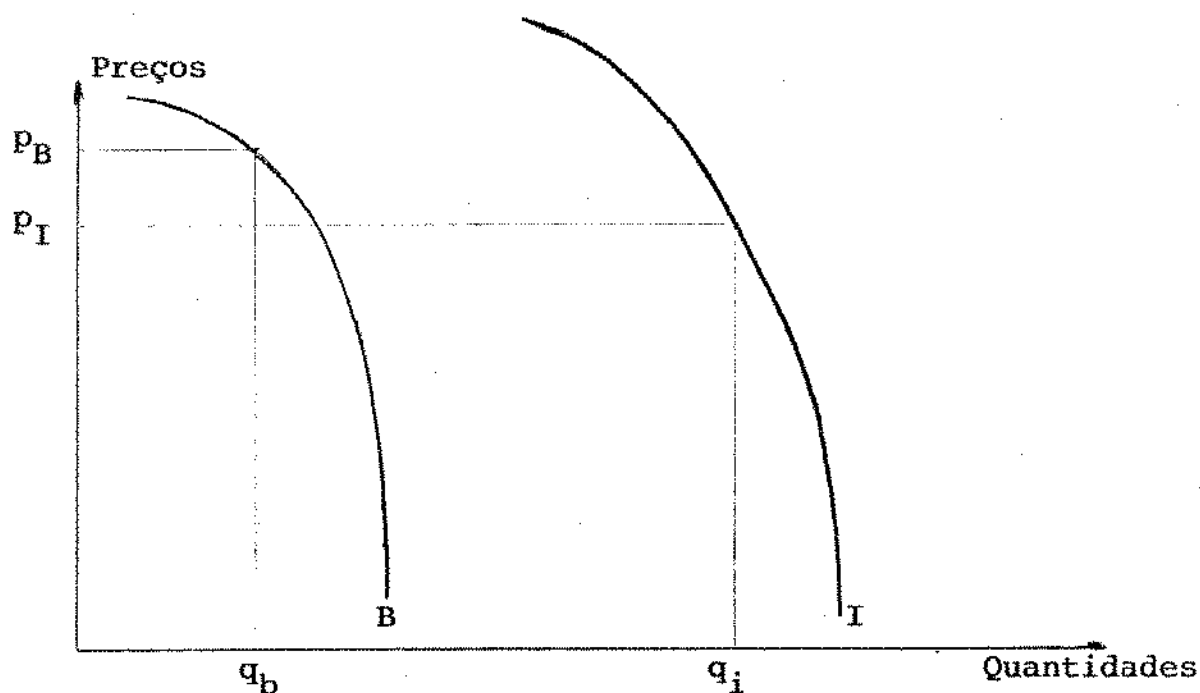


Devemos ressaltar que essas curvas são interdependentes e só podem ser construídas na medida em que se supõe que as relações de produção complementares se mantêm relativamente inalteradas, o mesmo acontecendo com os fatores culturais. Podemos, no entanto, prever o que acontecerá com as outras curvas quando ocorrer em determinado setor, por exemplo o setor 4, uma drástica re-

dução do preço de produção provocada por uma revolução tecnológica específica desse setor. Como estamos supondo que mantêm-se inalteradas as massas de lucro, salário e de trabalho autônomo, a diferença de valor relativa à mudança da hipérbole H_4 para H'_4 irá distribuir-se pelos outros setores, provocando um deslocamento para a direita das curvas de demanda. Isto pode ser explicado simplesmente pelo fato de que a diminuição da parte de lucros, salários e outros rendimentos dispendidos em produtos deste setor se desloca para o gasto em outros produtos. Dessa maneira, um outro produto que, para um preço de produção p_1 , apresentava uma demanda D_1 , terá, para esse mesmo preço uma necessidade social elevada para D_2 . A utilização dessas curvas explica, portanto, o que chamamos anteriormente de migração do capital dos velhos para os novos setores. As curvas relativas a estes últimos vão surgindo na figura acima à medida que esses próprios produtos surgem. Suas características principais são que possuem inicialmente valores e preços de produção elevados como por exemplo os automóveis no início do século, os videocassetes, aparelhos eletrônicos sofisticados, etc, e apresentam, além do mais, grande poder de difusão tanto do ponto de vista da redução de seu valor e preço de produção através do progresso tecnológico, como do ponto de vista dos atrativos que podem ser explorados através dos meios de comunicação e, portanto, da modificação dos fatores culturais. Esses produtos surgem com preços de produção à esquerda do ponto C da figura da pag.123 que mostra o potencial de expansão capitalista desse setor, abstraindo-se dos fatores culturais.

As curvas de demanda mostradas na figura anterior, deslocam-se, por fim, com a modificação dos fatores culturais, modificação essa que é extremamente explorada pela utilização dos meios de comunicação. Devemos lembrar, aqui, que esse fator é tanto mais importante quanto maior o trabalho empregado no setor e,

portanto, maior o interesse capitalista pelo setor. A posição relativa das curvas apresentadas nessa figura são, dessa maneira, válidas apenas para um conjunto complexo de fatores culturais que ao se modificarem provocam alterações na disposição dessas curvas. De qualquer maneira, podemos supor que esses fatores se modificam lenta e gradativamente ao longo do tempo, já que são características até certo ponto arraigadas na cultura da sociedade. Apenas para exemplificar, a curva de demanda do Whisky para países tão diferentes como a Inglaterra e o Brasil pode ser representada pelas curvas I e B da figura abaixo. Como vemos, apesar de o preço do



produto ser da mesma ordem de grandeza, a quantidade consumida na Inglaterra é muitas vezes maior que a consumida no Brasil. Isto se deve, evidentemente, ao fato de que o whisky é um produto originariamente inglês, tendo esse valor de uso uma estreita vinculação com a cultura inglesa. Pode-se perceber, claramente, que a modificação de um costume tão arraigado como este só pode ser lenta e gradual, além de requerer grandes investimentos em comunicação de massa.

D. O processo de modificação quantitativa e qualitativa do consumo

Podemos, agora, utilizar a metodologia sugerida por Marx nos Grundrisse, e à qual já fizemos referência (pag.105), que permite estabelecer uma relação entre a elevação da produtividade e a modificação do consumo. Embora Marx trate nesta passagem apenas da elevação do consumo capitalista baseada na mais-valia relativa e, portanto, na elevação da taxa de mais valia, acreditamos que seu método possa ser generalizado para a elevação da produtividade em geral, e sua relação com o consumo de toda a sociedade, e não apenas dos capitalistas. Repetimos, aqui, uma parte do trecho já citado:

"... a produção de mais-valia relativa (...) requer a produção de novo consumo (...) Primeiro a ampliação quantitativa do consumo existente, segundo a criação de novas necessidades mediante a propagação das necessidades já existentes em um círculo mais amplo; terceiro: produção de novas necessidades e criação de novos valores de uso. Ou, em outras palavras, o mais trabalho ganho não permanece sendo mero excedente quantitativo, mas ao mesmo tempo amplia continuamente o círculo das diferenças qualitativas do trabalho (e com ele do trabalho excedente), o faz mais variado e mais diferenciado em si mesmo." (Grundrisse, pag. 358)

Marx mostra, em seguida, que a liberação de capital de um setor tem que ser compensada pela sua transferência a um novo ramo de produção que satisfaz a uma nova necessidade. Mostra, dessa maneira, a característica do capitalismo de buscar a exploração de toda a natureza e a criação de novos valores de uso e no-

vas necessidades, produzindo ao mesmo tempo o indivíduo rico em necessidades, ou seja, rico em qualidades e relações.

Este é, portanto, o resultado da criação de mais-valia relativa. O enriquecimento das necessidades a que se refere Marx, é, do ponto de vista do trabalhador assalariado, meramente qualitativo, na medida em que a criação de novos ramos de produção estabelece, por assim dizer, uma luta entre os capitalistas no sentido de dirigir as necessidades dos trabalhadores para seus produtos, ao mesmo tempo em que o salário está limitado quantitativamente⁽¹⁾. Do ponto de vista do capitalista, por sua vez, a modificação do consumo é ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa, já que eleva-se o lucro e modifica-se o consumo.

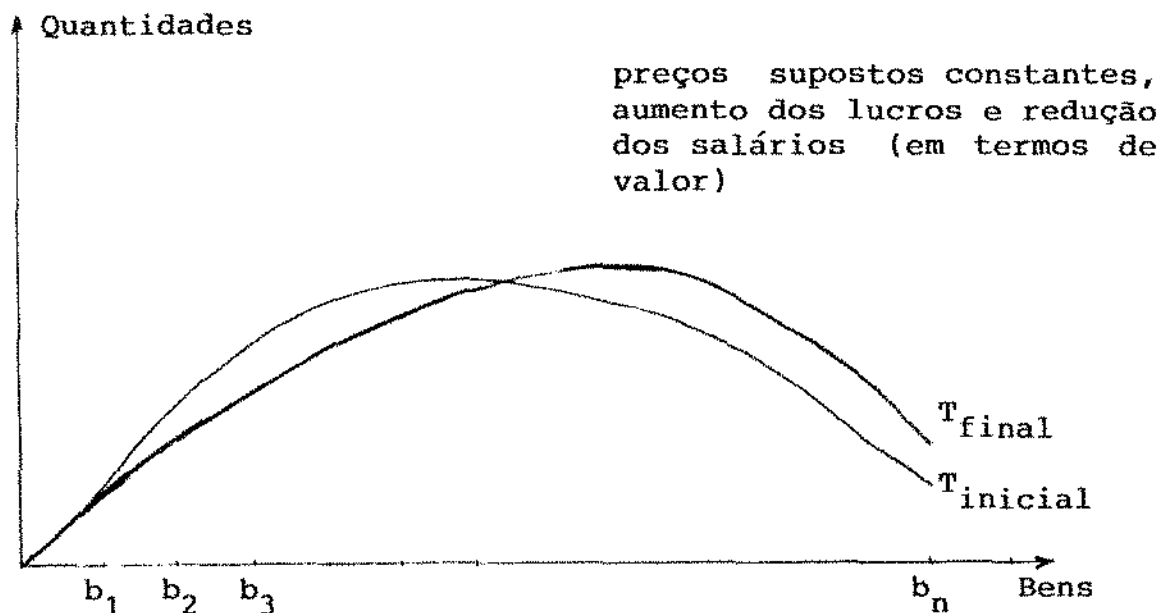
Utilizando as curvas de demanda em função dos preços de produção podemos verificar a modificação da quantidade e da qualidade do consumo de todos os indivíduos que participam da produção e, portanto, têm algum rendimento. A determinação deste último é quantitativa e surge das relações de produção. Uma elevação da produtividade irá provocar uma redução dos valores e preços de produção, e, ao mesmo tempo, uma elevação - não quantificável teoricamente - da taxa de mais-valia, juntamente com uma redução - igualmente não quantificável - do valor da força de trabalho, sendo que aquela elevação e esta redução estão compreendidas entre as magnitudes iniciais da taxa de mais-valia e do valor da força de trabalho, e as magnitudes que resultariam da apropriação completa, por parte do capital, da elevação da produtividade (ver pags. 99 a 105). Dessa maneira, o resultado será que o lucro aumentado corresponderá a maior quantidade de valores de uso, e o salário diminuído - em termos de valor - corresponderá igualmente a uma massa maior de valores de uso, ou na pior das hipóteses, a uma massa igual no ca

(1) A qualidade se diversifica, portanto, para a mesma quantidade.

so em que o capital se aproprie de toda a produtividade do trabalho.

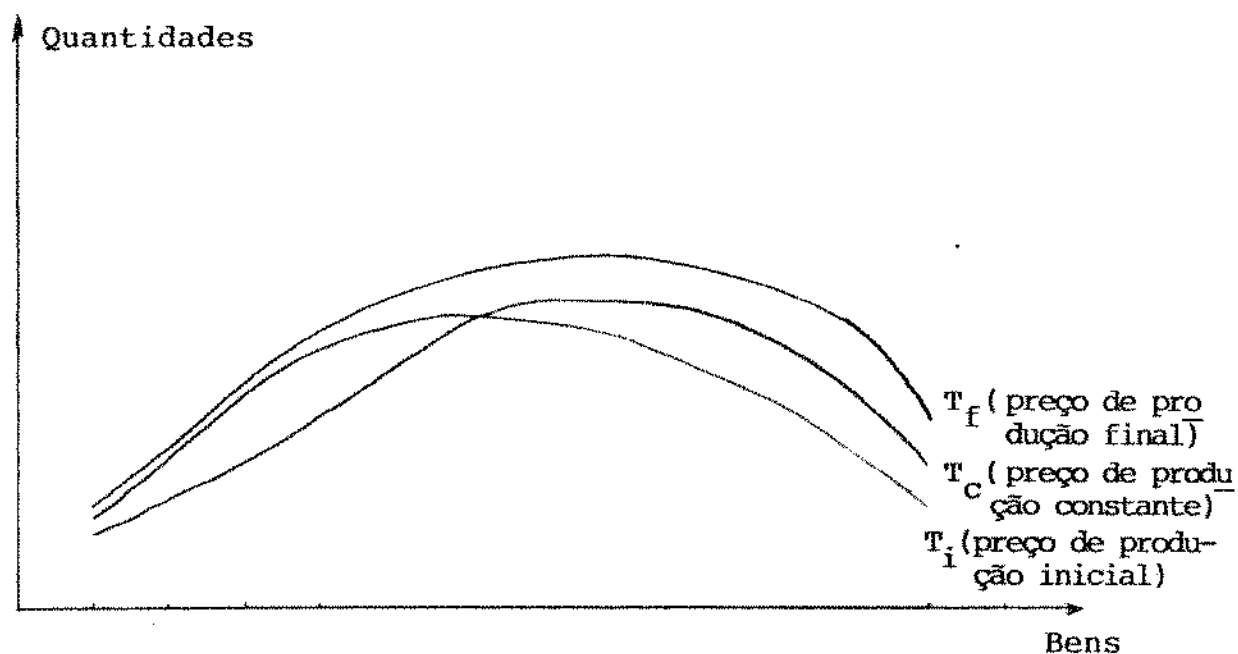
Dessa maneira, podemos utilizar as mesmas suposições em pregadas para a construção das curvas de demanda (ver pags. 117 e segs.). A modificação da relação entre lucros e salários pode ser suposta no lugar da sua fixação em um nível estável, mas de qualquer forma esta nova suposição nada altera, na medida em que a redução dos salários em termos de valor é menor que a redução dos valores ou preços de produção, já que, como argumentamos anteriormente, pelo menos uma parte da elevação da produtividade é apropriada pelos trabalhadores assalariados.

Feita a suposição da modificação da relação entre lucros e salários, teremos uma modificação da relação de transformação, que será no sentido do aumento da quantidade de bens consumidos pelos capitalistas e diminuição da quantidade de bens consumidos pelos trabalhadores, para os mesmos preços de produção, anteriores à modificação da produtividade. As relações de transformação inicial e final terão as formas apresentadas na figura abaixo.



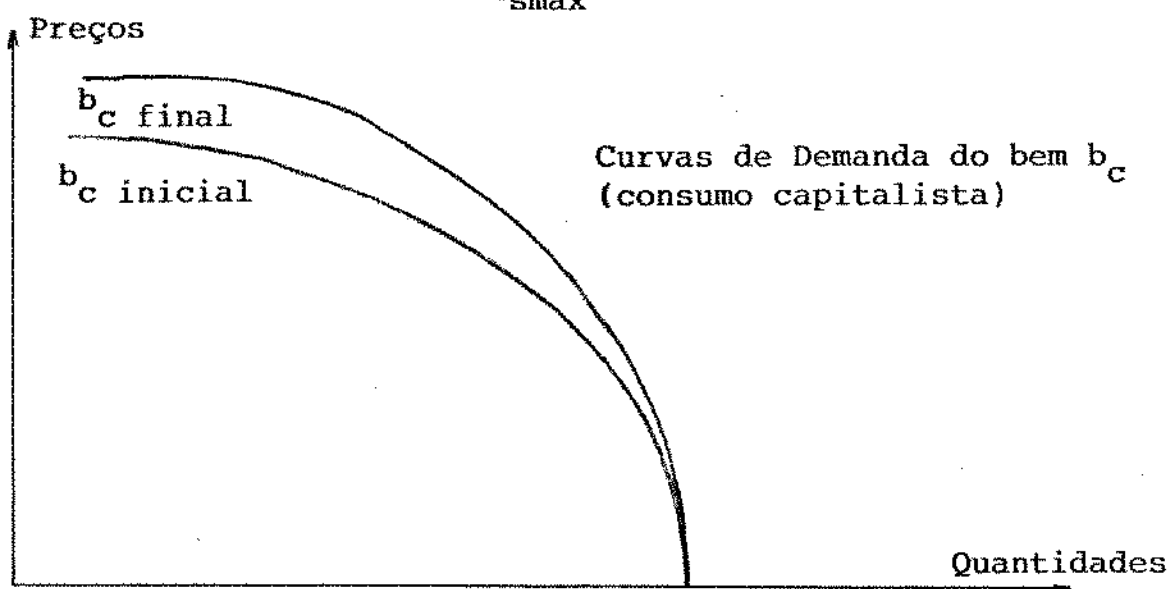
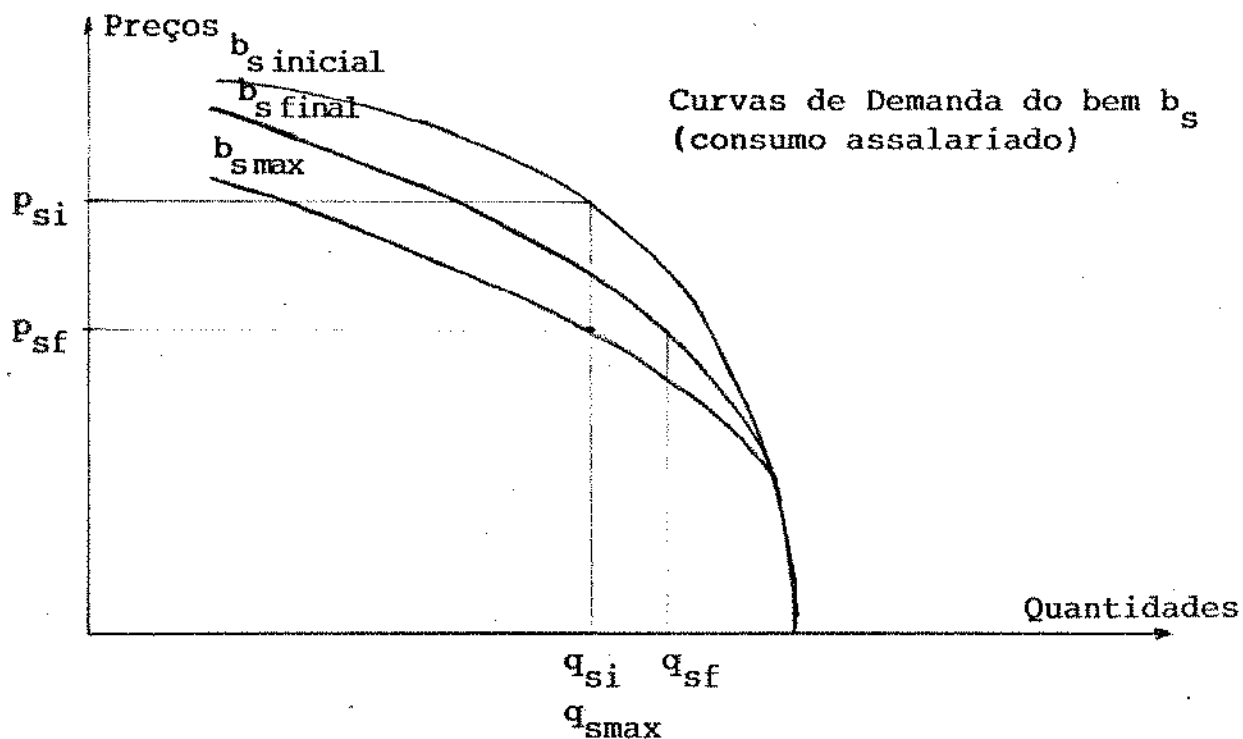
Não consideramos, no entanto, as modificações dos pre-

ços de produção das mercadorias. Como os salários têm uma redução menor ou no máximo igual à redução desses preços de produção, teremos que a função de transformação terá a forma final como mostrado na figura que se segue, que apresenta uma elevação da relação



de transformação, para todos os bens⁽¹⁾. Para essa nova relação de transformação podemos, agora, construir as novas curvas de demanda em função dos preços de produção e supondo as mesmas hipóteses anteriores (pag. 117). Teremos, então, as curvas apresentadas na figura abaixo em que b_s representa um bem típico de consumo dos trabalhadores assalariados e b_c um bem típico de consumo dos capitalistas.

(1) Estamos abstraindo, aqui, de casos excepcionais de mercadorias que têm reduzida a sua quantidade juntamente com a redução de seu preço de produção.

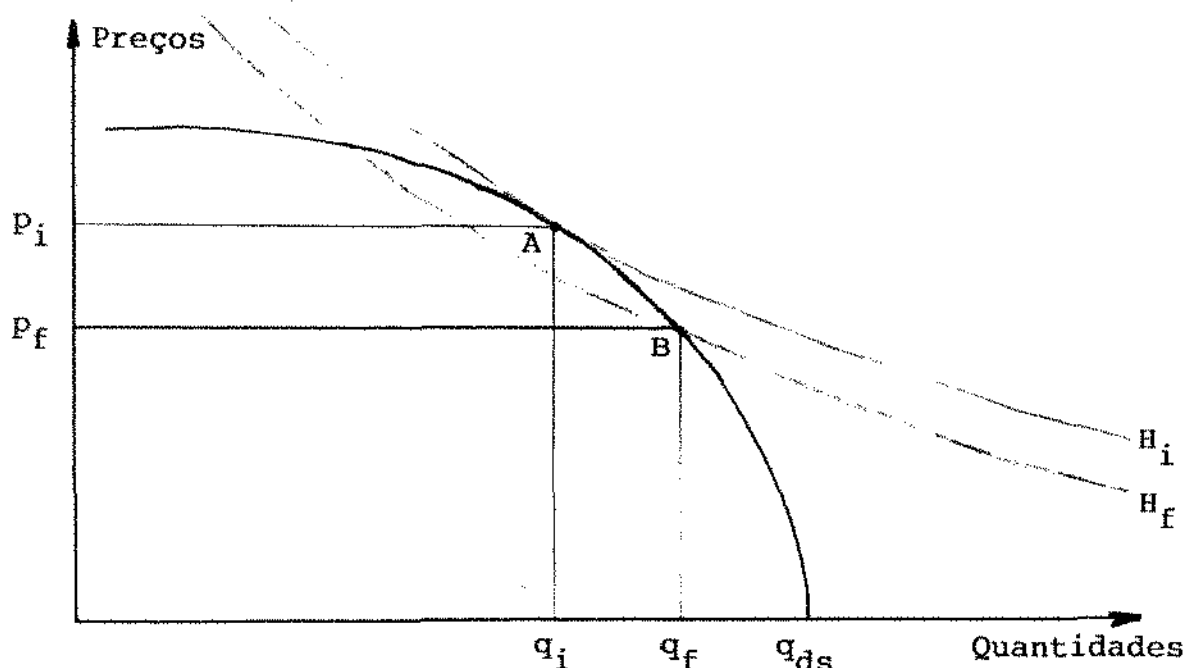


Devido a uma modificação da relação entre salários e lu cros, a curva de demanda do bem b_s se deslocou para a esquerda e a curva do bem b_c se deslocou para a direita. De qualquer forma, em ambos os casos houve um aumento da quantidade consumida, já que os salários diminuíram menos que os preços de produção. No caso ex tremo em que a redução de salários e preços de produção é a mesma, a curva de demanda terá a forma $b_{s \text{ max}}$ em que a quantidade consumida do bem permanece constante.

Vemos, com isto, que podemos utilizar simplesmente a cur va de demanda inicial já que os efeitos da modificação da relação

entre salários e lucros não são drásticos, na medida em que uma redução do preço de produção permanece implicando em elevação da quantidade consumida, embora o novo ponto encontre-se na nova curva de demanda. Vamos utilizar, portanto, para o nosso raciocínio apenas as curvas de demanda iniciais ou finais.

Seguindo os passos de Marx (apresentados na pag. 104), uma elevação da produtividade implica, em primeiro lugar, numa elevação quantitativa do consumo existente, ou seja, na figura abaixo passagem da quantidade q_i para q_f . Em segundo lugar, implica



numa ampliação de outras quantidades de consumo, na medida em que o ponto B pertence a uma hipérbole de menor valor que a hipérbole que passa por A ou, em outras palavras, quando $p_i \times q_i > p_f \times q_f$, o que é, como mostramos anteriormente, a tendência do capitalismo do ponto de vista do valor de uso. Assim, a diferença de valor $p_i \times q_i - p_f \times q_f$ ⁽¹⁾ pode ser dirigida ao consumo de outros valores

(1) Deve-se observar, aqui, que na formulação mais rígida de Marx n'O Capital o valor da força de trabalho seria "determinado" pela somatória de $p \times q$ para os bens consumidos pelos trabalhadores dividido pelo número de trabalhadores. Como argumentamos na pag. 40, no entanto, essa "determinação" deve ser entendida no sentido fraco do termo, como mera descrição.

de uso, ou seja, à ampliação das quantidades consumidas de outros produtos e que pode ser representada pelo deslocamento para a direita das curvas de demanda. Note-se, aqui, que esta redução do valor $(p_i q_i - p_f q_f)$ não é apenas a relativa à redução do preço de produção (de p_i para p_f), mas também se refere à própria forma da curva de demanda que tende à indiferença com relação aos preços de produção decrescentes. E, finalmente, em terceiro lugar, a produção de novas necessidades e criação de novos valores de uso. Isto pode ser representado, do ponto de vista das necessidades, pelo surgimento de novas curvas de demanda relativas a produtos novos, significando este mero aparecimento que existe uma necessidade subjetiva, ou um espaço de necessidade relativo a um novo produto, ainda que ele não seja produzido. Esse espaço é ocupado pela produção efetiva desse novo produto, completando, dessa maneira, a modificação qualitativa do consumo. Este terceiro momento, na sua pureza, refere-se às necessidades essencialmente capitalistas, na medida em que é inicialmente para eles que surgem os produtos verdadeiramente novos; refere-se, no entanto, também às novas necessidades adquiridas pelos trabalhadores na forma de incorporação gradativa do consumo de produtos anteriormente destinados aos capitalistas, ainda que apresentados em versões simplificadas ⁽¹⁾.

Completa-se, assim, a fluidez da produção e do consumo na sociedade capitalista, do ponto de vista do valor de uso. Esta fluidez que já existia para determinado momento na medida em que os rendimentos eram determinados como quantidades que se transformavam, posteriormente, em valores de uso, pode ser vista, agora, no seu movimento impulsionado pela elevação da produtividade, e consequente redução do valor e do preço de produção, como tendência da produção capitalista de todos os valores de uso.

(1) O exemplo mais evidente é a incorporação dos automóveis ao consumo dos trabalhadores.

CONCLUSÃO

Apresentamos a seguir os principais resultados a que chegamos ao longo deste nosso trabalho. Em sua primeira parte, composta pelos três primeiros capítulos, examinamos em detalhe os momentos da categoria força de trabalho em seu desenvolvimento desde a forma mais simples como pressuposto material de trabalho, até seu desenvolvimento acabado como mercadoria em uma economia capitalista. Essa análise mostrou que, ao assumir sua forma mais desenvolvida, seu valor de uso assume uma nova determinação, qual seja, a capacidade de criar valor, e não meramente a capacidade de criar valores de uso — seu aspecto material. Isso irá implicar na impossibilidade de se determinar o valor da força de trabalho com base apenas em um dos momentos de seu valor de uso — a materialidade dos trabalhadores — determinação essa realizada em muitas passagens da obra de Marx como mostramos, principalmente no capítulo II.

Mostramos como Marx contorna essa dificuldade teórica ao fixar o valor da força de trabalho como uma magnitude determinada para determinado momento histórico. Ao estabelecer essa hipótese plausível para a questão da determinação do valor da força de trabalho, Marx cria uma descontinuidade teórica ao passar da determinação através materialidade dos trabalhadores, para uma determinação eminentemente histórica, mas como mera fixação e, portanto, sem conteúdo explicativo.

Dada essa dificuldade teórica da formulação de Marx, propomos uma nova formulação, implícita em sua obra, na qual o salário surge como o resultado de relações de produção historicamente determinadas. Em outras palavras, o salário é a expressão quantitativa da forma pela qual se organiza a produção, ou seja, se mais voltada à satisfação das necessidades dos trabalhadores ou se mais

voltada às necessidades dos capitalistas e à acumulação de capital. Nesse sentido, o salário não pode ser determinado de um ponto de vista teórico-formal, mas deve sempre ser referido às economias concretas e à forma como está organizada a sua produção. A determinação do salário real, por sua vez, deve considerar tanto a produtividade de uma economia determinada na produção de cada valor de uso, quanto a própria determinação do salário em termos quantitativos, já que a passagem do valor ao valor de uso — e, portanto, do salário ao salário real — requer a mediação da produtividade na determinação dos valores das mercadorias comuns.

Surge, dessa maneira, a possibilidade de se explicar uma determinada elevação de salários reais com base na elevação da produtividade ocorrida em determinados setores de produção, com o que a questão dos salários assume uma formulação muito mais flexível e mais sintonizada com o movimento real da economia. Por outro lado, não se perde de vista, também, a possibilidade de elevação, ou mesmo redução, dos salários reais sem modificação de produtividade, mas com um redirecionamento da produção seja através de políticas de distribuição de renda levadas a efeito pelo estado, seja por fatores econômicos como acumulação de capital, crise econômica ou mesmo a atuação de monopólios e sindicatos.

Propomos, finalmente, no último capítulo, uma curva de demanda como função do preço de produção em oposição às curvas usuais em que a demanda aparece como função do preço de mercado. Mostramos que essa curva, em sua forma normal, deve apresentar uma concavidade de maneira a que, à medida que se reduz o valor e, portanto, o preço de produção das mercadorias, aumenta a quantidade consumida, mas de tal forma que, quando o valor se aproxima de zero, a quantidade tende a um valor fixo como um limite de consumo. Podemos mostrar, com isto, a modificação do consumo dos trabalhadores à medida que se eleva a produtividade, bem como a migração

de capital para setores que produzam mercadorias de valor mais elevado. A partir dessas curvas pode-se ter, então, uma visão mais clara dos efeitos da elevação da produtividade sobre os salários reais e a distribuição dos capitais pelos diversos setores de produção.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel - Regulacion et Crisis du Capitalisme, Calmann Levy, 1976.
- BELLUZZO, Luiz G.M. - Valor e Capitalismo, Livraria Brasiliense Editora S/A, 1980.
- DOBB, Maurice - Os Salários, Editora Cultrix, São Paulo, 1977.
- FERGUSON, C.E. - Microeconomia, Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1974.
- LABINI, Paolo S. - Oligopólio e Progresso Técnico, Ed. Forense Universitária, São Paulo, 1980.
- MANDEL, Ernest - A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- MARX, Karl - Capítulo VI Inédito, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.
- Contribuição à Crítica da Economia Política, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1977.
 - Lineas Fundamentales de la Crítica de la Economia Política, Grundrisse Volume I e II, Crítica Grupo Editorial. Grijalbo, Barcelona, Buenos Aires, México, 1977, 1978.
 - Miséria da Filosofia, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1982.
 - O Capital I tomo 1
O Capital I tomo 2
O Capital II
O Capital III tomo 1
O Capital III tomo 2
O Capital III tomo 3
Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
 - O Capital I tomo 1
O Capital I tomo 2
O Capital II
O Capital III tomo 1
O Capital III tomo 2
Ed. Abril, São Paulo, 1983, 1984, 1985.

- MARX, Karl - Teorias de Mais Valia Volume I e II, Ed. DIFEL, São Paulo, 1983.
- MEEK, Ronald L. - Economia e Ideologia, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.
- ROWTHORN, Bob - Capitalismo, Conflito e Inflação, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.
- RUBIN, Isaak I. - A Teoria Marxista do Valor, Livraria Brasileira, São Paulo, 1980.
- SINGER, Paul - Economia Política do Trabalho, Editora Hucitec, São Paulo, 1979.
- STEINDL, Josef - Maturidade e Estagnação do Capitalismo Americano, Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- SWEEZY, Paul - Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976.